

INSTITUIÇÕES, DEMOCRACIA E CIDADANIA

volume nº1

etc.

IPOL |  UnB

Editorial

A revista Etcétera – Política e Multidisciplinariedade é um periódico eletrônico de acesso aberto. Este periódico é destinado a divulgar e ampliar, para estudantes e pesquisadores em geral, o campo de circulação e o debate acadêmico na Ciência Política e de Políticas Públicas. É organizada por estudantes de graduação do Instituto de Ciência Política (IPOL) e do Departamento de Gestão de Políticas (GPP) da Universidade de Brasília. A Revista Etcétera publica textos em português, inglês e espanhol, após serem triados pela Equipe Editorial e serem encaminhados a pareceristas externos para avaliação em regime de anonimato. Atualmente a revista está organizada como um projeto de Extensão vinculado ao DEX (Decanato de Extensão) da UnB.

Equipe Editorial

Prof.^a Dra. Michelle Vieira Fernandez de Oliveira (Coordenadora _ IPOL/UnB)

Prof. Dr. Frederico Bertholini Santos Rodrigues (Coordenador _ IPOL/UnB)

André Gouveia de Queiroz (Editor Executivo _ IPOL/UnB)

Calebe Silva de Carvalho (Editor-Chefe _ IPOL/UnB)

Maria Valentina Souza Passador (Editora Executiva _ GPP/UnB)

Pablo Magno Hernandez de Moraes (Editor Executivo _ IPOL/UnB)

Sophia Sousa Cagliari Hernandes (Editora Executiva _ IPOL/UnB)

Elaboração e desenho de Capa

Estevão Ferreira Gadioli Mourão (DIN/UnB)

Autores de Artigos

Luiz Eduardo Souza Silva (UnB)

Dominique Lepinsk Romio (UnB)

Maria Luíza Medeiros (UnB)

Pedro Henrique Queiroz (UnB)

Santh Brasilino da Silva (UnB)

Tomás Ourofino (UnB)

Luah Tortorella Mendes Winckler (UnB)

Autores de Resenhas

Rafael Francoes Porto (UnB)

Autores de Ensaio

Davi Felipe Cardoso Peixoto de Souza (UnB)

Nominata de Pareceristas

Ana Carolina Vaz da Silva (PPGCP – UnB)

Antonio Ordones Neto (IPOL – UnB)

Carolina Rezende Moraes (PPGCP – UnB)

Evelyn Maria Apolinaria Santos Arruda (PPGCP – UnB)

Henrique Carvalho Fontes do Amaral (PPGCP – UnB)

Igor Rodrigues Costa (PPGCP – UnB)

João Paulo Domingueti Barreto (PPGPP – USP)

Lays Barbara Vieira Moraes (PPGCP – UnB)

Nicoli Gonzaga Guimarães (PPGCP – UnB)

Orestes Dias Araújo (PPGDSCI - UnB)

Pedro Burity Borges (PPGCP – UnB)

Renata de Paiva Puzzilli Comin (PPGCP – UnB)

Contato

E-mail: revista.etcetera.unb@gmail.com

Site: <https://revistaetc.unb.br>

Instagram: @etceteraunb

Instituto de Ciência Política - IPOL

Universidade de Brasília - UnB - Prédio IPOL\IREL - IPOL, UNB Área 1 - Asa Norte, Brasília
- DF, 70904-970

Prefácio

Frederico Berholini

Michelle Fernandez

A Revista Etcétera – Política e Multidisciplinaridade é um produto realizado por estudantes de graduação e voltado para estudantes de graduação interessados na reflexão crítica sobre política e gestão pública. Criada com o propósito de ampliar a circulação da produção acadêmica entre aqueles que estão em seus primeiros passos na pesquisa, a revista esteve inativa por muito tempo. Sua retomada, com o presente volume, representa não apenas a reconstrução de um projeto editorial, mas também a reafirmação da necessidade de um ambiente que fomente a análise e o debate acadêmico no campo da Ciência Política e de Públicas em geral.

Como as instituições políticas respondem (ou falham em responder) aos desafios contemporâneos? O que significa ser cidadão em um contexto de crise da democracia? Este volume da Revista Etcétera busca enfrentar essas questões, oferecendo reflexões críticas que transitam entre a análise teórica e a investigação empírica.

O primeiro artigo, *Federalismo à brasileira: o caso SUAS e a coordenação entre os entes federativos na implementação de políticas públicas*, de Luiz Eduardo Souza Silva, examina as tensões entre descentralização e coordenação federativa no Brasil, tomando como estudo de caso o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A pesquisa evidencia os desafios e as contradições do modelo federativo brasileiro, em que a autonomia dos entes subnacionais convive com uma estrutura de governança frequentemente desigual.

A reflexão sobre desigualdades estruturais também está presente no artigo Dominique Lepinsk Romio e Maria Luíza Medeiros, *Desigualdade estrutural na América Latina: um olhar sobre a herança colonial e a busca por inclusão no Brasil*. Nele as autoras abordam o impacto persistente do colonialismo na marginalização de pessoas negras e mulheres. O estudo desafia o mito da democracia racial e expõe os limites das políticas públicas de inclusão.

A corrosão das bases do Estado de bem-estar é tema do artigo *O processo de desmantelamento da sociedade de bem-estar: um diálogo entre as concepções de subjetividade neoliberal nas Ciências Sociais*, de Pedro Henrique Queiroz. O autor explora

como o neoliberalismo reconfigura as subjetividades políticas, transformando cidadãos em empreendedores de si mesmos e corroendo a noção de direitos sociais.

Já Santh Brasilino da Silva, em *Lideranças políticas digitais, etnias e golpe na Bolívia (2019)*, investiga como as redes sociais e as narrativas étnicas foram mobilizadas no processo que levou à deposição de Evo Morales. O artigo revela o papel da tecnologia como vetor de disputa política e analisa a instrumentalização da identidade para legitimar mudanças de regime.

A centralidade da cultura no jogo político é explorada por Tomás Ourofino em *Centralidade da Política Cultural nos Discursos de Posse 2003 e 2023 dos Ministros no Ministério da Cultura do Brasil*. O autor compara os discursos ministeriais ao longo de duas décadas, evidenciando como a cultura tem sido reivindicada ora como instrumento de inclusão, ora como mecanismo de controle.

O artigo de Luah Tortorella Mendes Winckler, *21 anos do Projeto Política na Escola: a transformação do conceito de política entre crianças*, nos convida a refletir sobre a formação política desde a infância. A pesquisa demonstra como as concepções de política e cidadania evoluem ao longo do tempo e argumenta que a educação política para crianças pode ser um poderoso antídoto contra a apatia cívica no futuro.

Na seção de resenhas, Rafael Francoes Porto analisa a obra *Governabilidade no Brasil Contemporâneo: Uma Análise das Relações de Poder*, oferecendo uma leitura crítica sobre os desafios da governabilidade em um contexto de fragmentação política e polarização institucional.

O volume se encerra com o ensaio de Davi Felipe Cardoso Peixoto de Souza, *Em um mundo de pesadelos, somos prisioneiros de nossos sonhos? A burocracia kafkiana em nossas vidas*, uma provocação filosófica sobre os efeitos da burocratização no cotidiano e a alienação do indivíduo diante de sistemas impessoais e opacos.

O eixo comum entre os textos aqui apresentados é a constatação de que a política se manifesta nos espaços de poder e exclusão, nos discursos e nas práticas, nas redes sociais e nas ruas, nas disputas pelo passado e pelos possíveis futuros. A Revista Etcétera reafirma seu compromisso com uma ciência política que não apenas analisa, mas tensiona e provoca. Que

este volume de retomada sirva como um convite à reflexão crítica e ao engajamento intelectual.

SUMÁRIO

PREFACIO AO VOLUME DEMOCRACIA, INSTITUIÇÕES E CIDADANIA 05

ARTIGOS

1. Federalismo à brasileira: o caso SUAS e a coordenação entre os entes federativos na implementação de políticas públicas..... 07
2. Desigualdade estrutural na América Latina: Um olhar sobre a herança colonial e a busca por inclusão no Brasil 15
3. O processo de desmantelamento da sociedade de bem-estar: um diálogo entre as concepções de subjetividade neoliberal nas Ciências Sociais..... 25
4. Lideranças políticas digitais, etnias e golpe na Bolívia (2019) 39
5. Centralidade da Política Cultural nos Discursos de Posse 2003 e 2023 dos Ministros no Ministério da Cultura do Brasil..... 51
6. 21 anos do Projeto Política na Escola: a transformação do conceito de política entre crianças..... 74

RESENHAS

7. Governabilidade no Brasil Contemporâneo: Uma Análise das Relações de Poder..... 94

ENSAIOS

8. Ensaio: Em um mundo de pesadelos, somos prisioneiros de nossos sonhos? A burocracia kafkiana em nossas vidas..... 101

Vol. 1, nº1 (2025)

Federalismo à brasileira: o caso SUAS e a coordenação entre os entes federativos na implementação de políticas públicas

Autoria: Luiz Eduardo Souza Silva¹

Resumo: A estrutura federativa do Brasil exige um profundo estudo e reflexão. Por esse motivo, neste estudo de caso, o conceito de federalismo, sobretudo o federalismo à brasileira, se destacam. As mudanças trazidas após a Constituição de 1988, dividiu a União (governo central) Estados, Municípios e o Distrito Federal (governos subnacionais) entes federados com capacidade administrativa e política próprias, porém interdependentes. É exatamente essa interdependência o ponto do estudo em questão, especificamente no caso do Sistema Único de Assistência Social que tem atuação de todos os eixos federados, que desenvolveram um sistema eficaz de coordenação federativa. Para tanto, o trabalho emprega referências bibliográficas e análises de conteúdo de documentos normativos do SUAS. Na conclusão, o estudo mostra a necessidade de conciliar as partes da federação e diretrizes eficazes para que haja uma relação intergovernamental eficiente com objetivo de dar maior efetividade das políticas públicas, assim como ocorreu na assistência social no Brasil.

Palavras-chave: federalismo; relação intergovernamental, SUAS, assistência social

1. Introdução

Na etimologia, a palavra federalismo deriva do latim *foedus*, cujo significado remete a pacto (ELAZAR, 1987). Essa definição já nos evidencia a ideia do termo em questão. Alguns autores do campo da Ciência Política e do Direito se dedicaram a estudar mais profundamente esse tema, há um consenso entre esses escritores de que o federalismo é uma forma de organização do poder político no Estado nacional caracterizado pela autonomia territorial (SOARES, 2013, p. 3)

Essa estrutura estatal pressupõe descentralização do poder político que, em vez de se concentrar apenas no governo central, passa-se mais autonomia e legitimidade de ação política aos governos subnacionais, no caso brasileiro; aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Esses entes não são nações independentes, tampouco apenas unidades administrativas, trata-se, pois, de um regime em que os poderes de governo são repartidos entre instâncias governamentais por meio de campos de competências legalmente definidas, conforme definiu CURY (2006).

¹Graduando do bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UnB

2. Federalismo à brasileira

A Constituição Brasileira de 1988, logo em sua primeira frase, decreta que a partir da promulgação daquele texto o Brasil passaria a se constituir como um Estado Federado, *formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal* (BRASIL, 1988). Esse artigo, ainda, é considerado uma cláusula pétrea, ou seja, imutável e nenhum dos poderes constituídos podem alterá-lo (ANDRADE, 2009).

Os constituintes inovaram ao colocaram os municípios brasileiros como um ente federado, ou seja, teriam a partir dali autonomia administrativa (capacidade de organizar seus serviços); financeira (referente a arrecadação e ao uso dos proventos oriundos de impostos municipais); política (capacidade de eleição de suas autoridades políticas) e organizativa (capacidade legal de criar leis orgânicas sem interferência direta dos demais entes da federação) (BRASI, 1988).

Com maior descentralização do poder político para os governos subnacionais, esses, passaram a ganhar mais autonomia e legitimidade para, por exemplo, criar impostos e elaborar suas políticas públicas focadas em uma determinada localidade, portanto, se instalou no Brasil um sistema legal de repartição de receitas e competências estatais (ARRETCHE, 2004).

Contudo, essa forma de Estado, com a participação de vários eixos federados - União, Estados, Municípios e o Distrito Federal - criou, também, uma morosidade no Estado brasileiro e que pode levar à redução da qualidade do serviço público no Brasil, caso não estejam em sintonia. O escritor alemão Reinhold Zippellius, descreve em um de seus livros;

[...] as práticas de cooperação, em sentido restrito, trazem consigo também desvantagens, afigurando-se complicadas e muitas vezes dispendiosas. Transportam o risco de que uma política de ‘vistas largas’ seja substituída por uma ‘política do denominador comum’, pouco eficiente” para demonstrar que os acordos celebrados entre os entes federados ‘conduzem freqüentemente a que a conciliação entre pontos de vista defendidos pelas diversas entidades envolvidas seja assumida pelas burocracias especializadas [...]’ (ZIPPELLIUS, 1997).

Com essa dualidade do federalismo, debate-se, portanto, quais caminhos os entes federados devem seguir. Relacionar-se com os outros federados, sobretudo o governo central, detentor de maior poder político e que exerce um “federalismo cooperativo autoritário” (BONAVIDES, 1996), para que aumentem sua capacidade estatal e melhorem a eficiência do serviço público? Essa relação entre os eixos federados denominamos relações intergovernamentais, que Soares e Machado (2018), descrevem como sendo a produção e compartilhamento de bens públicos, e que requerem a cooperação de partes interessadas para

alcançarem objetivos comuns aos entes, objetivando a entrega, viabilização e provisão de serviços públicos.

1.Figura 1 - Federalismo

A figura acima deixa em evidência do que se trata as relações intergovernamentais, que poderiam ser definidas como as linhas e setas que traçam um ponto ao outro da figura. Essas relações precisam estar em plena sintonia, visto que um dos objetivos dessa cooperação é o aumento da capacidade estatal dos estados e municípios, para gerar uma melhora no produto final de uma determinada política pública capaz de suprir a necessidade dos cidadãos.

“Essa cooperação se evidencia útil em um contexto de complexidade social como processo de integração de atores separados, mas interdependentes, que, de algum modo, precisam adaptar-se uns aos outros, apesar de possível antagonismo entre eles” (BARBOSA, 2016).

2. O caso SUAS e a relação interfederativa

Cabe, visando delimitar o estudo de caso em questão, analisar o caso do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo desta política nacional é gerir toda política relacionada à assistência e proteção social no Brasil. Além disso, a política foi capaz de descentralizar as decisões e tornar o processo mais participativo;

[...] no caso dos SUAS, sua evolução institucional influenciou para que a modernização da gestão das secretarias municipais fosse exitosa, pois, em 10 anos, houve avanços relevantes quando comparados ao legado prévio da gestão local. (GRIN, ABRUCIO, 2018).

Um dos principais instrumentos utilizados para abarcar a relação interfederativa - ou intergovernamental - foi a publicação da Norma Operacional Básica NOB - Suas, que consolidou o desenho federativo da assistência social no Brasil, ou seja, a norma definiu as competências de cada ente federado, conforme detalhou JACCOUD; BICHIR; MESQUITA (2017). Isso facilitou e dinamizou o processo de implementação das políticas públicas. De acordo com ABRUCIO *et al.* (2023), somente a partir disto, que o instrumento ganhou arcabouço institucional para implementação de políticas de governança e coordenação dos entes federativos.

[...] o arcabouço institucional da política ganha robustez legal e o governo passa a estabelecer uma rede de proteção e de promoção social, de modo que o caráter intergovernamental da política ganha evidência. Os diferentes programas da assistência passam a ser articulados por meio de uma política nacional, fortalecendo a coordenação federativa. A articulação mencionada acontece a partir do desenvolvimento de três principais elementos: i) implementação de mecanismos de indução e de fortalecimento das capacidades locais; ii) constituição de fóruns de

pactuação; e iii) universalização dos serviços no território nacional (ABRUCIO *et al.*; 2023).

A norma definiu que os Estados seriam responsáveis pelo apoio técnico aos municípios - sobretudo capacitação de recursos humanos - à União caberia os esforços de coordenar a política nacional e não deixar criar discrepâncias regionais entre os entes federados e aos municípios caberia implementar essa política (BRASIL, 2005). Além disso, a NOB SUAS especificou que cabe a cada esfera de governo, em seu âmbito de atuação, coordenar, formular e co-financiar, além de monitorar, avaliar, capacitar e sistematizar as informações. O principal argumento que o governo utilizou à época para descentralizar a política em si, foi que apesar da necessidade de haver uma política que estabeleça as diretrizes gerais da Assistência Social, cada gestor público do município entende a sua realidade e a dinâmica demográfica associada sociocultural em curso naquela localidade (BRASIL, 2005).

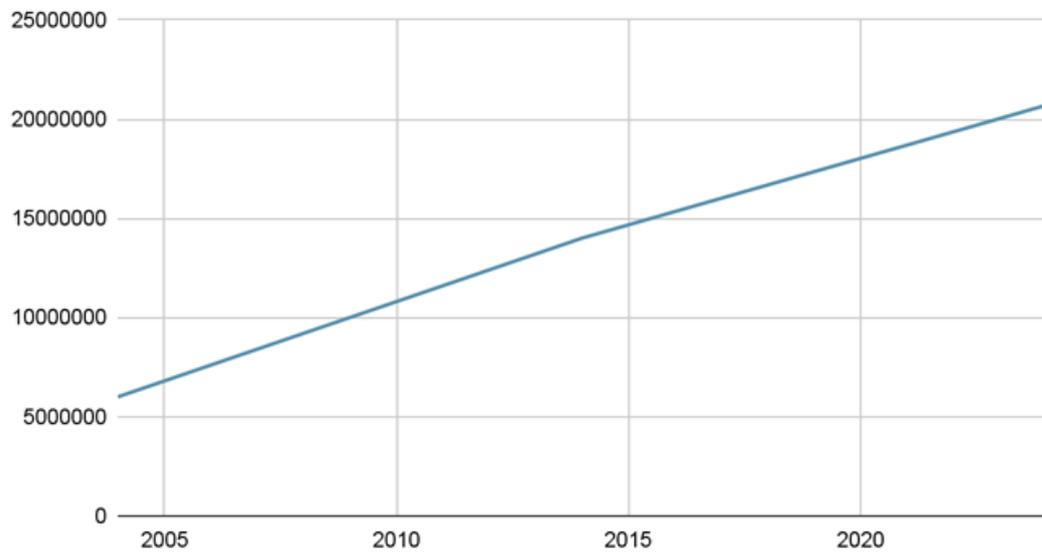
Houve, segundo os gestores da política nacional de assistência social à época, o entendimento que era necessário repensar o modelo de atuação da rede sócio assistencial, direcionando-a na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar (BRASIL, 2005). Um exemplo recente do uso dessa autonomia, foi a criação, durante a pandemia da COVID-19, por alguns estados e municípios, em paralelo com o Governo Federal, de “Auxílios Emergências” próprios.

Neste caso, com recursos próprios, os gestores desses municípios e estados identificaram na sua realidade e localidade, a necessidade do investimento em assistência social em paralelo ao valor já dado pelo governo federal às famílias que passavam por dificuldades financeiras pela externalidade pandêmica da época.

Portanto, foi nos anos posteriores a publicação da norma Norma Operacional Básica NOB - Suas, que houve significativa ascensão e melhora no serviço de assistência social no Brasil e que pode ser observado, também, com a expansão no número de atendidos do Programa Bolsa Família, que eram cerca de 6 milhões em 2004, e passou a ser mais de 14 milhões em 2014 (IPEA, 2019). Em setembro de 2024 esse número passou a ser de 20 milhões de famílias beneficiadas (BRASIL, 2024). Além disso, houve ampliação significativa das pessoas inscritas no Cadastro Único - cadastro do governo federal que funciona como porta de entrada para diversos programas sociais (BRASIL, 2024).

1. Gráfico de beneficiados pelo bolsa família ao longo dos últimos 20 anos.

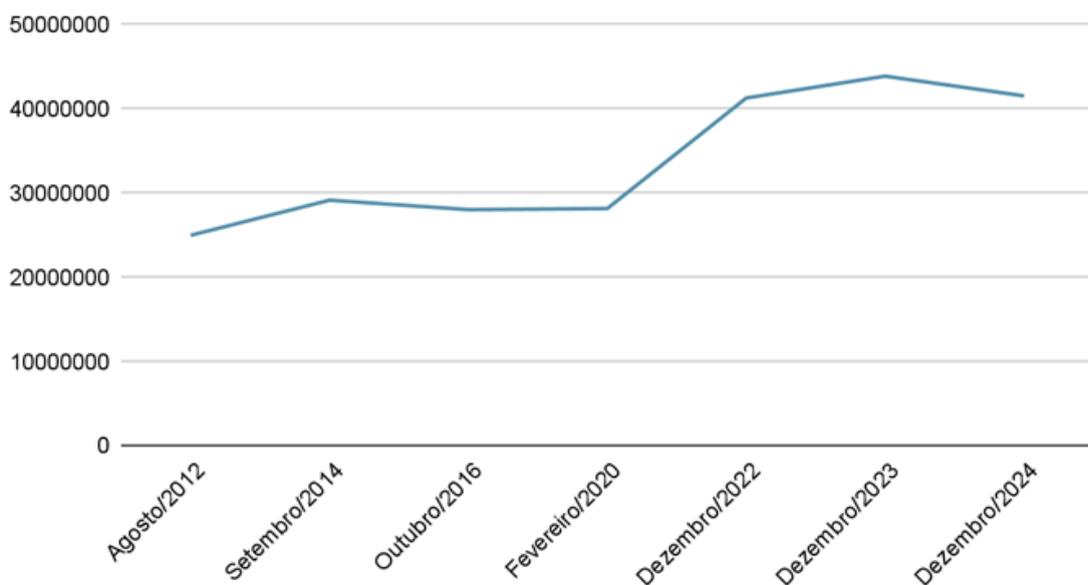
Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família



Fonte: Governo Federal. Criação própria.

2. Gráfico de famílias cadastradas no CADÚNICO

Famílias cadastradas no CADÚNICO



Fonte: Governo Federal. Criação própria.

A evolução contida nos gráficos, demonstram que quando houve o entendimento dos burocratas de que era preciso descentralizar a política para que os entes federativos, sobretudo

os municípios nesse caso, pudessem gozar da sua autonomia administrativa - como a contratação de pessoal - e com isso, houve um avanço significativo das pessoas atendidas pelo Estado em busca de assistência social.

Em uma atualização da Norma Operacional Básica - SUAS, aprovado pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, em dezembro de 2012, apresentou novas diretrizes para a execução da política na ponta. Um dos pontos de maior destaque já está na sua elaboração, feita por uma Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que reuniu os três níveis de governo (DELGADO et al., 2022). Apesar de não ter havido muitas mudanças estruturais na gestão federativa da política, a própria participação de todos os entes da federação na elaboração de novos processos operacionais já evidencia como a relação intergovernamental pode ser útil para aperfeiçoamento constante das práticas operacionais de políticas públicas (DELGADO et al., 2022).

Ainda, de acordo com Delgado (2022), foi possível verificar que durante o processo de participação dos entes subnacionais na elaboração da Nova Operacional Básica, na CIT, os entes conseguiram apresentar suas posições a respeito do que estava sendo deliberado e exercer um papel ativo na formulação das diretrizes que posteriormente eles passariam a seguir.

4. Conclusão

No presente estudo de caso, observa-se que quando se cria mecanismos de maior coordenação federativa (Kooiman, 2003), há, também, uma significativa melhora no resultado da política pública. Destaque-se, sobretudo, uma necessidade da delimitação e separação de competências de cada ente federado na execução de uma determinada política. Quando não existe essa designação clara de competência, o órgão fica sem o devido respaldo para agir, criando uma situação de imprevisibilidade e morosidade do Estado brasileiro.

O Sistema Único de Assistência Social se mostrou um importante instrumento de política pública durante a externalidade pandêmica da COVID-19, onde, através de uma rede de relação intergovernamental previamente montada, foi capaz de em apenas alguns meses, atuar no apoio financeiro às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No caso da política apresentada, ainda, observamos que quando começou o desenvolvimento das redes de relações intergovernamentais entre os entes federativos, observamos ligeiro crescimento na comunidade atendida pelas políticas públicas

implementadas pelo Sistema Único de Assistência Social. Isso, sobretudo, evidencia que a criação de redes de comunicação efetivas entre os burocratas dos municípios, estados e União trazem ganhos substanciais à sociedade.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, Fernando. L.; *et al.* Ascensão e crise do Sistema de Assistência Social (SUAS) no federalismo brasileiro. Revista Katálysis *Revista Katálysis*. Publicado em 17 de julho de 2023.

ANDRADE, Fábio Martins de. As cláusulas pétreas como instrumentos de proteção dos direitos fundamentais. *Revista de informação legislativa*, v. 46, n. 181, p. 207-226, jan./mar. 2009. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/194903>.

ARRETCHE, Marta. FEDERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL problemas de coordenação e autonomia. 2004.

BARBOSA, Sheila C. T. Capacidade de Gestão: coordenação interorganizacional na implementação de programas públicos federais no Brasil. *Repositório do Conhecimento do IPEA*, p. 47-55, Jan-Jun. 2016.

BONAVIDES, Paulo. Do velho ao novo federalismo. *RDA*, Rio de Janeiro, v. 70, p. 500-515, maio 1962.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Governo Federal. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/bolsa-familia-chega-a-mais-de-20-7-milhoes-de-lares-em-um-investimento-que-ultrapassa-r-14-bilhoes>. Set.2024. Acesso em: 04 fev. 2025.

CURY, C. R. J. Federalismo político e educacional. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). Políticas públicas de gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análise. Brasília: Líber Livro Ed., 2006. p. 113-127.

DELGADO, R. M. L.; FERNANDES, C. C. C.; PALOTTI, P. L. M. Quando cooperação e centralização se combinam: um estudo de caso da política de assistência social. *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, 2022.

ELAZAR, Daniel. *Exploring Federalism*. Tuscaloosa. The University of the Alabama Press. 1987.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Capítulo 2 – Assistência Social. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2021, 43 p.

JACCOUD, L.; BICHIR, R.; MESQUITA, A. O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, p. 37–53, 2017.

GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L. Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais. *Revista do Serviço Público*, v. 69, p. 85-122, 2018.

KOOIMAN, J. *Governing as governance*. London: Sage Publications, 2003.

SOARES, Márcia M. *Formas de Estado: federalismo*. Manuscrito. Belo Horizonte: UFMG/DCP, 2013.

SOARES, Márcia M; Machado, José Angelo. *Federalismo e políticas públicas*. Brasília: Enap, 2018. 112 p. ISBN: 978-85-256-0081-3.

ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria geral do Estado*. Tradução: Karin Praefke-Aires Coutinho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

Gráficos e figura

Figura 1 - criação própria.

Gráfico 1 - criação própria.

Gráfico 2 - criação própria.

Desigualdade estrutural na América Latina: Um olhar sobre a herança colonial e a busca por inclusão no Brasil

Autoria: Dominique Lepinsk Romio e Maria Luíza Medeiros²

RESUMO: O presente ensaio bibliográfico examina a desigualdade estrutural na América Latina, destacando suas raízes coloniais e o impacto persistente sobre afrodescendentes e mulheres. Ao revisar bibliografias, ressalta-se que a colonização e a exploração da mão de obra escrava resultaram em uma hierarquia racial que ainda perpetua a marginalização social e econômica desses grupos. Conclui-se que é essencial implementar políticas públicas que reconheçam e integrem a diversidade das populações, promovendo uma sociedade verdadeiramente multicultural, na qual a participação ativa dos grupos marginalizados seja fundamental para efetivar mudanças sociais e políticas significativas.

Palavras-chave: Brasil; América Latina; Gênero; Raça; Desigualdades

Área temática: Cidadania e representação política

A Herança Colonial e a Formação Social Brasileira

A formação da América Latina é marcada pelo processo de colonização, presente em todos os países da região, esses processos se dividiram em exploração de mão de obra indígena, especialmente nos países andinos, e exploração da mão de obra de pessoas de cor advindas, majoritariamente, do continente africano, como ocorreu no Brasil, Haiti, Cuba e Venezuela, por exemplo. Durante o período colonial, as mulheres negras, além de serem exploradas como força de trabalho, foram sexualizadas, o que gerou um elevado número de filhos mestiços de homens brancos com mulheres negras escravizadas (Amoras; Costa; Araújo, 2021). Esse processo de miscigenação contribuiu para a criação de uma sociedade racialmente hierarquizada, cujas desigualdades são, até hoje, visíveis nas estruturas sociais.

A opressão vivida por mulheres negras na América Latina durante o processo de colonização evidencia a interseccionalidade entre raça e gênero, que resultou em formas específicas de violência e exploração. Enquanto homens negros e indígenas eram forçados ao trabalho físico exaustivo, as mulheres negras e indígenas acumulavam as funções de trabalho forçado e a exploração sexual, muitas vezes sendo tratadas como propriedade tanto para o labor quanto para a satisfação dos desejos dos colonizadores. Essa estrutura histórica perpetuou desigualdades interseccionais que permanecem evidentes nas sociedades latino-

²Graduandas do bacharelado em Ciência Política da UnB

americanas contemporâneas, em que mulheres negras continuam a enfrentar barreiras significativas no acesso a direitos, reconhecimento e igualdade de oportunidades.

Atualmente, a América Latina possui cerca de 670 milhões pessoas (Cepal, 2024) - grupo composto significativamente por afrodescendentes, que alcançam praticamente 25% a partir de autodeclaração, conforme apresentado no documento “*Afrodescendants in Latin America: Toward a Framework of Inclusion*”, publicado pelo Banco Mundial, em 2018. Esse contingente compartilha uma trajetória histórica comum de opressão, determinada pela escravidão e pela discriminação. O Haiti, por exemplo, foi o primeiro país da região a abolir a escravidão, em 1793, estabelecendo um marco importante na luta pela liberdade dos afrodescendentes.

A Questão Racial e o Mito da Democracia Racial

No Brasil, a abolição chegou quase cem anos depois, em 1888, em um processo retardado por interesses econômicos e políticos, e foi o último país das Américas e do Ocidente a assinar uma lei extinguindo a escravidão. No entanto, mesmo após 136 anos dessa legislação, a exclusão e o racismo ainda afetam significativamente as populações afrodescendentes, evidenciando a segregação racial persistente. No Brasil, onde mais da metade da população é negra (IBGE, 2024), observa-se que o eco da exclusão é o racismo, e a resposta à racialização desumanizadora e política reproduz a mística das raças, profundamente entranhada na experiência dos indivíduos e das sociedades (Pinho, 2006).

A miscigenação foi incentivada como uma política de “branqueamento” da população negra (Gonzalez, 1988), promovendo a ideia ilusória de uma “democracia racial” reproduzida por teóricos como Freyre (1933). Esse mito oculta o histórico de violência colonial e de escravidão, como se não existisse uma satisfação sexual e uma força de trabalho racializada (Pinho, 2006). Assim, apresenta a mestiçagem como um elemento de integração harmônica, embora tenha sido usada para suprimir as identidades e direitos da população negra. Dessa forma, o surgimento histórico do mestiço, em suas variações nacionais, funcionou como um produto do contexto colonial ocidental (Pinho, 2006).

Com a chegada da chamada “modernização”, foram perceptíveis as mudanças nas formas de discriminação que começaram a ocorrer, muitas vezes, de maneira “velada”, por meio de brincadeiras e piadas de cunho “racial”, mas que ainda implicam em um cenário de exclusão de pessoas negras (Lima e Vala, 2004).

Dessa forma, a vida das pessoas negras e pobres continuou vulnerável à exclusão social e à violência, visto que a posição dos grupos raciais na hierarquia social não foi substancialmente alterada (Hasenbalg, 1979). No século XXI, há uma relação direta entre desigualdade étnico-racial e reprodução social da pobreza (Pinho, 2006), com a existência de um padrão de desigualdade baseada na raça da pessoa, condição que determina um lugar de subordinação econômica e subalternidade na estrutura social para os indivíduos afrodescendentes (Banco Mundial, 2018).

O relatório do Banco Mundial (2018) revela que os afrodescendentes na América Latina ainda enfrentam sérias limitações à mobilidade social, sendo 2,5 vezes mais propensos à pobreza crônica. Pinho (2006) em seu ensaio sobre raça e racismo analisou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desagregado racialmente no Brasil e identificou “um Brasil dividido entre uma população com um padrão de vida semelhante ao de países medianamente desenvolvidos e outra população, a negra, com padrões de vida equivalentes aos piores do mundo” (Pinho, 2006). Esse quadro de exclusão demonstra que a desigualdade étnico-racial ainda influencia as condições de vida e as oportunidades econômicas dos afrodescendentes.

Em setembro de 2001, a “Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, promovida pela ONU em Durban, África do Sul, comprometeu os governos latino-americanos a combater o racismo e a discriminação em seus países. A conferência destacou a necessidade de mecanismos para garantir os direitos das populações negras no continente, incluindo a resolução da sub-representação política e o acesso igualitário a serviços públicos, educação de qualidade, emprego e visibilidade cultural. No mesmo período, o termo “afrodescendente” foi oficializado para designar as populações de origem africana na América Latina e Caribe.

Portanto, no que tange às questões puramente raciais, existe um longo caminho a ser percorrido para a inclusão dos afrodescendentes na América Latina, no qual ainda há uma lacuna no reconhecimento do caráter multicultural e multiétnico das populações negras - a expectativa é que, assim, os direitos dos afrodescendentes comecem a fazer parte das agendas políticas nacionais e globais (Pinho, 2006). Para tanto, cada nação precisa desenvolver mecanismos de integração das suas populações negras por meio da implementação de políticas públicas, a exemplo de políticas de ações afirmativas, visando reparar as injustiças da escravidão e promover a inserção social dessas pessoas, a exemplo de recomendações apontadas pelo documento do Banco Mundial (2018). Entretanto, é preciso ter em mente que,

embora importantes, essas iniciativas nem sempre obtêm resultados positivos, pois frequentemente carecem de incentivo suficiente à adesão de afrodescendentes no cenário político e social (Lemos Igreja; Santos; Agudelo, 2017).

Gênero e Interseccionalidade no Contexto Brasileiro

O processo de formação da América Latina também está intrinsecamente ligado à questão de gênero, compreendida como uma construção ideológica que define as relações de poder e os papéis sociais de homens e mulheres (Gonzalez, 1988). Historicamente, o patriarcado atribuiu às mulheres, principalmente negras e indígenas, uma posição subordinada, restringindo-as ao espaço doméstico e impedindo seu acesso a posições de poder e decisão. Em resposta a essas limitações, os movimentos feministas latino-americanos emergiram, especialmente durante as ditaduras, contribuindo para a luta por direitos civis e políticos (Alves, 2020).

Na década de 1980, as questões de gênero passaram a ser abordadas no meio acadêmico (Silva, 2000), resultando na criação de novos conhecimentos sobre o papel da mulher na sociedade e sobre o próprio movimento feminista. Essas discussões culminaram em políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, impulsionadas por eventos como a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, realizada pela ONU em 1981, na cidade de Nova York. Essas movimentações trazem uma consequência importante, pois os “resultados de pesquisas e conhecimentos considerados científicos sempre constituíram um discurso e um recurso de poder” (Valdés, 2007, p.58, tradução livre).

Contudo, políticas de igualdade de gênero enfrentam desafios diversos na América Latina, onde o machismo e a estrutura patriarcal variam conforme o contexto sociocultural. Em 2001, por exemplo, foi realizada a “Declaração de Mulheres Afrodescendentes desenvolvida no Foro das Américas pela Diversidade e Pluralidade”, no Peru, que apontou que as políticas estatais ignoram frequentemente as especificidades das mulheres negras, resultando em um tratamento desigual e excludente, com traços de racismo, sexismo e xenofobia (Artiles Visbal, 2006).

Outro exemplo é que, no Brasil, foi constatado que as mulheres negras tinham menor acesso à educação e estavam inseridas nas posições menos qualificadas do mercado de trabalho (Ipea, 2004). Mesmo assim, nenhuma política pública com o intuito de inserir essas

mulheres no mercado de trabalho foi realmente desenvolvida, apesar da declaração ter como objetivo cobrar dos Estados maior equidade no tratamento desse grupo de mulheres em relação ao todo.

As mulheres indígenas também demandam políticas específicas, uma vez que sua autonomia cultural e acesso a direitos básicos, como a terra, são constantemente ameaçados. Em 2005, no Brasil, o Departamento de Saúde Indígena (Desai), à época vinculado à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e que em 2010 foi transferido para o Ministério da Saúde e tornou-se a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), organizou a “Oficina de Mulheres Indígenas sobre a Atenção Integral à Saúde da Mulher Índia”, na qual as lideranças indígenas reivindicaram a criação de espaços para a maior participação das mulheres na elaboração das estratégias de ação e das políticas públicas voltadas para a assistência à mulher indígena (Ferreira, 2013).

A criação de políticas públicas específicas se faz necessária uma vez que historicamente essas mulheres enfrentam uma crescente perda de conhecimentos e comportamentos tradicionais, devido à questão da terra, que constitui, dentre outras questões, a expressão da autonomia indígena, de sua liberdade de crença e culto, de sua cultura, de seus costumes e de seu convívio harmonioso com a natureza (Gonçalves; Espinoza; Duarte, 2021), e é uma realidade que se estende por quase toda a América Latina. Além disso, as políticas integracionistas, que pretendiam a incorporação dos povos originários à sociedade nacional, acabaram por contribuir para a não elaboração de políticas capazes de reconhecimento das especificidades dessa população (Ferreira, 2013), e por não propiciar condições de autonomia para que esses povos representassem a si.

As Lutas por Reconhecimento e Inclusão

Mais recentemente, é perceptível um avanço na representação política e social das populações negras e indígenas. No Brasil, a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da Igualdade Racial (MIR), em 2023, e a nomeação de Sonia Guajajara e Anielle Franco, respectivamente, como ministras dessas pastas, exemplificam tal mudança. No entanto, a representação institucional ainda não garante que todos os direitos desses grupos sejam respeitados, pois a existência desses ministérios depende de decisões políticas que podem comprometer a continuidade de suas funções e a implementação de políticas públicas essenciais.

As desigualdades de gênero, raça e etnia na América Latina mostram-se interseccionais, especialmente em áreas como educação e saúde. Segundo a Cepal (2024), apesar da participação de mulheres latino-americanas em diversos níveis educacionais, as mulheres indígenas, negras e aquelas em situação de vulnerabilidade continuam a ser as mais propensas à exclusão social e econômica. Além disso, fatores culturais e biológicos contribuem para a longevidade e qualidade de vida desigual dessas populações (Cepal, 2024).

Logo, as ideias de raça e de gênero estão intrinsecamente ligadas à formação das relações sociais na América Latina, uma vez que essas características foram associadas às hierarquias sociais e aos padrões de dominação impostos - ou seja, foram utilizadas como meios de classificação da população e assim de “legitimação” das relações de dominação utilizadas pela colonização. Outrossim, ainda é possível identificar a existência de uma divisão da sociedade, por raça e gênero, logo, uma classificação social racista e machista.

Com isso, os afrodescendentes, em especial as mulheres, se encontram em uma situação de colonialismo interno nos países da América Latina e do Caribe, por estarem em uma conjuntura de desigualdade frente às elites dominantes e carecerem de representação social e política adequadas às suas realidades nos âmbitos econômico, político, social e cultural. Nesse sentido, colonialismo interno seria a continuidade colonial das estruturas sociais dos territórios que foram no passado colônias europeias, baseando-se em uma distinção diacrônica da espacialidade global do colonialismo como um fenômeno simultaneamente internacional e intranacional (González Casanova, 1963).

Por consequência, o colonialismo interno funcionou - e ainda funciona - na América Latina como um obstáculo ao processo democratizador das relações políticas e sociais. Dito isso, as estruturas de poder continuam sendo organizadas nos moldes do eixo colonial, visto que a perspectiva eurocêntrica continua inserida fortemente nos pensamentos dos grupos dominantes da América Latina. Dessa maneira, a ideia do colonialismo interno reflete a relação paradoxal das nações independentes com relação a suas populações colonizadas (Quijano, 2005). De uma maneira geral, é como se os Estados utilizassem os cidadãos da melhor maneira para garantir os seus interesses, na tentativa de criar grupos subjetivos estatais coordenados que podem ser entendidos como “a invenção do outro” (Castro-Gómez, 2005). Com isso, surge uma falsa ideia de “inventar a cidadania”; isto é, de criar um campo de identidades homogêneas que possibilite o projeto moderno da governamentalidade (Castro Gómez, 2005).

A formação dos Estados da América Latina não foi um processo autônomo, foi a consolidação do colonialismo europeu no continente americano. Assim, faz-se necessário o reconhecimento da forte influência da Europa nos países do Sul Global, então, países que enfrentaram a colonização e continuaram a lidar com desigualdades sociais e econômicas decorrentes, buscando alternativas à globalização neoliberal, mesmo que de maneiras não homogêneas (Ballestrini, 2020) que resultou na violência e na destruição das sociedades ali existentes. Portanto, é fundamental o entendimento dos impactos da colonização na formação das relações de poder na América Latina.

Nessa situação, é necessário que essas categorias, que vêm sendo historicamente oprimidas, tenham suporte para conseguirem uma continuidade na tomada de consciência dessa situação a fim de que prossigam na busca ativa por um Estado-nação multiétnico, no qual o poder emane de todos os grupos presentes no território. Porém, isso só é efetivamente possível ao se reconhecer a unidade de interesses e valores em meio à diversidade dos grupos que compõem uma nação. Além disso, é essencial que se tenha uma visão crítica global, sem se prender às realidades nacionais, para haver articulação entre nações, pois essa relação se estende, também, ao meio internacional.

Considerações Finais

Desse modo, a formação da América Latina é marcada por uma herança colonial que estruturou as relações sociais e econômicas com base em desigualdades raciais e de gênero, cujos efeitos ainda são visíveis nas estruturas sociais da região. A exploração das populações afrodescendentes e indígenas, somada à construção de ideais como o da “democracia racial” (Freyre, 1933) e da miscigenação forçada, ocultou um sistema de exclusão e marginalização que relegou esses grupos a posições de subordinação social e econômica. Esse histórico reflete-se em desigualdades que persistem até a atualidade, a exemplo das diferentes possibilidades de acesso à educação e ao mercado de trabalho formal, e a falta de representatividade nas esferas de poder político e cultural, como já mencionado (Cepal, 2024).

Mesmo com a abolição da escravidão e as recentes políticas de reconhecimento, os obstáculos enfrentados por essas populações demonstram a necessidade de uma transformação estrutural para superar o legado colonial. Para uma verdadeira igualdade ser alcançada, é

essencial que as nações latino-americanas fortaleçam políticas que reconheçam a diversidade de suas populações e garantam a inclusão desses grupos nos espaços de decisão.

Em suma, as questões de raça e gênero na América Latina e no Caribe ainda são objetos de estudo e luta, por se relacionarem, também, com o colonialismo interno. Esses assuntos estão demasiadamente atrelados ao processo histórico de formação dessa região do globo. Dessa maneira, a mudança na situação política e social desses grupos deve ser realizada com a participação efetiva de representantes dos principais afetados por esse histórico. Apenas com o compromisso de construir uma sociedade verdadeiramente multicultural, por meio de ações políticas e concretização de ideias e legislações, será possível superar as desigualdades e promover um futuro em que todos tenham acesso pleno aos direitos e oportunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres indígenas discutem inclusão social**. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2002-12-02/mulheres-indigenas-discutem-inclusao-social> . Acesso em: 1 nov. 2024.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985**. ISSN: 2238-3786, 206. 2020.

AMORAS, M.; COSTA, S. M. G. da; ARAÚJO, L. M. de. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021.

ARTILES VISBAL, Letícia. GÊNERO, QUESTÕES DE. *In*: ARTILES VISBAL, Letícia. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2006. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/genero-questoes-de>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BALLESTRIN, Luciana. **O Sul Global como projeto político**. Horizontes ao Sul, v. 15, 2020.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 197-231, 2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, 2005.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Portal de estatísticas**. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es>. Acesso em: 1 nov. 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2023**. Santiago: CEPAL, 2023.

FERREIRA, Luciane Ouriques. Saúde e relações de gênero: uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 1151-1159, 2013.

FREIRE, German; DIAZ-BONILLA, Carolina; SCHWARTZ ORELLANA, Steven; SOLER LOPEZ, Jorge; CARBONARI, Flavia. **Afro-descendants in Latin America: Toward a Framework of Inclusion**. Washington, DC: World Bank, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 48ª edição. Global Editora, 2003.

GONÇALVES, Douglas Oliveira Diniz; ESPINOZA, Fran; DUARTE Júnior, Dimas Pereira. Demarcação de terras indígenas, conhecimentos tradicionais e biodiversidade no Brasil. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 216-234, jan./abr. 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan.-jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, Chile, v. IX, p. 133-141, jun. 1988.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. América Latina: **Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciências Sociais**, v. VI, n. 3, Rio de Janeiro, 1963.

HASENBALG, Carlos. (1979), **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil** Rio de Janeiro, Graal.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo interno**. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2024.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 9, p. 401-411, 2004.

LEMOS IGREJA, Rebecca; AGUDELO, Carlos. Afrodescendentes na América Latina e Caribe: novos olhares, novas perspectivas em um contexto global multicultural. In: Dossiê Especial: Afrodescendentes na América Latina e Caribe: novos caminhos, novas perspectivas em um contexto global multicultural. Brasil: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas (CEPPAC-UnB)**, v. 8, n. 1, 2014.

PINHO, Osmund. RACISMO E RAÇAS. In: PINHO, Osmund. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2006. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/r/racismo-e-racas>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, n. 262, 15 nov. 2000. ISSN 1138-9796.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas Latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, 2005.

QUINTERO, Pablo. Colonialismo interno, neocolonialismo, colonialidade do poder: contribuições, limites e problemas dos modelos teóricos sobre os povos indígenas e as situações coloniais na América Latina. **Reunião Brasileira de Antropologia**, v. 31, p. 1-12, 2018.

VALDÉS, Tereza. Estudios de género: una mirada evaluativa desde el cono sur. In: ARANGO, Luz Gabriela; PUYANA, Holanda. **Género, mujeres y saberes en América Latina: Entre el movimiento social, la academia y el Estado**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007.

O processo de dismantelamento da sociedade de bem-estar: um diálogo entre as concepções de subjetividade neoliberal nas Ciências Sociais

Autoria: Pedro Henrique Queiroz ³

Resumo: O neoliberalismo é uma força socioeconômica, cultural e política de grande alcance e capilaridade na reprodução da vida social e que influencia os âmbitos público e privado da vida em sociedade. A reprodução da subjetividade própria da racionalidade neoliberal é muitas vezes um pré-requisito para a sobrevivência cotidiana dos indivíduos dentro do atual regime econômico capitalista. Quais as consequências para a sociedade civil e para o Estado desta dinâmica neoliberal que se torna cada vez mais hegemônica? Nesse sentido, o presente artigo objetiva aprofundar o debate sobre a construção da racionalidade neoliberal na subjetividade dos indivíduos e na estrutura do Estado, identificando as convergências e divergências teóricas entre os autores mobilizados.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Sociedade Civil; Subjetividades; Democracia.

Introdução

O neoliberalismo enquanto política econômica estatal surge em meados da década de 1970, como resposta às seguidas crises que o sistema capitalista passava na época, num cenário de Guerra Fria e intensa disputa ideológica entre mundo capitalista e mundo socialista. O confronto com os trabalhadores organizados, a privatização de bens públicos, a diminuição da taxa progressiva de impostos e a severa diminuição do alcance do Estado Social são algumas características elencadas por Wendy Brown (2019) do neoliberalismo surgido no período dos anos 1970. No contexto atual, o neoliberalismo se maquia de vários sentidos, ações e lógicas, que trabalham em conjunto para ampliar o alcance e a efetividade de uma ideologia que não é somente política ou econômica, é também moral, social e subjetiva. Segundo a autora (2019, p. 29), entretanto, o neoliberalismo não possui um conceito determinado, sendo mais relacionado a uma série de políticas que mobilizam a priorização de ideais mercadológicos na vida privada dos indivíduos, nas ações estatais e na condução da sociedade numa escala mais ampla.

³Mestrando do PPGSOL – UnB e Graduando em Ciências Sociais

A dificuldade em estabelecer uma definição precisa do fenômeno neoliberal está em sua capacidade ímpar de mutação, de flexibilização, de adaptação aos contextos locais em que ela foi implementada (Gago, 2018). Nesse sentido, como compreender as diferenciadas atuações regionais de uma política/ideologia aplicada em escala global? Na visão de Verónica Gago, “para pensar na atualidade neoliberal é preciso dar centralidade à sua capacidade de mutação, sua dinâmica de *variações permanentes*, dando centralidade às *variações de sentido*, aos ritmos repetitivos e não lineares do tempo [...]” (Ibid., p. 18-19, grifos da autora). Desvendar as peculiaridades locais da vida socioeconômica, política e cultural é essencial para compreender o fenômeno neoliberal que está sendo colocado em ação em determinado território, sem perder de vista suas características principais, preconizadas mundo afora por instituições econômicas como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, bastiões da disseminação neoliberal em escala global.

Essa dinâmica de introdução dos princípios econômicos neoliberais nas condutas das pessoas e dos Estados, totalizando a experiência da racionalidade neoliberal para todas as esferas da vida em sociedade, provoca a consolidação de um indivíduo que vive amplamente orientado pelas concepções fundamentais dos mercados econômicos, por exemplo, a produtividade, a eficiência, a redução de custos e a competitividade. O sujeito produtivo, na visão de Dardot e Laval (2016, p. 320), que foi formulado a partir das relações estabelecidas pelo capitalismo moderno e industrial, é substituído pelo indivíduo competitivo - o sujeito empresarial, neoliberal, ou apenas “*neossujeito*” - orientado por noções empresariais em todas as esferas práticas da vida social. Tais ideais empreendedores se espalham por toda a sociedade, moldando as relações produtivas, as relações familiares, a construção do Estado, de acordo com os interesses próprios da empresa privada, basicamente, maior produtividade e maior lucro.

Essas ideias entram no imaginário social coletivo, através da mídia, da religião, do mercado e também do Estado, produzindo novas subjetividades alinhadas à razão mobilizada pelo neoliberalismo, produzindo um *homo oeconomicus*, “um sujeito de interesses, capacitado para competir e produzir numa economia de mercado” (Rosa, 2019, p. 12). Um dos exemplos elencados na formulação das subjetivações individuais a partir da razão econômica neoliberal é a forma como o cálculo, o risco, o empreendimento, ideias de cunho econômico, se tornam conceitos que guiam a reprodução da vida social, ajudando a transferir da esfera política a

responsabilidade do Estado de promover melhorias e seguranças sociais à população - um dos objetivos das políticas neoliberais frente ao Estado (Gago, 2018).

Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho é estabelecer novos diálogos entre as razões neoliberais e as suas composições dentro do debate já consolidado nas Ciências Sociais acerca do tema. Uma releitura das bibliografias relevantes acerca das temáticas que envolvem a estruturação social, econômica e política do neoliberalismo é empreendida neste artigo, através de uma revisão bibliográfica sistemática. Mobilizando autoras como Wendy Brown, Verónica Gago, Michel Foucault, Pierre Dardot e Christian Laval, o trabalho procura compreender como cada visão acerca do neoliberalismo se estabelece sobre a temática da produção de subjetividades, destacando suas convergências. A primeira seção do artigo se baseia na exposição das relações entre neoliberalismo, sociedade e Estado, focalizando as formas como o neoliberalismo modula as ferramentas estatais, políticas, sociais e econômicas e conquista seus objetivos numa escala mais geral. A segunda seção se volta para o debate acerca da produção de subjetividades dentro dos regimes econômicos neoliberais, compreendendo as relações entre o neoliberalismo e a reprodução da vida social na escala do indivíduo.

A atuação da subjetividade neoliberal na sociedade e no Estado

O debate entre as literaturas mobilizadas pelo trabalho procura entender através de quais ferramentas o neoliberalismo influencia a sociedade - inclusive, boa parte de seus setores sociais, políticos e econômicos, mobilizam políticas de cunho neoliberal - avaliando sua atuação incisiva frente aos mecanismos estatais políticos e sociais. A discussão também levanta questões acerca da capacidade do sistema capitalista neoliberal se moldar, mais ou menos, em favor de um regime democrático. Wendy Brown (2019, p. 33) compreende uma democracia enquanto uma estrutura sócio-política que se fundamenta a partir da igualdade política, considerada pela autora como a garantia de que a construção política da sociedade e o exercício dos poderes estão legitimados pela ação e vontade populares. Entretanto, para Brown, não há igualdade política quando se verificam desigualdades e exclusões de cunho político, social, econômico, racial e até informacional, e portanto, o exercício do poder se torna segregado e o povo não faz mais parte do governo.

Ao mesmo tempo em que as democracias liberais capitalistas não podem ser consideradas como democracias plenas segundo os critérios da igualdade política, o sistema

neoliberal instalado de forma globalizada enfraquece constantemente os sistemas democráticos que já sofrem com as problemáticas socioeconômicas, culturais e raciais provenientes do regime econômico. Na visão da autora, “[...] uma orientação no sentido da democracia no contexto de Estados-nação e capitalismo requer apoio estatal para promover bens públicos, que vão desde cuidados com a saúde até a educação de qualidade, redistribuições econômicas e profilaxias vigorosas contra a corrupção pela riqueza.” (Brown, 2019, p. 37). Brown destaca e analisa em suas obras justamente a investida neoliberal sobre as provisões sociais estatais, ou seja, a corrosão de mecanismos sociais coletivos fundamentados a partir do Estado, que promovem uma sustentação básica da igualdade política dentro do regime econômico capitalista. Essa nova dinâmica política atinge ferramentas sociais substanciais como sistemas previdenciários, assistência social, educação e saúde, em prol da afirmação das prerrogativas morais mobilizadas pelo mercado na sociedade, influenciando a própria reprodução social dos indivíduos em nome da liberdade econômica (Ibid., 2019).

Dardot e Laval (2016), por sua vez, afirmam que o Estado é alvo de críticas e interferências da racionalidade neoliberal e também sofre várias alterações drásticas na forma como suas ações públicas são desenvolvidas e quais objetivos devem ser alcançados através das iniciativas estatais. Fundamentado na crítica da falta de eficácia e de produtividade estatais, o neoliberalismo aponta que as atribuições destinadas ao Estado são muito custosas do ponto de vista econômico, ao mesmo tempo em que tal instituição ainda coloca entraves e alguns obstáculos às atividades econômicas e à celebração da concorrência entre os atores da economia. O caminho político e socioeconômico mobilizado pela razão neoliberal, ou seja, a investida neoliberal, foi a de transplantar as noções concorrenciais próprias do mercado nos setores governamentais, combinando a atuação dos poderes públicos com o *modus operandi* empresarial (Ibid., 2016).

Segundo os autores, “Essa mutação empresarial não visa apenas a aumentar a eficácia e reduzir os custos da ação pública; ela subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão” (Dardot; Laval, 2016, p. 270). A transformação do Estado de Bem-Estar Social num Estado gerenciado através de parâmetros empresariais, um Estado “Concorrencial”, molda um novo tipo de governo, afetando principalmente as áreas social, política e econômica da sociedade. Assim como Brown, os autores identificam uma reconstrução neoliberal do Estado, que é posto sob

novas égides e opera com novos sentidos. A instituição estatal em si não desaparece, mas é remodelada a partir da racionalidade gerencial da empresa, da governança, da iniciativa privada, pautada pela concorrência e pela eficiência em todos os âmbitos. O processo de desmantelamento da sociedade, nos termos colocados por Brown (2019, p. 48), também opera em múltiplos sentidos, desde as privatizações, desmontando estrutural e politicamente o conjunto de mecanismos sociais e econômicos do Estado, até as contestações legais, éticas e culturais dos ideais de igualdade e justiça social, em favor das morais tradicionais e da promoção de uma liberdade socioeconômica sem a fundamentação social que a legitime enquanto uma política de inclusão. Na visão de Byung-Chul Han (2020, p. 11), o neoliberalismo é um regime que possui uma eficiência extraordinária na utilização e no aproveitamento da ideia de liberdade, com vistas à exploração, seja com relação às práticas ou às expressões de liberdade. Afinal de contas, a liberdade é uma característica fundamental da razão neoliberal e a forma como tal conceito é mobilizado pelas subjetividades que surgem através desta dinâmica também representam uma reconfiguração do liberalismo, fortemente atuante no desmonte da ideia de sociedade. Para Brown,

“A liberdade sem a sociedade destroi o léxico pelo qual a liberdade torna-se democrática, combinada com a consciência social e aninhada na igualdade política. Liberdade sem sociedade é puro instrumento de poder, despida de preocupação com os outros, o mundo ou o futuro.” (Brown, 2019, p. 58).

O ponto de vista de Brown no entendimento da construção democrática da sociedade entra no debate, colocando em questão a adesão aos princípios da democracia dos regimes neoliberais. A autora (2019, p. 38) destaca que o sistema democrático demanda uma assimilação robusta da sociedade enquanto um território comum, que aproxima os interesses, os pontos de partida e destino dos indivíduos. Ao mesmo tempo em que a sociedade é o lugar no qual as pessoas podem ser identificadas como cidadãs, exercendo direitos e fazendo uso de bens públicos, a sociedade também manifesta as suas desigualdades, ao passo que possibilita oportunidades para as devidas correções, ou seja, possibilitando o exercício da justiça social e a busca pela igualdade política. A justiça social é considerada por Brown (2019, p. 38) como o remédio básico para as desigualdades que servem ao sistema liberal dentro do regime capitalista e recurso valioso na construção da igualdade política dentro de um regime democrático. Nesse sentido, tal conceito é alvo das críticas e ações neoliberais no Estado e também faz parte dos mecanismos públicos que são centrais no fenômeno neoliberal de desmantelamento da sociedade e remodelamento do Estado de bem-estar. De acordo com Albino e Oliveira, “Trata-se assim de uma razão governamental que promove, sobretudo, um

ataque aos princípios, às práticas e às culturas, assim como aos sujeitos e às instituições da democracia. [...] Dessa maneira, o neoliberalismo seria destrutivo, em seu sentido mais profundo, tanto para o caráter quanto para o futuro da democracia.” (Albino; Oliveira, 2021, p. 14)

Dessa forma, o papel do Estado se transfere de uma produção do bem-estar social para uma garantia da máxima eficiência e utilidade dos seus recursos, sejam eles recursos econômicos, naturais ou humanos. A partir da mobilização por parte do mercado e de entidades econômicas mundiais - aquelas instituições internacionais criadas após a Segunda Guerra Mundial como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que se constituíram como grandes intermediários da aplicação das normas neoliberais pelos países - nasce o entendimento de que a gestão privada, ou seja, a governança, é mais eficaz que a gestão pública. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 278), o Estado já não se organiza para garantir na sociedade a associação entre diversas realidades e necessidades sociais, mas para sistematizar uma dinâmica social voltada às demandas da concorrência mundial e das finanças globais, modificando o sentido da gestão populacional através da mudança de orientação do Estado.

Para compreender a extensão de tal dinâmica convém utilizar como ponto de partida teórico a ideia de governamentalidade de Michel Foucault (2010, p. 171), que a constitui enquanto a arte de governar, de orientar a ação do Estado de acordo com os princípios e parâmetros relevantes em determinada sociedade ou regime político, numa relação entre governo, população e economia política que mobiliza conhecimentos específicos e aparelhos governamentais visando a adequação da população à uma racionalidade específica, de acordo com o sistema político e socioeconômico vigente. Na visão de Rosa (2019, p. 10), as contribuições de Foucault são essenciais para o entendimento das dinâmicas socioeconômicas e políticas, relacionando sociedade, política e economia com o objetivo de ordenar a população em torno da produção de subjetividades. O Estado é um personagem central no empreendimento da governamentalidade, estabelecendo as pontes e relações entre governo e população. A teoria da arte de governar, que está ligada ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial do século XVI, organiza as normas, as morais e os princípios pelos quais o Estado formula sua razão – o conjunto de regras racionais que rege as ações estatais, produzindo seus instrumentos de soberania e de exercício do poder (Foucault,

2010). Portanto, o Estado deve ser analisado a partir das óticas e pressupostos da governamentalidade. Para falar de uma razão neoliberal que atua nos Estados e nos governos, é preciso compreender a importância de uma governamentalidade moldada por princípios e subjetividades próprias ao regime neoliberal, alinhadas na formulação de novas práticas de governo e de controle da reprodução social.

A função dos Estados - de maneira destacada, as funções e prerrogativas legais de cunho social - é a todo momento questionada pela racionalidade neoliberal e moldada de acordo com seus princípios e interesses. Esta dinâmica própria da razão neoliberal orienta a gestão do Estado de maneira direta, ao passo que “[...] por um lado, todo governo é *para* os mercados e orientado por princípios de mercado, e, por outro, os mercados devem ser construídos, viabilizados, amparados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas.” (Brown, 2019, p. 31). Nesse sentido, a gestão pública é tomada pela razão neoliberal, que objetiva desabar o Estado que provêm socialmente à população, tomando o caminho das privatizações de empresas e bens públicos, da delegação de suas funções e encargos básicos à iniciativa privada e da destruição do Estado administrativo e burocrático (Ibid., p. 39).

Portanto, é possível observar que Brown, Dardot e Laval convergem na perspectiva do ataque neoliberal aos mecanismos estatais, identificando que os princípios mais centrais da racionalidade neoliberal atuam, não só com objetivos conflitantes em relação à ordem pública, mas na descaracterização e reformulação de uma generosa porção da estrutura estatal e governamental voltada às problemáticas socioeconômicas, culturais e políticas que são parte integrante da realidade das sociedades capitalistas contemporâneas. Uma característica comum da análise dos autores é que o neoliberalismo se apropria do Estado, ao mesmo tempo que procura diminuir suas funções e sua relevância política, entretanto, mantendo o caráter coercitivo e disciplinador das estruturas estatais de controle e manutenção da ordem. Por fim, o ataque neoliberal, que tem a sociedade democrática como alvo, desenvolve suas forças de combate em diferentes frentes, seja entre as instituições públicas ou entre a população, modificando a forma de se conviver em sociedade.

Produção de subjetividades pela razão neoliberal

O neoliberalismo enquanto regime socioeconômico, cultural e moral influencia a ação pública estatal através de diversos mecanismos, moldando os Estados e governos de acordo

com os princípios e interesses dos mercados globais. De maneira similar, o neoliberalismo também molda a subjetividade dos indivíduos que estão inseridos em sua lógica, produzindo efeitos socioeconômicos, políticos e culturais na própria reprodução social, orientando os ideais de comportamento e as maneiras pelas quais os indivíduos encaram a vida em sociedade. Nesse sentido, o objetivo central desta seção é destacar os diversos entendimentos do campo científico com relação às formas de intervenção da razão neoliberal na produção das subjetividades dentro da sociedade, promovendo um diálogo entre as perspectivas políticas e sociológicas dos autores acerca deste fenômeno. A compreensão de subjetividade mobilizada no trabalho segue a definição levantada por Gago (2018, p. 17), observando que a subjetividade possui um duplo sentido, constituindo-se como subjetivação e como sujeitamento.

A noção de governamentalidade pode ser resgatada neste assunto, já que está conectada com a ideia de gestão da população e de gestão individual. De acordo com Foucault, “Gerir a população é geri-la em profundidade, nos detalhes. [...] Trata-se de um triângulo soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (Foucault, 2010, p. 171). A governamentalidade alinhada à razão neoliberal instrumentaliza a população na produção de subjetividades e na reprodução social, modificando as formas de conviver, seja individualmente, seja coletivamente. Han (2020, p. 11) indica que o indivíduo neoliberal, aquele que se considera um “empreendedor de si mesmo”, não consegue se relacionar com outra pessoa sem possuir nenhum interesse, nenhum propósito. Tais interesses residem para além das necessidades individuais, que estão fortemente condicionadas pelas necessidades do capital e do regime neoliberal. “Atualmente, já não trabalhamos por causa de nossas próprias necessidades, e sim pelo capital. O capital gera suas próprias necessidades, que erroneamente percebemos como se fossem nossas. O capital representa uma nova *transcendência*, uma nova forma de subjetivação” (Ibid., p. 16, grifo do autor).

O governo de si mesmo também é uma característica central da governamentalidade, fator que é fundamental na construção das subjetividades, ou seja, a forma de orientar princípios comportamentais e objetivos de vida tem papel indispensável na construção e no exercício da racionalidade neoliberal. Para além da biopolítica e do poder disciplinar foucaultianos, a razão neoliberal se apropria, segundo Han (2020, p. 43), das tecnologias de si mesmo, modificando pela psique – e não apenas pelo corpo, como fundamenta Foucault – as

subjetividades individuais, consolidando uma maneira muito eficiente de dominação e de exploração. A psicopolítica, portanto, interpreta a racionalidade neoliberal e compreende que houve um avanço na produção de subjetividades pelos sistemas econômico, político e cultural vigentes.

“O sujeito neoliberal de desempenho como ‘empresário de si mesmo’ explora-se voluntária e apaixonadamente. Fazer de si uma obra de arte é uma aparência bela e enganosa que o regime neoliberal mantém para explorá-lo por inteiro. A técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil. Não se apodera do indivíduo de forma direta. Em vez disso, garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade. Aqui coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração. Esse estreitamento entre liberdade e exploração na forma de exploração de si escapa ao pensamento de Foucault.” (Ibid, p. 44).

Este sujeito moderno, como observam Dardot e Laval (2016, p. 318), está segmentado em duas orientações, a primeira na qual o homem se posiciona na sociedade enquanto cidadão, portador de direitos, e a segunda, o homem econômico, guiado por interesses pessoais. A hegemonia da mercantilização e da urbanização das sociedades acaba por modificar as relações sociais, o que auxilia que o homem econômico seja dominante frente ao cidadão. Tal pluralidade própria do homem abre espaço para novas concepções de subjetividade, de reprodução social, de comportamentos ideais dentro da sociedade capitalista. O ponto original da criação da subjetividade neoliberal, segundo os autores (2016, p. 321), se configura no conjunto cálculo + empresa, combinando a maximização dos prazeres dentro das relações sociais com os princípios que regem a administração empresarial e que obtêm grande importância na dinâmica cotidiana dos indivíduos. Uma governamentalidade empresarial, portanto, estaria relacionada à um modo de governar aos sujeitos e à si próprio utilizando a ideia de “empresa” como uma ferramenta competitiva dentro da sociedade e das relações sociais, sendo o lugar ideal da inovação, da eficiência e do sucesso, moldando os sujeitos enquanto especialistas de si mesmo, empreendedores de si mesmo. Suas atividades se tornam alinhadas a um conceito de produtividade, vinculado ao investimento, ao risco calculado e à competição, exaltando a disciplina pessoal (Ibid., p. 325).

O modelo empresarial e corporativo, que possui grande importância no remodelamento da ação pública, também influencia a sociedade em escala individual, condicionando os sujeitos a serem mobilizados pela sua própria “empresa pessoal”, de acordo com as dinâmicas normativas específicas de cada sociedade. Gago argumenta que

“[...] o neoliberalismo torna-se uma dinâmica *imane*nte: se desenvolve em proximidade com os territórios, modula subjetividades e é estimulado sem a necessidade primeira de uma estrutura transcendente e externa. Nessa perspectiva, o neoliberalismo não pode ser compreendido sem levar em conta como foram captadas, criadas e interpretadas as formas de vida, as artes de fazer, as táticas de resistência e os modos de habitar populares que o combateram e o transformaram, que dele se aproveitaram e que com ele sofreram.” (Gago, 2018, p. 16-17).

Desenvolvendo sua ideia de “neoliberalismo de baixo para cima”, a autora busca aproximar a racionalidade neoliberal do agenciamento individual das pessoas dentro das sociedades, afastando as concepções que associam a razão neoliberal apenas como um instrumento de políticas macro, do interesse do Estado e de instituições do mercado. Nesse sentido, Gago (2018, p. 19) evidencia a transformação que o fenômeno neoliberal, ocorrido na América Latina em geral, sofreu a partir dos novos impulsos ao consumo de bens materiais num momento de crise socioeconômica com miséria e desemprego, no início do século XXI, e como esse movimento deu origem à novas subjetividades relacionadas ao trabalho, ao consumo, ao empreendedorismo, aos recursos financeiros. O neoliberalismo, portanto, se concebeu a partir da aplicação política-institucional e se adaptou às realidades sociais das classes populares como racionalidade apropriada pelos fazeres tradicionais e que muda as formas de viver dos diversos grupos da sociedade, agora fundamentadas na primazia do cálculo e da empresarialidade das massas.

A partir de outra perspectiva, Brown aprofunda as relações entre razão neoliberal e moral neoconservadora, analisando as conexões entre as duas perspectivas sociais e políticas numa sociedade formulada hegemonicamente pelo regime capitalista. A expansão e o aprofundamento da relevância da “esfera pessoal protegida” é um dos mecanismos-chave para a autora, na aproximação entre moral das tradições e as doutrinas de mercado na reconfiguração do valor e da função dos indivíduos e da família na sociedade e na economia. Apoiada no conceito de “convergência” de Melinda Cooper, Brown (2019, pp. 113-114) compreende as combinações entre a razão neoliberal e o conservadorismo dentro dos ambientes familiares na promoção de agendas morais tradicionais e valores econômicos neoliberais, mobilizando a substituição do Estado de bem-estar pela família na provisão de assistência social aos indivíduos. “Se os indivíduos pudessem voltar a depender da família para tudo, desde manter filhos gerados fora do casamento até o custeio da faculdade, eles também seriam ressubmetidos à autoridade, moralidade e disciplina econômica da família. ” (Ibid., p. 114). A dinâmica individual e familiar em que a racionalidade neoliberal está inserida, pressupõe a promoção das liberdades pessoais através da afirmação das tradições no

combate à autoridade coercitiva estatal, voltada para garantir a justiça social. Tal perspectiva conservadora trabalha na valorização da responsabilidade individual em detrimento do assistencialismo, principalmente o estatal, já que este não motiva os indivíduos a inovar, a tomar riscos e a superar a pobreza (Rosa, 2019).

Nesse sentido, a ampliação da “esfera pessoal protegida” gera uma nova forma de privatização, destacadamente apoiada na familiarização e na cristianização da sociedade e dos indivíduos, agindo contra a democracia. Tal associação entre moral, mercado e sociedade, para Rosa (2019, p. 86), estimulou a dinâmica de “financeirização” da vida cotidiana, atribuindo a racionalidade econômica à própria reprodução da vida social e atrelando o comportamento dos indivíduos aos cálculos financeiros e de custo-benefício. Segundo Brown (2019, p. 144), o crescimento do campo pessoal protegido acompanhado da liberdade pessoal, afirma as desigualdades de classe, gênero, raça e sexualidade na sociedade, sustentando a ordem privada, homogênea e familiar frente à ordem pública, secular e democrática. Esse fenômeno acaba por mobilizar a legitimação de uma dinâmica política iliberal, aumentando a relevância e o tamanho do âmbito privado frente ao público e formulando subjetividades a partir da conjunção entre razão neoliberal econômica e moralismo tradicional religioso.

O diálogo entre as diferentes percepções do exercício da razão neoliberal que o trabalho busca promover evidencia que a compreensão da racionalidade neoliberal e sua influência sobre a produção de subjetividades individuais perpassa a caracterização da sociedade enquanto o lugar do predomínio empresarial e da iniciativa privada estendida na maioria possível dos setores da sociedade. Politicamente e economicamente, como discutido na primeira seção, o Estado de bem-estar e o regime democrático sofrem ataques direcionados à suas capacidades de contornar desigualdades e tornar o sistema capitalista menos nocivo e prejudicial às populações socialmente vulneráveis. A produção das subjetividades por parte da legitimação da razão neoliberal entre os indivíduos atua moralmente na sociedade, solidificando a fundamentação corporativa da sociedade como um todo, estendendo a dinâmica competitiva e empreendedora aos indivíduos. Gago (2018) destaca como tal maneira de pensar e reproduzir a vida social se localiza entre os grupos sociais populares, passando de uma mera política institucional para uma racionalidade apropriada pelas tradições locais, mobilizando a ideia do cálculo e da produtividade até em setores informais da economia.

Dessa forma, a noção de governamentalidade identificada pelo debate científico sendo empregada pelo neoliberalismo compreende um regime social baseado no governo dos

outros e de si próprio, voltado à eficiência, à produção e ao lucro, formulando subjetividades que se ancoram na performance econômica, no “gozo e desempenho” (Dardot; Laval, 2016), aos princípios empresariais como finalidade única. Ao mesmo tempo em que tal racionalidade neoliberal manipula grande mudança nas formas de viver e de se relacionar socialmente, Brown (2019) chama atenção às alianças entre razão neoliberal e moralismo conservador, aprofundando as formas de disciplinar as instituições e a população, através da fabricação de subjetividades a partir da combinação entre princípios religiosos e econômicos nas sociedades e nos governos.

Considerações finais

O diálogo mobilizado pelo trabalho busca evidenciar dentro dos debates políticos, científicos e sociais que o regime neoliberal está conduzindo uma solidificação dos seus princípios, da sua razão nos governos e Estados, mas de maneira geral, na população e na sociedade. A nova razão do mundo, como denominam Dardot e Laval, se envolve entre as relações produtivas, sociais e de poder, sujeitando tais dinâmicas enquanto uma parte de seu fenômeno neoliberal de alcance global. Sociedade, cultura, democracia, justiça social, todos esses conceitos que estruturam uma sociedade democrática, são postos à prova pela racionalidade neoliberal da competitividade. A força neoliberal se mostra universal na forma como dita comportamentos socialmente aceitos e formula estratégias de vida orientadas pela eficiência e pela maximização dos resultados.

A reprodução da subjetividade neoliberal se desenvolve cada vez mais enquanto um destino comum a todos, pelo caráter globalizante do regime capitalista. A racionalidade neoliberal vai se desenvolvendo para alcançar o status de razão econômica que se adapta melhor aos contextos locais e evoca na sociedade de maneira mais eficiente os princípios fundamentais do sistema do capital. O impacto político também é notável, reproduzindo instabilidades políticas em escala global e modificando o caráter estatal em direção à uma ordem pública cada vez mais antidemocrática. Na visão de Brown, “O ataque neoliberal ao social, que estamos prestes a examinar mais de perto, é fundamental para gerar uma *cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo em que constroi e legitima *formas antidemocráticas de poder estatal desde cima*.” (Brown, 2019, p. 39, grifos da autora). É interessante notar essa convergência entre Brown e Gago na forma de encarar a razão neoliberal na sua aderência às culturas e grupos sociais desfavorecidos economicamente na sociedade, demonstrando o caráter mutável do fenômeno. Brown segue numa linha de análise

mais voltada às questões políticas e sociais, enquanto que Gago se atém a uma observação mais econômica da razão neoliberal desde baixo.

Dessa forma, não há, no debate mobilizado entre os autores escolhidos, grandes divergências no entendimento do desenvolvimento da razão neoliberal frente aos Estados e às populações, constatando a observação de uma atividade neoliberal de mudança da ordem pública e de reformulação da sociedade seguindo os princípios do neoliberalismo e do sistema capitalista. O ataque ao Estado de bem-estar, à justiça social, ao regime democrático e a primazia dos princípios mercadológicos do cálculo, do custo-benefício e da eficiência são temáticas de investigação compartilhadas pelos autores neste diálogo, alinhando seus estudos da realidade socioeconômica neoliberal a partir do sistema capitalista vigente de maneira global.

Referências Bibliográficas

ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara. (2021), Razão neoliberal e desdemocratização. In: Chiara Albino, Jainara Oliveira (Orgs.), Leituras sobre neoliberalismo. Recife, PE: Editora Seriguela, p. 13-25.

BROWN, Wendy. (2019), Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. (2016), A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. (2010), Tradução e organização Roberto Machado. 28. ed. São Paulo: Graal. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf

GAGO, Verónica. (2018), A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante.

HAN, Byung-Chul. (2020), Psicopolítica - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 7ª ed. Belo Horizonte: Editora Âyiné.

ROSA, Rafael Rocha. (2019), Razão neoliberal, desdemocratização e produção de subjetividades. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Lideranças políticas digitais, etnias e golpe na Bolívia (2019)

Autoria: Santh Brasilino da Silva⁴

RESUMO:

Este artigo aborda as estratégias de discursos das lideranças políticas digitais durante o golpe de Estado na Bolívia em 2019, com foco nas figuras de Luiz Fernando Camacho Vaca, Marco Antonio Pumari Arriaga e Jeanine Áñez Chávez. O objetivo é analisar como esses líderes emergentes utilizaram as mídias digitais para instigar o desenrolar da crise política, buscando compreender a perpetuação desses discursos. A metodologia utilizada envolveu a análise de discurso e de forma qualitativa e quantitativa das postagens no Twitter/X desses líderes durante o período crítico de 20 de outubro de 2019 a 9 de novembro de 2020, com posterior análise de enquadramento, com ênfase na análise de conteúdo em termos de categorias como personalismo, discurso antissistema, discurso anti-partido, discurso anti-indígena e mito da miscigenação. O resultado do estudo aponta que essas lideranças utilizaram as redes sociais para promover discursos altamente personalistas e antissistema, enquanto também exploraram questões raciais e étnicas.

Palavras-chave: lideranças políticas digitais, Bolívia, golpe, racismo, etnias

1. Introdução

O fenômeno das novas lideranças políticas nas mídias sociais digitais e o contexto de crise de representação na América Latina é o que motiva e do que trata o presente trabalho. Buscamos analisar essas figuras, que têm demonstrado uma capacidade significativa de influenciar o cenário político por meio de seus perfis em redes sociais digitais. Através de posicionamentos políticos enérgicos e, muitas vezes, anti-sistêmicos, tais lideranças têm ocupado espaços que historicamente pertenciam a partidos políticos estabelecidos, apresentando discursos coercitivos a instituições democráticas e movimentos sociais (SILVA, 2021).

Essas lideranças digitais têm conseguido converter sua influência em posições políticas, utilizando o engajamento nas mídias sociais como palco para promover discursos anticorrupção e criticar políticas que consideram prejudiciais à sua representação (SILVA, 2021). Em particular, na Bolívia, o cenário político foi marcado por uma crise de representação, econômica e étnica, que culminou no golpe de Estado de 2019 (BURGOA, KARLA REGINA ALVES, 2020; RAMIREZ, PAULO NICCOLI, 2023). Nesse contexto, as lideranças digitais desempenharam um papel central. Por isso, questiona-se: quais

⁴Graduando do bacharelado em Ciência Política da UnB

temáticas discursivas emergem dessas lideranças digitais no contexto boliviano? Como a questão étnica influencia seus discursos e interações?

A Bolívia, com sua diversidade étnica e a histórica luta dos povos originários por reconhecimento cultural, oferece um campo fértil para compreender o impacto de discursos que envolvem não apenas a política tradicional, mas também a construção da identidade nacional e cidadania. Este estudo propõe uma análise comparativa de três lideranças políticas digitais que se destacaram durante o golpe de 2019 na Bolívia: Luis Fernando Camacho Vaca, Marco Antonio Pumari Arriaga e Jeanine Áñez Chávez.

A investigação se concentra no período de 20 de outubro de 2019 a 9 de novembro de 2020, que abrange momentos-chave do golpe e suas consequências. O objetivo é compreender como essas figuras se comunicaram nas mídias sociais durante a crise política e quais discursos temáticos instigaram a relação com seus seguidores. Especial atenção será dada à forma como a pauta étnica foi abordada, um tema essencial para a formação da identidade e cidadania na Bolívia, especialmente em um contexto de tensões étnicas e políticas que atravessam o país.

Em 20 de outubro de 2019, a Bolívia realizou eleições presidenciais que determinariam o futuro da recente democracia do Estado Plurinacional. O líder indígena Evo Morales concorria ao seu quarto mandato. Seu primeiro mandato foi eleito sob Constituição anterior, entre 2006 e 2009; o segundo, já com a nova Constituição do Estado Plurinacional, ocorreu entre 2009 e 2014; e o terceiro, entre 2014 e 2019.

Além disso, Evo e seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS), enfrentavam um processo de descredibilização, impulsionado pela difusão de notícias falsas e pela participação da mídia. Primeiramente, houve a derrota no Referendo Constitucional de 21 de fevereiro de 2016, conhecido como 21F, que poderia autorizar seu quarto mandato. Em segundo lugar, surgiram notícias sobre o “caso Zapata”, que envolvia um suposto filho de Evo, supostamente fabricado com interferência norte-americana. Outro aspecto a ser considerado para a queda do quarto mandato de Evo são as novas estratégias dos grupos ultraconservadores e das elites econômicas e religiosas, que atuavam ativamente nas redes sociais digitais (RAMIREZ, PAULO NICCOLI, 2023), espalhando notícias falsas que criaram um imaginário político de um inimigo em comum e anti-MAS.

Nesta eleição, Evo disputava a presidência com seu principal adversário, Carlos Mesa. Morales venceu em primeiro turno, com 10 pontos percentuais de vantagem sobre Mesa, o segundo colocado. No entanto, a primeira parcial dos resultados foi divulgada no mesmo dia das eleições pelo serviço de *Transmisión de Resultados Electorales Preliminares* (TREP), uma empresa privada, apontando para a vitória de Evo Morales. A suspensão do TREP no meio da contagem de votos na noite da eleição, juntamente com a polêmica em torno do resultado, incentivou a difusão de notícias de que os resultados haviam sido alterados, apesar da continuidade da contagem oficial dos votos.

Em virtude da pressão internacional exercida pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, em sua rede social anteriormente conhecida como Twitter/X, opositores – tanto nacionais quanto internacionais – de Evo manifestaram-se em suas redes sociais, insinuando manipulação nos resultados das eleições.

Inicialmente, as mobilizações foram lideradas por setores das classes médias urbanas, grupos paramilitares de extrema direita com atitudes fascistas e grupos religiosos evangélicos fundamentalistas, que associavam a cosmogonia dos povos indígenas a crenças pagãs. Foram convocados por Carlos Mesa, Luis Fernando Camacho Vaca, candidato à presidência em 2020 e responsável pela violência em Santa Cruz, e Marco Antonio Pumari, responsável pela violência em Potosí. Por outro lado, grande parte da população de origem indígena, camponesa e mineradora se manifestou em apoio a Evo Morales, indígena de origem Aymará, portando a bandeira Wiphala, a bandeira do MAS e imagens de Morales (RODRIGUES, MARTHA RAQUEL, 2022; RAMIREZ, PAULO NICCOLI, 2023).

Ao longo de todo esse processo, a OEA, chefiada por Almagro, contestava a veracidade das eleições da Bolívia. Em suas redes sociais, no dia 21 de outubro, publica um informe desejando o segundo turno; em 23 de outubro, sem finalização da auditoria oficial, recomenda a anulação das eleições; em 10 de novembro, informa “manipulação e irregularidades”; e, em 10 de novembro, publica relatório que “confirmaria a fraude eleitoral”, conduzindo ao golpe do Estado Plurinacional. Outro fato que inflamou o clima de desconfiança e a ideia de fraude foram as constantes mobilizações realizadas por plataformas como *Comprometidos Com Bolívia e Bolivia Dice No*. Somado a isso, destaca-se o Comitê Cívico Pró-Santa Cruz, formado por 24 setores da sociedade de Santa Cruz e 288 instituições político-empresariais e trabalhistas de direita que nunca

aceitaram completamente a figura de Morales, tendo papel central na repressão aos indígenas (COSTA, L. C., 2022; RAMIREZ, PAULO NICCOLI, 2023).

Sob o comando de Camacho, as mobilizações ganharam força com grupos de choque, exercendo uma intensa concentração com discurso anti-Evo e anti-MAS, além de ter controle total sobre autoridades e meios de comunicação, generalizando a ideia de fraude. As narrativas generalizadas com a ideia de fraude foram vitais para a manipulação da opinião pública, e a adesão da polícia militar às mobilizações revelou o racismo estrutural na sociedade boliviana (BURGOA, KARLA REGINA ALVES, 2020). Segundo Martha Raquel Rodrigues:

“Uma onda de manifestações de oposição ao governo eleito tomou o país. Bandeiras Wiphalas foram queimadas em La Paz e Santa Cruz de la Sierra e os patches com a bandeira que representa os povos andinos foi rasgada dos uniformes da Polícia Boliviana, revelando, assim, o caráter racista da oposição de Morales, que nunca aceitou que um indígena governasse o país e se aproveitava do clima forjado de fraude para destilar o preconceito com os povos originários do país. ” (RODRIGUES, 2022 p. 151-154)

Outro aspecto que merece destaque na contextualização do golpe de 2019 são as lideranças que emergiram, tornando-se lideranças políticas digitais (SILVA, 2021). Para compreender esse novo contexto, faz-se um esforço para teorizar sobre a emergência de lideranças políticas digitais em contextos de golpe de Estado. Sendo assim, Joscimar Souza Silva, doutor em Ciência Política, teorizou que as lideranças políticas digitais são personalidades sem vínculos prévios a partidos políticos ou à carreira política, com discursos coercitivos sobre movimentos sociais e instituições democráticas. Seus posicionamentos políticos no ambiente das mídias sociais digitais têm sido demonstrados em contextos de protestos antissistema (SILVA, 2021).

Diante dessa conceituação, em contextos de golpe de Estado, lideranças políticas com vínculo prévio à política tendem a se tornar lideranças políticas digitais. Esta hipótese pode servir como ponto de partida para futuras pesquisas e análises mais aprofundadas sobre o tema. É importante ressaltar que a complexidade dos processos políticos e sociais envolvidos na emergência de lideranças políticas digitais em contextos de golpe de Estado exige uma abordagem multidisciplinar, que leve em consideração o contexto histórico e social específico de cada caso. A emergência de lideranças políticas digitais em contextos de golpe de Estado pode ser explicada por alguns fatores. O primeiro é o contexto de crise de representação, em que a desconfiança nas instituições políticas e a percepção de que os representantes eleitos não atendem aos interesses da população criam um vácuo de poder, que pode ser ocupado por lideranças carismáticas e populistas (SILVA, 2021). O segundo é o contexto da legitimação

do golpe, em que, através de discursos inflamados e da construção de um inimigo comum, essas lideranças podem contribuir para a legitimação do golpe de Estado (SILVA, 2021). O terceiro é o fato de contornarem as instituições: as redes sociais permitem que essas lideranças evitem as instituições tradicionais de comunicação e política, estabelecendo um canal direto com seus seguidores e influenciando a opinião pública.

Vale ressaltar ainda que as redes sociais facilitam a disseminação de notícias falsas e informações manipuladas, o que pode influenciar, instigar a opinião pública e legitimar narrativas extremistas. Convém acrescentar que as lideranças políticas digitais que emergem em contextos de golpe de Estado geralmente possuem um perfil populista, com discurso antissistema, além de causar impacto na democracia, enfraquecendo as instituições e aumentando a violência política contra grupos minoritários.

Em síntese, Luiz Fernando Camacho Vaca, Marco Antonio Pumari Arriaga e Jeanine Áñez Chávez podem ser considerados lideranças políticas digitais emergentes. Sendo assim, iremos evidenciar a instigação de Luiz Fernando Camacho Vaca no golpe da Bolívia em 2019 por meio de suas redes sociais digitais, especificamente pela rede social conhecida como Twitter, atualmente chamada X.

Dado que as evidências apontam nessa direção, Camacho organizou, por meio de sua rede social X, o início das manifestações cívicas em 22 de outubro de 2019. Em 2 de novembro de 2019, ele impôs a Evo Morales um prazo de 48 horas para renunciar. Em 4 de novembro, Camacho anunciou que levaria a carta de renúncia de Evo até La Paz. Em 9 de novembro, grupos ligados a Camacho tomaram o Canal Estatal Bolívia TV, em La Paz. Em 8 de novembro de 2019, Camacho postou em sua rede social apoio ao motim da polícia em Potosí, que aderiu ao movimento fascista. Por fim, em 12 de novembro, a senadora Jeanine Áñez se autoproclamou presidenta da Bolívia em um ato repleto de irregularidades constitucionais, com o apoio das elites nacionais e das instituições de segurança do Estado, caracterizando um golpe cívico (MARTHA RAQUEL, 2022; RAMIREZ, PAULO NICCOLI, 2023; ANSELMO ANEGUE, 2022).

3. Metodologia

A presente pesquisa utiliza uma metodologia mista, combinando análise de conteúdo de forma qualitativa e quantitativa. O foco é examinar o conteúdo discursivo das publicações nas redes sociais digitais, especificamente no Twitter/X, feitas por Luis Fernando Camacho

Vaca, Marco Antonio Pumari Arriaga e Jeanine Áñez Chávez. O período analisado vai de 20 de outubro de 2019, data das eleições na Bolívia, até 9 de novembro de 2020, quando Evo Morales retornou ao país após a vitória de Luis Arce, candidato à presidência pelo Movimento ao Socialismo (MAS).

O banco de dados foi coletado manualmente a partir da rede social Twitter/X e organizado em uma planilha com informações como: data, categoria, conteúdo do tweet, tradução e URL. Esses dados foram analisados com o auxílio do Excel. Para compreender o contexto da crise política na Bolívia e organizar os discursos presentes nas publicações, foram desenvolvidas categorias com base na análise de conteúdo sobre uma revisão teórica sobre populismo, crise de representação e o papel das redes sociais digitais na construção de lideranças políticas. Essas categorias foram elaboradas a partir de critérios que permitiram identificar e classificar os principais discursos promovidos por Camacho, Pumari e Áñez durante o período analisado. As categorias criadas incluem:

- **Discurso Antissistema:** Esta categoria foi concebida para identificar retóricas que deslegitimam as instituições democráticas. A classificação dos tweets seguiu o critério de desafiar diretamente a integridade dessas instituições, seja ao sugerir corrupção sistêmica ou ao promover a ideia de colapso institucional.
- **Discurso Personalista:** Focado na exaltação da figura do líder, esta categoria agrupa publicações que constroem uma imagem centralizadora e carismática, muitas vezes associando o líder como a "única solução" para os problemas enfrentados pela Bolívia. A classificação considerou frases que enfatizam o culto à personalidade.
- **Discurso Anti-partido:** Voltada para a rejeição aos partidos políticos tradicionais, esta categoria foi aplicada a tweets que criticavam diretamente a atuação e a legitimidade dos partidos, responsabilizando-os por crises políticas e econômicas.
- **Discurso de Inimigo Comum:** Esta categoria foca na construção de um adversário central, identificado como Evo Morales. Os tweets que enquadram Morales como uma ameaça à democracia boliviana foram classificados aqui, especialmente aqueles que responsabilizam sua figura por crises institucionais.
- **Discurso do Mito da Miscigenação:** A categoria analisa tweets que promovem uma narrativa de homogeneidade racial na Bolívia, apagando ou minimizando a diversidade étnica dos povos originários. A classificação focou em publicações que exaltam uma identidade nacional homogênea.

- Discurso Anti-indígena: Esta categoria foi desenvolvida para identificar retóricas discriminatórias, explícitas ou implícitas, contra povos indígenas da Bolívia. A análise considerou manifestações de desqualificação cultural ou política desses grupos, com base na teoria de racismo.

Após a definição dessas categorias, foi realizada a classificação dos tweets. Cada tweet foi codificado com base nos critérios estabelecidos, permitindo uma análise qualitativa e quantitativa dos padrões de discurso ao longo do período de estudo. A quantificação dos resultados permitiu identificar quais discursos se destacaram e como as diferentes lideranças utilizaram as redes sociais para moldar a percepção pública durante a crise política na Bolívia.

Este trabalho baseia-se em autores que discutem a emergência de novas lideranças políticas nas redes sociais digitais, os discursos que elas promovem e as questões raciais e étnicas na América Latina. A Bolívia, pioneira na construção de um Estado Plurinacional que reconhece a diversidade cultural e os direitos dos povos indígenas e originários, viu seus avanços ameaçados pelo golpe de 2019. A disseminação de discursos de ódio, facilitada pelas redes sociais, evidencia a importância de analisar o papel dessas plataformas em contextos de crise política. O caso boliviano, portanto, serve como um alerta sobre os riscos da manipulação da opinião pública e oferece uma oportunidade para pesquisadores interessados em compreender como as redes sociais são utilizadas para minar a democracia.

4. Discussão de resultados

Na análise de conteúdo de Luiz Fernando Camacho Vaca na rede social anteriormente conhecida como Twitter/X, Camacho postou 210 tweets entre 20 de outubro de 2019 e 9 de novembro de 2020. Em seu perfil oficial, ele se apresenta como “*Defensor de la Democracia. Padre; Abogado. Líder de Creemos. Expresidente del Comité Pro SC. Preso político desde el 28-12-2022*”. Após a redemocratização e as eleições de 2020 na Bolívia, passou a se intitular como “*Gobernador de Santa Cruz. Líder, Preso político desde el 28-12-2022*”. Dessa forma, Camacho reproduz um discurso que destaca uma possível luta por direitos civis e políticos, além da resistência contra qualquer forma de autoritarismo ou golpe. Assim, após a redemocratização, ele se posiciona como preso político em virtude de seu enfrentamento à repressão política. A descrição de seu perfil ajuda a entender a construção de sua figura

política e a legitimação perante a opinião pública em um contexto de crise política e de representação (SILVA, 2021).

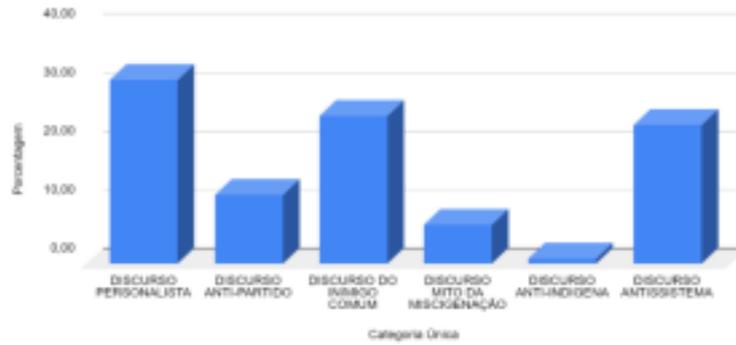
É importante notar que Camacho possui 282,3 mil seguidores, o que lhe confere alcance e instiga significativamente, impactando o comportamento da opinião pública e o discurso político e social. Ao analisar os tweets, conforme mostrado no Gráfico 1, percebe-se que Vaca apresenta 31,43% de discurso personalista, seguido por 25,24% com discurso do inimigo em comum, 23,81% de discurso antissistema e 11,90% de discurso anti-partido.

Entre 20 de outubro de 2019 e 9 de novembro de 2020, Camacho produziu um discurso extremamente personalista, influenciando a opinião pública com um discurso antissistema voltado para as instituições democráticas, além de discursos coercitivos direcionados ao inimigo comum, Evo Morales, e seu partido. Não menos importante, ao analisar os discursos sobre o mito da miscigenação e o anti-indigenismo, observa-se que 7,62% de suas postagens revelam que o golpe de Estado na Bolívia em 2019 foi conduzido também por uma narrativa racista (MARTHA RAQUEL, 2022).

Jeanine Áñez Chávez, por sua vez, postou 163 tweets entre 20 de outubro de 2019 e 9 de novembro de 2020. Em seu perfil oficial, Áñez Chávez se apresenta como “*Ex Presidenta Constitucional de Bolivia, Orgullosa mamá de Carolina y José Armando, Presa Política*”. Assim, Áñez reproduz um discurso que enfatiza a importância da família, humanizando sua narrativa, além de destacar sua luta pela democracia enquanto ex-presidente e presa política.

Destaca-se que Áñez possui 387 mil seguidores em seu perfil oficial. Entre 20 de outubro de 2019 e 9 de novembro de 2020, como mostra o Gráfico 2, 40,49% de suas postagens são de discursos personalistas, 34,97% de discursos do inimigo em comum, 16,56% de discursos antissistema e 6,13% de discursos anti-partido. Assim como Camacho, Áñez exerce grande instigação e impacto com suas postagens, influenciando a opinião pública e o discurso de forma coercitiva em relação a Evo Morales e seu partido, além de revelar seu discurso personalista e antissistema. Vale ressaltar que Áñez foi ex senadora do Estado Plurinacional entre 22 de outubro de 2010 e 12 de novembro de 2019, e presidente do Senado no período de 11 de novembro de 2019 a 12 de novembro de 2019, período em que apresentou discursos antissistema em sua carreira.

Gráfico 1: Análise de conteúdo de Luiz Fernando Camacho Vaca na rede social anteriormente conhecida como Twitter, atualmente chamada X



Fonte: Pesquisa Liderança Políticas Digitais. Elaboração própria

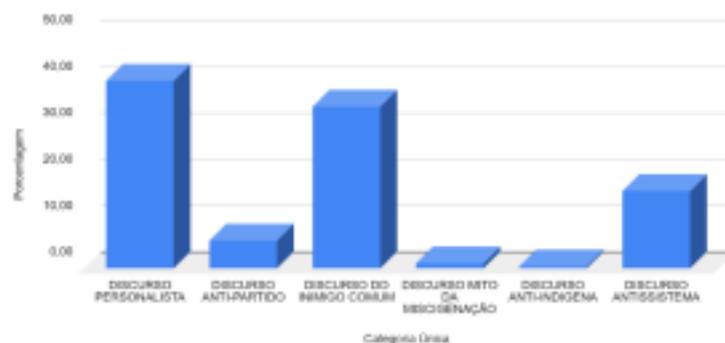
Por outro lado, Áñez possui 1,23% de seus tweets de discurso do mito da miscigenação e 0,61% de discurso anti-indígena. Porém, segundo Martha Raquel Rodrigues:

“À época, foram recuperados tweets de Áñez de cunho racista contra indígenas da Bolívia. A Agência de notícias Agence France-Presse (AFP) atestou a veracidade dos tweets publicados em junho de 2013 e outubro de 2019²⁴. De acordo com a agência, Áñez publicou (em tradução livre) “Que ano novo Aymara nem estrela da manhã!! satânicos, ninguém substitui Deus” e uma charge sobre Morales com os dizeres “últimos dias”, e legenda “pobre índio agarrado ao poder”.

“Uma outra publicação de novembro de 2019 questiona a ancestralidade de indígenas apoiadores de Morales por utilizarem calças jeans. A autoproclamada presidenta questiona se as roupas e sapatos utilizados pelos manifestantes são “nativas”. (RODRIGUES, 2022, p. 151-154)

Isto posto, aparenta haver uma desconexão entre o percentual dos discursos identificados e os conteúdos recuperados, que revelam um discurso extremamente anti indígena e de cunho racista. É possível teorizar que Áñez tenha mudado seu discurso com a finalidade de unir a Bolívia, mantendo seu discurso do mito da miscigenação para esse fim.

Gráfico 2: Análise de conteúdo de Jeanine Áñez Chávez na rede social anteriormente conhecida como Twitter, atualmente chamada X

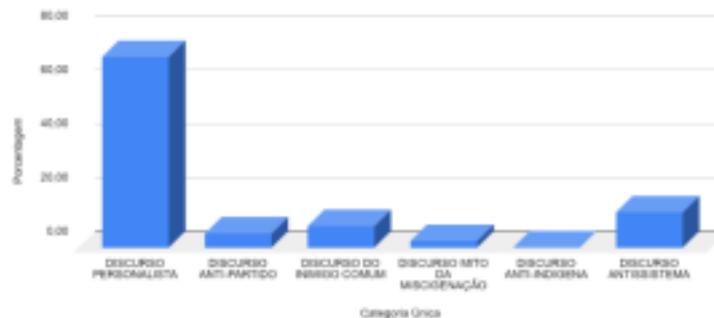


Fonte: Pesquisa Liderança Políticas Digitais. Elaboração própria

Isto posto, aparenta haver uma desconexão entre o percentual dos discursos identificados e os conteúdos recuperados, que revelam um discurso extremamente anti indígena e de cunho racista. É possível teorizar que Áñez tenha mudado seu discurso com a finalidade de unir a Bolívia, mantendo seu discurso do mito da miscigenação para esse fim.

Não menos importante, Marco Antonio Pumari possui 125 mil seguidores, tendo postado 38 tweets entre 20 de outubro de 2019 e 9 de novembro de 2020. Na descrição do seu perfil, Pumari se descreve como “*Ex Presidente del Comité Cívico Potosinista COMCIPO*”, uma organização de extrema direita e afiliada ao Comitê Cívico de Santa Cruz, responsável por liderar ataques em Potosí contra manifestantes camponeses pró MAS. Pumari também concorreu nas eleições de 2020 como candidato a vice-presidente de Luis Fernando Camacho Vaca.

Gráfico 3: Análise de conteúdo de Marco Antonio Pumari Arriaga na rede social anteriormente conhecida como Twitter, atualmente chamada X



Fonte: Pesquisa Liderança Políticas Digitais. Elaboração própria

No Gráfico 3, observa-se que Pumari possui 71,05% de discurso personalista, seguido por 13,16% de discurso antissistema, 7,89% de discurso do inimigo em comum, 5,26% de discurso antipartido, enquanto possui 2,63% de tweets com discurso do mito da miscigenação e 0,00% de discurso anti-indígena. Podemos teorizar que, em virtude de sua origem indígena, Pumari não adota discurso anti-indígena; no entanto, a manutenção do discurso do mito da miscigenação pode refletir uma tentativa de se posicionar de maneira política ou social, buscando apelar a um público mais amplo ou alinhar-se a determinadas ideologias.

5. Considerações Finais

A análise apresentada ao longo deste estudo sobre as lideranças políticas digitais no contexto do golpe de Estado na Bolívia, em 2019, revela a complexidade das dinâmicas sociopolíticas e étnicas que permearam o cenário político do país. A emergência de figuras como Luis Fernando Camacho Vaca, Jeanine Áñez Chávez e Marco Antonio Pumari Arriaga como lideranças políticas digitais demonstra como essas personalidades utilizaram as redes sociais para mobilizar setores conservadores e instigar a opinião pública, legitimando narrativas de contestação eleitoral e de oposição a Evo Morales e ao Movimento ao Socialismo (MAS).

No entanto, o presente estudo apresenta algumas limitações que merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, a análise de dados das redes sociais foi limitada, pois as restrições impostas pelo Twitter/X geraram desafios significativos para a coleta de dados, limitando o acesso a informações mais profundas que poderiam trazer novas camadas de entendimento sobre o presente tema. Em segundo lugar, o apagamento das interações dessas lideranças em suas redes sociais, seja por meio da exclusão de postagens ou pela suspensão de contas, dificulta a análise de suas estratégias de mobilização e engajamento digital de maneira contínua e ampla. Com base nessas limitações, futuras pesquisas poderiam avançar em diversas direções. Um próximo passo importante seria realizar uma análise comparativa com outros contextos de golpes de Estado ou crises políticas na América Latina.

Por fim, este estudo sugere que o fenômeno das lideranças políticas digitais em contextos de golpe de Estado, como no caso boliviano, deve ser analisado com atenção, uma vez que essas figuras utilizam as plataformas digitais não apenas para mobilizar apoiadores, mas também para estruturar narrativas que enfraquecem as instituições democráticas. Além disso, é fundamental aprofundar o entendimento sobre como o racismo, o mito da miscigenação e o preconceito contra povos indígenas se entrelaçam com as dinâmicas de poder e as estratégias políticas digitais, especialmente em momentos de crise. O impacto dessas lideranças na legitimação de golpes de Estado e no retrocesso dos direitos civis e políticos, especialmente de minorias étnicas, continua sendo um tema de extrema relevância para a ciência política e para a defesa das democracias na América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Polen, 2021.
- SILVA, Joscimar Souza. **Surfando na crise de representação e nos valores: lideranças políticas emergentes e mídias sociais digitais na América Latina**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2021.
- RAMIREZ, Paulo Nicooli. **O golpe de 2019 na Bolívia: imperialismo contra Evo Morales**. Porto Alegre: Coragem, 2023.
- RODRIGUES, Martha Raquel. **O racismo no Golpe de Estado de 2019 na Bolívia: registros entre 20 de outubro e 14 de novembro**. In: O pensamento crítico latino americano e as alternativas no enfrentamento da crise do capitalismo contemporâneo, v. 15, n. Especial. 2022.
- OLIVEIRA, Felipe dos Santos. **Bolívia: a questão indígena, a ascensão de Morales e o golpe neoliberal**. In: Soberania no Bicentenário da Independência, v. 2, n. 1, p. 07. 2023. Publicado em 07 mar. 2023.
- COSTA, Luiza Calvette. **O golpe (é) de Estado: o caso do golpe de 2019 na Bolívia**. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Universidade de Brasília, Brasília. 162 f. 2022.
- BURGOA, Karla Regina Alves. **Discurso midiático e eleições de 2019 na Bolívia: análise de como o portal Página Siete contribuiu para a construção de um golpe de Estado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 49 p. 2023.
- NASCIMENTO, Anselmo Aneques do. **A crise política boliviana de 2019 retratada no El País: um estudo sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB. 69 f. 2022.
- CEPP, Natalia; MARTÍNEZ, Carolina. **Bolivia: todo pasa, todo llega, todo acaba. Las elecciones presidenciales de 2020**. El regreso del MAS. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, versão impressa, ISSN 2525-1112, v. 5, n. 10, p. 63-75, jul./dez. 2020.

Centralidade da Política Cultural nos Discursos de Posse 2003 e 2023 dos Ministros no Ministério da Cultura do Brasil

Autoria: Tomás Alves Tentes de Ourofino⁵

Resumo: Esse artigo apresenta uma reflexão acerca dos discursos de posse dos Ministros da Cultura, Gilberto Gil e Margareth Menezes, analisados à luz da literatura sobre política cultural, a fim de situar a institucionalização da cultura no Brasil. A partir da Análise de Conteúdo Categrorial identificou-se quais variáveis compareceram nas verbalizações dos ministros, indicando a apropriação teórica e política em seus discursos. Constatou-se que os debates em torno dessas variáveis são centrais na discussão sobre políticas culturais e que a assimilação das mesmas pelos gestores é de relevância substancial para garantir a concretização das políticas públicas. A centralidade da política cultural foi constatada nos dados obtidos, corroborando as afirmações da literatura.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Política Cultural. Ministério da Cultura. Discurso de Posse.

INTRODUÇÃO

A institucionalização da cultura no Brasil é marcada por caminhos e descaminhos no processo de fundação, construção, extinção e refundação do Ministério da Cultura (MinC), configurada por uma travessia desafiadora do ponto de vista dos entendimentos quanto a sua necessidade, importância, impacto e influência no desenvolvimento do país (MORAES, 2019).

O arco histórico da existência do MinC revela saltos e sobressaltos em sua influência e poder de ação, permitindo revisitar as políticas culturais e compreender os variados períodos em suas tradições de ausências, autoritarismos e descontinuidades (BARBALHO, 2019; CALABRE, 2007). Nesse contexto, emerge a importância de situar o momento atual da Cultura no Brasil, das ideias, conteúdos e intencionalidades, presentes nos discursos de posse do Ministro Gilberto Gil e da Ministra Margareth Menezes à frente do MinC, uma vez que estes Ministros romperam de forma efusiva com as propostas defendidas por seus antecessores diretos. Os referidos discursos podem ser acessados na íntegra, conforme apontamentos de Ourofino (2024).

A recriação do MinC, em 2023, trouxe em sua ativação mais que possibilidades de implementação de Políticas Públicas, surgiu como um resgate da importância da cultura como um dos pilares do terceiro mandato do governo Lula, em um momento histórico e político

⁵Graduando do bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UnB

frontalmente diferente do contexto de 2003. Embora não seja inédita, a politização da cultura nacional ganhou contornos desafiadores para a gestão, implicando a revisão do arcabouço conceitual de cultura e de política cultural (CALABRE, 2019b; MATA-MACHADO, 2023).

Nesta direção, este trabalho de pesquisa buscou analisar os discursos de posse dos Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil (2003) e Margareth Menezes (2023), identificando conceitos e paradigmas de Política Cultural, limitações, desafios e perspectivas futuras, em políticas públicas, a fim de compreender as motivações e os princípios que direcionaram a visão e o planejamento das ações do ministério.

A escolha por analisar os discursos proferidos na posse dos Ministros da Cultura, por ocasião do início dos governos de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República do Brasil, surgiu da curiosidade e da necessidade em entender a relevância de seus primeiros direcionamentos políticos, endereçados aos mais variados setores e pessoas imbricados com a política cultural do país. Buscou-se nesse trabalho visibilizar as possíveis ações desses agentes públicos como promotores de políticas públicas, e suas posições ao se colocarem como capazes de impulsioná-las, promovê-las e determiná-las e de gerar desenvolvimento econômico, social e humano. Procurou-se também verificar se os posicionamentos dos Ministros desde suas primeiras manifestações foram capazes de romper com a ideia das tradições de ausências, autoritarismos, descontinuidades nas políticas culturais do Brasil (BARBALHO, 2019). Para compreender esses aspectos na contemporaneidade foram elaboradas as seguintes questões de pesquisa: (a) Quais conceitos e paradigmas de Políticas Culturais estão presentes nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023? e (b) Quais limitações, desafios e perspectivas comparecem nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023, considerando cada tempo histórico?

OBJETIVO

O artigo teve como objetivo analisar os discursos de posse dos Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil (2003) e Margareth Menezes (2023) e confrontá-los com a literatura da área de política cultural, a fim de situar a institucionalização da cultura no Brasil e a trajetória do processo de construção, fundação, extinção e refundação do Ministério da Cultura.

REVISÃO DE LITERATURA

A questão da Cultura, ou das Culturas, têm ganhado centralidade na contemporaneidade, sobretudo pelo fortalecimento do processo de politização da cultura e das

identidades culturais, influenciado por interesses econômicos, sociais e por desafios que se colocam diante de ideais e de ações que anunciam novas concepções e paradigmas sobre a cultura. Corroborando esse processo, se torna relevante a definição de cultura adotada a partir de 1982, com a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais realizada no México pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Dessa conferência resultou a declaração acerca de políticas culturais, da qual o Brasil é signatário (UNESCO, 1982).

Dentre as intenções contidas nesse documento está a exigência de reconhecer que a cultura e o público são elementos plurais e que grupos que estavam à margem das ações culturais deveriam ser ouvidos e incluídos nas políticas públicas que tratassem do tema. Essa perspectiva se manteve ao longo dos anos, influenciando o entendimento do conceito de cultura e política cultural. Assim, as conferências subsequentes reafirmaram esses princípios fundamentais para a cultura dos povos, sendo a mais recente realizada na Cidade do México, em setembro de 2022, na Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT/2022, evento esse que reuniu os Ministros da Cultura dos Estados-Membros da Unesco para reafirmarem seus compromissos com uma sociedade multicultural, definirem prioridades quanto aos desafios na esfera da cultura e declarar a importância do efeito transformador que a cultura pode ter no desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2022).

Conceitos e Paradigmas de Política Cultural

A complexidade que envolve a temática da cultura e as inúmeras tentativas de a definir ou conceituá-la são assuntos recorrentes na literatura sobre política cultural, dado o conteúdo político e antropológico do debate. Combinando as várias definições, Mata-Machado (2023) discute três significações de cultura constituídas a partir dos sentidos trazidos pela Constituição Federal de 1988, são eles: (a) a cultura humana no sentido de modo de vida; (b) as culturas humanas no sentido de grupos representados em um tempo e território e (c) a cultura como conjunto de produções artísticas e intelectuais.

Conforme declarado pela Unesco (1982), a cultura pode ser pensada como exercício de direitos, os direitos culturais consubstanciados na Declaração de Direitos Humanos, assim reconhecidos como civis, políticos, econômicos, sociais, e mais recentemente os direitos transindividuais (porque são devidos a coletivos e não a pessoas singulares).

Essas dimensões dos direitos à cultura reforçam a importância da política, implicando compromissos para que a cultura seja incluída nas estratégias governamentais de desenvolvimento e balizando o conceito de política cultural (MATA-MACHADO, 2023).

O mesmo processo de desenvolvimento conceitual ocorreu com a construção do conceito de Política Cultural. Alguns estudiosos se dedicaram a trazer uma definição que também reunisse sentidos e significados abrangentes. Um dos pioneiros e o mais influente nessa discussão conceitual é o teórico Néstor García Canclini que apresentou inicialmente, em 1987, o seguinte conceito:

“Conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e pelos grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (Canclini, 2019, p. 56).

Assim, as discussões em torno do conceito de Política Cultural se tornam ainda mais desafiadoras quando consideradas as questões práticas de gestão das políticas públicas, conforme pontuadas por Botelho (2011) ao destacar as dimensões sociológicas e antropológicas envolvidas na definição do termo cultura. Ampliando a direção desse entendimento, Rubim (2019) trabalha o conceito de Política Cultural a partir da transversalidade do campo cultural, que abrange todas as áreas da vida social, incluindo a economia, a diversidade, a pluralidade, os comportamentos e costumes e as particularidades dos variados campos de expressão da cultura brasileira.

Em reflexão sobre o conceito e os paradigmas originados do trabalho de Canclini, Severino (2019) acrescenta que mesmo com a passagem do tempo, não foram observados avanços em relação às dinâmicas de mercado, ou mesmo uma superação e distanciamento da ideia de mecenato. Por outro lado, a diversidade cultural e a redefinição do conceito de cultura possibilitaram alterações de caráter prático nas pautas políticas, principalmente nos anos finais do Século XX. Dentre essas alterações, pode-se citar a emergência da visibilidade social da cultura rural/camponesa e da cultura urbana periférica, enfatizadas por questões ecológicas e ambientais e seus desdobramentos, como por exemplo, o discurso das comunidades tradicionais e as lutas sobre o uso da terra.

No início da discussão acerca do conceito de políticas culturais, Canclini (2019) estabeleceu o que podem ser considerados como os objetivos básicos de uma política cultural: (a) orientar o desenvolvimento simbólico; (b) satisfazer as necessidades culturais das populações; (c) obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Em conclusão

dessa revisão conceitual de cultura e de política cultural, vale ressaltar o que reafirma Calabre (2019a), quando a autora diz que a função de elaboração de políticas públicas na área da cultura deverá ser a de garantir plenas condições de desenvolvimento de todo o setor cultural e de valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, assim como a expressão da diversidade cultural.

Arco histórico da institucionalização da Cultura e da criação do Ministério da Cultura

As primeiras políticas públicas de cultura no Brasil decorrem das implementações realizadas no período do Governo Vargas (1930-1945), caracterizando assim o processo de institucionalização da política cultural, ainda guiado pelo paradigma tradicional-patrimonialista e com forte presença das instituições culturais tradicionais.

Nos anos que se seguiram e, principalmente no período compreendido entre 1945 e 1964, o que se assistiu foi uma emergência paradigmática da privatização neoconservadora (Severino, 2019). Desmembrado em 1953, o Ministério da Educação e Saúde deu origem a dois ministérios: o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura. Nesse período, a perspectiva de avanço na área da cultura se deu basicamente no campo da iniciativa privada e foi observada uma transferência das ações públicas da cultura ao mercado simbólico privado. O Estado não alterou sua estrutura anterior, apesar de criar o ministério, suas ações diretas foram tímidas e sem grande vulto (CALABRE, 2007).

A partir de 1964, os rumos da política nacional afetaram frontalmente a produção cultural daquele momento. O governo militar orquestrou uma maior institucionalização do campo da produção artístico-cultural. Na esteira dessas mudanças, em 1966, foi proposta a reformulação do CNC, com o objetivo de organizar uma estrutura capaz de elaborar uma política cultural de alcance nacional. Em 1975 surgiu a Política Nacional de Cultura e a criação de diversos aparatos institucionais que cerceavam o campo cultural, como o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) (CALABRE, 2007). Nesse mesmo período, a institucionalização da cultura alcançou os estados e municípios, sendo a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, criada em 1979, a primeira de nível estadual (ARRUDA; FERRON, 2019, p. 185).

Na década de 1980 assistiu à redemocratização e a criação do Ministério da Cultura. Em 1982 e 1983, os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, respectivamente, criaram suas secretarias estaduais de cultura, em que foram empossados Darcy Ribeiro e José Aparecido de Oliveira, como secretários. Com a criação de outras secretarias, estaduais e municipais, houve a possibilidade da formação de um Fórum Nacional de Secretários de

Cultura, cuja primeira edição teve lugar em Curitiba em 1983, com a presença de secretários de treze estados, tendo como articulador José Aparecido. Esse secretário, entre outras questões, defendia a necessidade de uma pasta autônoma para o setor cultural, por meio de uma ampla discussão das diretrizes e objetivos da política cultural, a ser gerida pelos poderes públicos, Federal, Estadual e Municipal.

É importante ressaltar que a criação do Ministério da Cultura foi alvo de variados debates durante a década de 1980, envolvendo representantes de diversos espectros políticos, gestores e a classe cultural e artística, sendo desde então um território de disputas quanto à necessidade de um ministério para a área cultural, em suas múltiplas dimensões. Em 15 de março de 1985, por meio do Decreto nº 91.144 publicado no Diário Oficial da União (BRASIL, 1985), o presidente empossado José Sarney criou o Ministério da Cultura (MinC), honrando os compromissos assumidos por ele e Tancredo Neves durante a campanha eleitoral e nomeou como ministro José Aparecido, responsável e articulador da criação do Ministério junto aos secretários estaduais de cultura (ARRUDA; FERRON, 2019, p.185).

Limitações e desafios das ações do Ministério da Cultura

Os primeiros anos do Ministério da Cultura foram marcados por uma intensa instabilidade institucional em meio à troca de ministros, denúncias de corrupção e desmandos dos gestores. Em 2 de junho de 1986 foi promulgada a Lei nº 7.505, conhecida como Lei Sarney, sendo a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura, com o objetivo de estimular o campo da produção artística-cultural brasileira (ARRUDA; FERRON, 2019, p. 188). Em 1990, Fernando Collor chega à cadeira presidencial e o Ministério da Cultura e seus órgãos são extintos, tornando insuficiente a já incipiente estrutura que o ministério possuía.

Em quase dois anos, o governo federal não realizou qualquer investimento em cultura ou definiu qualquer política cultural, somente em 23 de dezembro de 1991 foi promulgada a Lei nº 8.313, instaurando o Programa Nacional de Apoio à Cultura, conhecido popularmente como Lei Rouanet, uma política cultural baseada na renúncia fiscal, tal como a Lei Sarney. O Ministério da Cultura foi recriado no ano seguinte, 1992, sob a presidência de Itamar Franco, e em 1993 foi promulgada a Lei do Audiovisual, mais uma política cultural pautada em renúncia fiscal. Essas políticas, voltadas aos interesses do mercado e com pouca interferência do Ministério, confirmaram o que seria a política cultural nacional nos anos de 1990 e na virada do milênio (CALABRE, 2007, p. 94).

As disputas políticas e controvérsias que marcaram os anos iniciais da existência do MinC ao invés de reforçarem o prestígio e a consistência nas políticas culturais, acabaram por

impulsionar premissas alheias às reais necessidades daquele momento, o que ressaltou as fragilidades apontadas pelas críticas quanto à prematuridade na criação do MinC (Botelho, 2000, p. 263-265). Arruda e Ferron (2019) conseguiram demonstrar que os acontecimentos foram determinantes na construção do corpo institucional e tornaram-se parte do projeto e da identidade adquirida pelo MinC, lançando também os limites e desafios enfrentados pelo ministério desde sua criação como pasta única.

Com o Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, consagrou-se o modelo de políticas culturais voltadas ao mercado e baseadas em leis de incentivo fiscal, que transferiram à iniciativa privada o poder de decisão, sobre quais ações ou projetos culturais deveriam ou não receber os incentivos públicos (CALABRE, 2007, p. 95). Para Botelho (2019), o período de aprofundamento da política neoliberal prejudicou ainda mais o Ministério da Cultura e ficou marcado pelo entendimento da “cultura é um bom negócio”, esvaziando a discussão em torno de políticas culturais, diretrizes e prioridades do ministério e preenchendo o quadro ministerial com pessoas pouco qualificadas. Dessa maneira, o papel da cultura no desenvolvimento nacional parece ter sido deixado de lado.

Esse foi o cenário herdado por Gilberto Gil quando empossado Ministro da Cultura, em 1º de janeiro de 2003. Entre os estudiosos brasileiros que se dedicaram a compreender o movimento das políticas culturais no Brasil não há consenso com relação à essa escolha de gestor para a pasta do MinC (BARBALHO, 2019; BOTELHO, 2011; CALABRE, 2007; MORAES, 2019). Apesar dessa divergência, esses autores concordam que os interesses, as críticas e as controvérsias dos períodos anteriores na história do MinC repercutiram na escolha e no tom da chegada de Gilberto Gil ao Ministério. As posições se convergem também quanto ao capital simbólico do então Ministro, trazido pelo artista que na esteira de sua biografia colhe reconhecimento público e amplo significado à cultura brasileira.

Outro aspecto de conformidade para a área cultural, destacado pelos estudos, é a mudança de paradigmas observados desde o discurso de posse do Ministro Gilberto Gil, representando um salto paradigmático, o que leva Botelho (2011) a afirmar que “o discurso bem articulado conceitualmente abre caminho para o que considero um dos momentos mais importantes, do ponto de vista das políticas culturais no Brasil”. Para Botelho (2011), às políticas culturais alcançaram um lugar de possibilidades com a chegada do Ministro Gilberto Gil, amparado por um repertório de vivências, lutas e construções assertivas acerca das ideias de cultura, representando um novo tempo para a Cultura e para as Políticas Culturais.

Em resumo, observa-se que, a partir de 2003, a narrativa das políticas públicas de cultura e política cultural foi modificada pelo Ministro Gil, tornando-se sinônimo de cidadania

cultural, sobretudo por promover os direitos culturais tanto na dimensão do acesso universal do cidadão aos bens simbólicos da cultura, quanto na provisão de recursos para que o cidadão se tornasse ativo na ação cultural, não apenas como consumidor, mas podendo vir a ser protagonista na cultura, configurando-se então na primeira geração de políticas públicas democráticas de cultura (MORAES, 2019).

Dentre essas políticas, a instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio da Emenda Constitucional 48 de 2005, trouxe avanços quanto à integração das ações do poder público de defesa e de valorização do patrimônio cultural brasileiro, de tal magnitude, que em anos subsequentes se desdobrou no Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 2012, instituído pela Emenda Constitucional 71, daquele ano.

Ainda em 2004, impulsionado pelo paradigma de cidadania cultural e pelo processo de democratização do setor, a efetivação dessas premissas se dá pelo Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania- Cultura Viva (PNCV) cujo objetivo foi o de articular e fomentar ações provenientes de agentes culturais periféricos e comunitários, para aumentar e validar o alcance de suas ações. Para o Ministro Gilberto Gil, fortalecer o protagonismo cultural de grupos e comunidades populares, ampliando o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais, era mais que desafio, se tornou meta dentro dos projetos e programas criados e desenvolvidos em sua gestão (MORAES, 2019).

Além de todo simbolismo histórico e identitário que carregou a nomeação como Ministro do cantor, compositor e ex-vereador, essa mudança na pasta do MinC trouxe para a discussão paradigmas e conceitos diversos do modelo até então normalizado para a cultura do país. Mudanças que surgiram como um novo capítulo nos desafios das políticas culturais no Brasil, iniciado com o discurso de posse do Ministro Gilberto Gil (GIL, 2003), que trouxe em sua essência elementos fundamentais para a estruturação de políticas de produção cultural, ao mesmo tempo que apresentou “novos” conceitos ao campo cultural, que se não implementados conforme idealizados, abriram espaço para outros tempos no MinC. Mudanças em termos de propósito e pressupostos envolveram os mais distintos núcleos de cultura e as mais diversas expressões culturais, na tentativa de trazer para a fala do Ministro o papel de agente transformador, acrescentando que o acolhimento das distinções é importante na estrutura relacional de consumo das produções culturais. Essas distinções apresentadas pelo Ministro Gil, podem ser compreendidas a partir das formulações de Bourdieu, que constrói uma correspondência entre práticas culturais e classes sociais, evidenciando as relações de poder como categorias de dominação pelo capital cultural (BOURDIEU, 2007).

O conjunto de ideias e ações desenvolvidas pelo Ministro Gilberto Gil, se não continuado nos anos que se seguiram à sua passagem pelo MinC, nos anos de 2003 a 2008, também não foi de pronto interrompido, assim, há entendimento entre os estudiosos da área das Políticas Culturais sobre o legado nascido naquele discurso de 02 de janeiro de 2003 (MORAES, 2019).

A trajetória não linear, mas consonante com as propostas e princípios do arcabouço defendidos por Gilberto Gil, segue seu fluxo até o golpe sofrido pela Presidente Dilma Rousseff, e a ruptura desencadeada no MinC, açoitado e desmobilizado a partir do ano de 2016, já na gestão do Presidente Michel Temer, culminando no desmonte do MinC até a sua extinção no ano de 2019 (BOTELHO, 2019). O Ministério da Cultura foi extinto pelo Presidente Jair Bolsonaro, por meio do Decreto 9.674, de 2 de janeiro de 2019 e transformado em uma Secretaria Especial de Cultura, vinculada inicialmente ao Ministério da Cidadania, pelo Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019, para em seguida ter sua gestão levada para Ministério do Turismo. Esse foi o contexto que dominou a cena política da cultura no país, acrescentando múltiplas camadas de limites e desafios à área cultural.

A retomada da cultura insurgiu, então, como um dos pilares do terceiro mandato do Governo do Presidente Lula, movida pela atmosfera de críticas e rupturas que surgiram na gestão anterior, não apenas pelos retrocessos observados pelos atores e agentes culturais, mas também em função dos impactos sofridos pela área cultural frente às limitações e restrições vivenciadas no período da pandemia SARS-COV2/COVID19, a partir de 2020. Em 01 de janeiro de 2023, com a posse do Presidente Lula para seu terceiro mandato, foi anunciada a volta do MinC e apresentado o nome de Margareth Menezes como Ministra da Cultura.

A Ministra Margareth Menezes chegou ao ministério com a responsabilidade de resgatar o MinC como instituição forte e promover a reinserção do Brasil nas discussões e propostas internacionais de políticas culturais e desenvolvimento, assumindo a grande tarefa de motivar, validar e organizar a recuperação do setor cultural internamente, assim como foi metaforicamente ilustrado em seu discurso “a Cultura vai tomar posse” (MENEZES, 2023).

METODOLOGIA

Para responder às questões de pesquisa foi realizada a análise de conteúdo dos discursos de posse pronunciados pelos Ministros da Cultura em 2003 e 2023, a fim de buscar os sentidos e os significados das comunicações realizadas, utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo Categorical (ACC), que permite inferências sobre determinados aspectos dos objetos analisados, conforme proposto por Bauer (2002). Para Bauer a análise de conteúdo

deve atender a dois aspectos fundamentais: (a) exploração do material e (b) tratamento dos dados.

Neste estudo, a amostragem se definiu por propósito e relevância, sendo determinados os discursos dos Ministros, de acordo com Ourofino (2023). Ou seja, como Unidade Amostral foram considerados os discursos separadamente e a Unidade de Análise ou Unidade de Registro foi por temas, conferidos a cada parágrafo. A ACC consistiu em encontrar os núcleos de sentido que compuseram a fala dos Ministros e cuja frequência constituiu a formulação de Categorias apontando elementos para responder às questões de pesquisa.

As categorias pré-identificadas compuseram a formulação do folheto ou livro de códigos (Ourofino, 2023), com base nos conceitos, paradigmas, desafios, limitações e perspectivas advindos dos estudos na área de Políticas Culturais e extraídos dos discursos proferidos pelos Ministros por ocasião da posse.

Para tanto, a formulação das categorias obedeceu aos critérios estabelecidos, sendo homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas, adequadas, claras e não ambíguas, apontou convergências e divergências, conforme sugerido por Sampaio (2021).

A fim de garantir a confiabilidade, foi preparado um quadro de análise, composto por: (a) categorias e seus códigos; (b) breve descrição das categorias; (c) definição completa das categorias; (d) regras para aplicar e não aplicar os códigos (conforme apresentado no Apêndice). O teste de confiabilidade foi obtido por espaço de tempo de duas semanas entre as codificações realizadas por um único codificador. As categorias coincidentes e suas respectivas frequências foram mantidas como codificação final e utilizadas para a análise de conteúdo dos discursos.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

Para responder às questões de pesquisa 1 e 2 foram definidas categorias *à priori*, com base nos termos centrais utilizados na elaboração das questões (BAUER, 2002).

Analisadas as sentenças ou parágrafos dos discursos e realizada a codificação, emergiu do discurso do Ministro Gilberto Gil um total de 154 verbetes ou períodos passíveis de codificação. No discurso da Ministra Margareth Menezes esse número foi de 136 verbalizações codificadas. Para definir a frequência total de cada categoria a totalização de verbalizações codificadas foi 290 verbetes.

Os resultados apontaram frequência expressiva para a Categoria 1 para ambos os ministros, mostrando que a questão conceitual e a fundamentação dos seus argumentos, ideias

e pensamentos estavam pautados por um direcionamento teórico, identitário, mas também dotado de simbolismos, assim pode-se confirmar que os discursos trouxeram relevância conceitual, à medida que os ministros pautaram em definir, caracterizar e apresentar suas ideias quanto ao arcabouço que envolve a área de Política Cultural.

Tabela 1 – Descrição dos dados da Categoria 1 – Conceitos de Cultura

Categoria 1 – Conceitos de Cultura
<p>Definição: “Representação de um objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais. 2. Ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição, caracterização. 3. Pensamento, ideia, opinião.” (Glossário de Termos Epistemológicos e de Metodologia Científica, UNIFAE).</p>
<p>Subcategorias: 1.1 Definição 1.2 Anteposição 1.3 Simbolismo 1.4 Distinção</p>
<p>Exemplo de Verbalizações: “Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.” (GIL)</p> <p>“Do carnaval vibrante e coletivo à poesia intimista da bossa nova, da arquitetura moderna ao modo de dobrar a palha do milho da pamonha, da sabedoria do repente ao RAP transformador, o baile Funk, a ginga da capoeira, o samba, da literatura dita e escrita ao cinema, tudo é cultura. Esse núcleo estético e ético da vida. (MARGARETH)</p>
<p>Frequências Gil (154): 42 (27,27%)</p>
<p>Frequências Margareth (136): 25 (18,38%)</p>
<p>Frequência Total da Categoria (290): 67 (23,1%)</p>

Na Categoria 2, as manifestações da Ministra Margareth foram expressivas, 20 frequências, que em números totais representaram o dobro das verbalizações proferidas pelo Ministro Gil. Ambos destacaram seus entendimentos do que é Cultura transformada em Políticas Culturais, dando materialidade ao conceito.

Tabela 2 – Descrição dos dados da Categoria 2 – Política Cultural

Categoria 2 – Política Cultural
<p>Definição: “Modo de intervenção”, através de formulações ou propostas que deve reunir diversos atores com o objetivo de promover mudanças na sociedade por meio da cultura. A complexidade desta definição depende ainda da relação das noções pretendidas de política e de cultura.” COSTA, Leonardo Figueiredo. Prefácio. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 7-11.</p>
<p>Exemplo de Verbalizações: “Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado.” (GIL)</p> <p>“Sem ministério, sem políticas culturais e sem recursos, muitos dos mais criativos e sensíveis brasileiros tiveram que deixar os palcos, as telas, as bibliotecas, os ateliês e buscar outras atividades para poder sobreviver.” (MARGARETH)</p>
<p>Frequências Gil (154): 10 (6,49%)</p>
<p>Frequências Margareth (136): 20 (14,71%)</p>
<p>Frequência Total da Categoria (290): 30 (10,34%)</p>

Sobre os paradigmas em políticas culturais destacados na literatura da área pelo trabalho de Canclini, os dados sinalizaram que os ministros em alguns momentos de suas verbalizações os mencionaram de maneira indireta. Na Categoria 3, foi o Ministro Gilberto Gil que explorou os vários paradigmas, buscando uma direção para a concepção de desenvolvimento cultural, que supere a velha política no fazer cultural. Enquanto a Ministra Margareth destaca a ruptura com paradigmas que agridem a existência da cultura e dos agentes da cultura. Para tanto, a Ministra se ateu às necessidades atuais da sociedade, o que pode ser indiretamente associado ao paradigma representado na subcategoria Democracia Participativa.

Tabela 3 – Descrição dos dados da Categoria 3 – Paradigmas de Política Cultural

Categoria 3 – Paradigmas Política Cultural (García-Canclini)	
Definição Paradigmas: mecenato liberal, tradicionalismo paternalista, estatismo populista, privatização neoconservadora, democratização cultural, democracia participativa. Paradigmas elaborados por Néstor García-Canclini levando em consideração os agentes sociais envolvidos, a estruturação da relação entre política e cultura e a concepção de desenvolvimento cultural. CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 45-86.	
Subcategorias:	
3.1 Mecenato liberal	3.2 Tradicionalismo paternalista
3.3 Estatismo populista	3.4 Privatização conservadora
3.5 Democratização cultural	3.6 Democracia participativa
Exemplo de Verbalizações:	
<i>“É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca.” (GIL)</i>	
<i>“A criminalização dos trabalhadores e trabalhadoras e a falta de entendimento do significado da força da produção cultural do Brasil. Me emocionei com inúmeros relatos de luta do meio da cultura, para o reconhecimento de seus direitos e a busca incessante de espaço e dignidade.” (MARGARETH)</i>	
Frequências Gil (154): 21 (13,64%)	
Frequências Margareth (136): 10 (7,35%)	
Frequência Total da Categoria (290): 31 (10,69%)	

As limitações enfrentadas pelo Ministério da Cultura foram verbalizadas por ambos os ministros, como observado na Categoria 4. Em termos de verbalizações, a codificação mostrou equilíbrio quanto às frequências. Embora se tenha verificado baixa frequência nessa categoria, a dimensão das limitações para a área da cultura e seus desdobramentos em políticas culturais são expressivos, pois representam múltiplas camadas de impedimentos.

Tabela 4 – Descrição dos dados da Categoria 4 – Limitações

Categoria 4 – Limitações
Definição: Imposições de dificuldades ou impossibilidades que cerceiam a ação de determinado agente, grupo ou instituição.
Subcategorias:

 4.1 Limites/ Fragilidades

Exemplo de Verbalizações:

“Um país que possui talvez a pior distribuição de renda de todo o planeta. E é esse escândalo social que explica, basicamente, o caráter que a violência urbana assumiu recentemente entre nós, subvertendo, inclusive, os antigos valores da bandidagem brasileira.” (GIL)

“Durante a pandemia os artistas brasileiros sofreram como nunca, o prejuízo econômico do setor artístico cultural, foi de aproximadamente de 63 bilhões segundo pesquisas recentes.” (MARGARETH)

Frequências Gil (154): 14 (9,09%)
Frequências Margareth (136): 11 (8,09%)

Frequência Total da Categoria (290): 25 (8,62%)

Os desafios são a tônica dos dois discursos, pautados com mais evidência pelo Ministro Gil em torno da criação de um projeto consistente e criativo, com metas e produções que coloquem o povo em suas mais variadas expressões de cultura na centralidade das políticas culturais, com a definição clara do papel do Estado e a ruptura com a lógica do mercado. A Ministra Margareth apresentou os desafios mais urgentes da sua pauta, destacando a ausência das políticas para a cultura nos anos anteriores, salientando as políticas de negação da gestão que a antecedeu e o grande desafio de recriação do MinC, conforme o que foi analisado na Categoria 5.

 Tabela 5 – Descrição dos dados da Categoria 5 – Desafios

Categoria 5 – Desafios

Definição: Interposição de fenômeno a ser superado por alguém, instituição, governo ou corporação, de causa definida ou não, e de condição estrutural ou temporária.

Subcategorias:
 5.1 Meta 5.2 Tarefa

Exemplo de Verbalizações:

“E é por isso mesmo que assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia a dia dos brasileiros.” (GIL)

“Sem ministério, sem políticas culturais e sem recursos, muitos dos mais criativos e sensíveis brasileiros tiveram que deixar os palcos, as telas, as bibliotecas, os ateliês e buscar outras atividades para poder sobreviver. Com isso, o próprio Brasil ficou mais calado, apequenado, triste. Tentaram nos calar.” (MARGARETH)

Frequências Gil (154): 29 (18,83%)
Frequências Margareth (136): 9 (6,62%)

Frequência Total da Categoria (290): 38 (13,10%)

A codificação revelou quatro novas categorias: menção ao presidente, referência autobiográfica, perspectivas e referência à gestão anterior. Essas novas categorias foram incorporadas ao corpo dos resultados para a realização da análise de conteúdo.

A Categoria 6, descrita por “menção ao presidente”, se refere às menções dirigidas à figura do Presidente Lula. Essa categoria emergiu de modo transversal às demais categorias definidas *à priori* e destaca a importância atribuída ao seu papel de chefe do Executivo e,

portanto, agente maior das políticas culturais. Os Ministros creditam ao Presidente Lula os princípios e direcionamentos dos projetos de mudança na área cultural e o fortalecimento do Ministério da Cultura. A vinculação com a pessoa do presidente, o simbolismo de suas ideias, sua origem, assim como de sua trajetória profissional e política, estiveram presentes nos dois discursos. Os dados revelados por essa categoria possibilitaram compreender a aproximação dos ministros indicados com o Presidente Lula e as interconexões entre esses protagonistas.

Tabela 6 – Descrição dos dados da Categoria 6 – Menção ao Presidente

Categoria 6 – Menção ao Presidente
Definição: citação ou referência à figura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, envolta ou não de simbolismo atrelado à sua carreira política.
Subcategorias: 6.1 Citação simbólica. 6.2 Citação nominal.
Exemplo de Verbalizações: <i>“A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloquente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança.”</i> (GIL)
<i>“O Presidente Lula disse que não vai apenas governar, mas cuidar...”</i> (MARGARETH)
Frequências Gil (154): 9 (5,84%)
Frequências Margareth (136): 13 (9,56%)
Frequência Total da Categoria (290): 22 (7,59%)

Junto às menções ao Presidente Lula, emergiram também as menções realizadas pelos discursantes acerca de suas próprias trajetórias e visões sobre cultura e do papel do Ministério da Cultura, ao que denominamos, para fins desse trabalho, de “referência autobiográfica.

Tabela 7 – Descrição dos dados da Categoria 7 – Referência Autobiográfica

Categoria 7 – Referência Autobiográfica
Definição: Período ou interpolação de ideias na qual o discursante faz referência a fato ou características relacionadas à suas experiências pessoais, históricas ou artísticas.
Exemplo de Verbalizações: <i>“Escolha prática, mas também simbólica, de um homem do povo como ele. De um homem que se engajou num sonho geracional de transformação do país, de um negro mestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular e que, como o seu povo, jamais abriu mão da aventura, do fascínio e do desafio do novo.”</i> (GIL)
<i>“Eu Margareth Menezes da Purificação, sou cidadã brasileira de raízes afro-indígena, criança nascida na periferia de Salvador, na península de Itapagipe, no estado da Bahia, do Nordeste brasileiro, cantora, compositora, sou artista popular e trago dentro do meu peito um amor pelo Brasil diverso, por esse povo lindo, forjado na resistência, símbolo de alegria de viver e da diversidade, que tanto nos orgulha, por sua capacidade de sínteses abertas e de reivindicações infinitas, reinvenções infinitas, desculpem.”</i> (MARGARETH)
Frequências Gil (154): 7 (4,55%)
Frequências Margareth (136): 15 (11,03%)
Frequência Total da Categoria (290): 22 (7,59%)

Na mesma proporção dos desafios que apareceram nos discursos dos novos ministros, surgiram também as perspectivas de mudança e os potenciais de concretização das metas estabelecidas pelos gestores, como as mudanças em relação ao tratamento destinado à cultura

dentro do governo, resultados que foram codificados como “perspectivas”, demonstrados na Tabela 8, pois se referem às expectativas ansiadas pelos ministros nos momentos em que tomaram posse.

Tabela 8 – Descrição dos dados da Categoria 8 – Perspectivas

Categoria 8 – Perspectivas	
Definição: Modo como se concebe ou se analisa uma situação específica; ponto de vista. Denotação de expectativa, esperança ou de metas a serem atingidas no futuro.	
Subcategorias: 8.1 Mudanças 8.2 Potencial	
Exemplo de Verbalizações: <i>“Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país.” (GIL)</i>	
<i>“Faremos parte da reconstrução do nosso país, como artistas, gestores, e agora mais que nunca, com a potência econômica.” (MARGARETH)</i>	
Frequências Gil (154): 22 (14,29%)	
Frequências Margareth (136): 16 (11,76%)	
Frequência Total da Categoria (290): 38 (13,10%)	

Por fim, emergiu no discurso da Ministra Margareth Menezes uma nova categoria que até então não havia sido observada no discurso do Ministro Gilberto Gil: menções ou referências diretas e indiretas em relação as gestões anteriores. Essas menções foram reunidas na Categoria 9.

Tabela 9 – Descrição dos dados da Categoria 9 – Referência Gestão Anterior

Categoria 9 – Referência Gestão Anterior	
Definição: Citação ou referência aos governos ou gestões anteriores, assim como também às figuras dos Ministros da Cultura anteriores, ou ministros do MinC ou de suas ações.	
Subcategorias: 9.1 Ministros Anteriores 9.2 Gestão Anterior	
Exemplo de Verbalizações: <i>“E, por que o MinC foi extinto? Obviamente não foi porque ele é irrelevante. Mas, justamente pelo contrário. Quem o extinguiu, sabe da nossa importância.” (MARGARETH)</i>	
Frequências Gil (154): 0 (0%)	
Frequências Margareth (136): 17 (12,5%)	
Frequência Total da Categoria (290): 17 (5,86%)	

Retornando à discussão dos resultados da análise, observou-se nos dados da Categoria 1, uma maior frequência para ambos os ministros, confirmando que os discursos estavam alinhados com a relevância conceitual, ao mesmo tempo em que trouxeram a marca da trajetória pessoal e política de cada um deles, na adoção dos conceitos e paradigmas de cultura e de política cultural. Para Calabre (2019b) e Mata-Machado (2023), a revisão do arcabouço conceitual de cultura e de política cultural tornou-se desafiadora para a gestão da cultura, em função da forte politização da cultura nacional na última década. Percebe-se, pelas verbalizações codificadas nesta categoria, os esforços dos Ministros em detalharem seus

entendimentos, concepções e princípios em referências conceituais potentes, capazes de revelarem suas posições políticas e suas defesas democráticas em relação ao papel e lugar da cultura brasileira.

Nesta direção, Costa (2019) defende o entendimento da cultura como modo de vida e como revisão incessante de modos de vida, como recurso capaz de encarar o que os modos consagrados de vida não resolvem, concepção percebida nos discursos dos Ministros, quando estes apresentam a cultura como central para a construção da identidade nacional e para o desenvolvimento do país. Dagnino (2005) defendia, já na primeira década do século XXI, que era insuficiente que as políticas culturais apenas fizessem referência à construção da participação e da cidadania. A argumentação da autora segue no sentido de que o significado democrático desses princípios seja reafirmado e expandido, para que as políticas culturais, que eles venham a orientar, possam se contrapor à hegemonia neoliberal e seus efeitos de aprofundamento das desigualdades.

Nessa perspectiva, na Categoria 2 – Política Cultural e na Categoria 3 – Paradigmas de Política Cultural, os resultados mostraram que o Ministro Gilberto Gil mencionou, indiretamente, alguns paradigmas para apresentar a sua concepção de cultura e de desenvolvimento cultural, destacando em suas verbalizações que a cultura pode contribuir para o combate às barreiras de ordem social, econômica e simbólica. Também a Ministra Margareth destacou a ruptura com paradigmas que agridem a existência da cultura e de seus agentes.

Vale destacar o que testemunhou Botelho (2019), quanto ao início da gestão do Ministro Gilberto Gil, em que a autora descreve os reais esforços na criação de condições necessárias e indispensáveis para que o MinC recuperasse e aprofundasse a sua capacidade de formular e de implementar políticas públicas, ao tempo que incorporava a dimensão simbólica da cultura às demais dimensões do Governo Lula, a saber: cultura como inserção social e exercício da cidadania e como geração de trabalho, renda e divisas.

O discurso da Ministra Margareth trouxe limitações e desafios similares àqueles apresentados pelo Ministro Gilberto Gil, no entanto o cenário descrito por ela era ainda mais desafiador, uma vez que o Ministério da Cultura havia sido extinto e sua primeira demanda definida pelo Presidente Lula foi a recriação do MinC (MENEZES, 2023).

Essas limitações e desafios compareceram nos discursos, na análise de conteúdo foram consolidados nas Categoria 4 – Limitações e Categoria 5 – Desafios, particularmente a existência do MinC. Enquanto o Ministro Gilberto Gil iniciou sua gestão com o desafio de repensar os conceitos e paradigmas de cultura frente às políticas de governo e suas ações de

ampliação do arcabouço cultural, a Ministra Margareth se viu diante de um resgate da importância da cultura como um dos pilares do terceiro mandato do governo Lula, pilar este evidenciado na recriação do Ministério da Cultura em um dos primeiros atos da gestão (MATA-MACHADO, 2023; MENEZES, 2023).

O cenário histórico das posses, 2003 e 2023, é carregado de simbolismo em função da mudança de diretriz que a chegada do Governo Lula anunciou em termos de participação democrática dos protagonistas da área cultural e do acesso à cultura para todos os brasileiros. Calabre (2019b) enfatiza que os primeiros quatro anos do Governo Lula foram de construção real do MinC na gestão do Ministro Gilberto Gil, tendo em vista as transformações necessárias suscitadas naquele momento histórico. Já a Ministra Margareth tomou posse em um MinC recém recriado, na esteira de fragilidades impostas ao setor cultural por múltiplos fatores. Ambos tomaram posse em momento carregado de expectativas por mudanças no setor da cultura e do país como um todo. Assim, no direcionamento de seus discursos, os ministros asseguraram a importância da figura do Presidente Lula (GIL, 2003; MENEZES, 2023). Os ministros mencionaram o Presidente Lula em um conjunto de verbalizações que compuseram uma categoria específica de análise, na Categoria 6 – Menção ao Presidente, distinta das categorias *à priori*, que foram formuladas a partir dos referenciais da literatura, essa categoria emergiu diretamente dos discursos. Embora se apresente transversal às demais categorias, as distribuições das frequências destacada nos discursos, bem como a importância e a consideração atribuídas ao Presidente Lula nas verbalizações dos ministros, possibilitaram a identificação de um núcleo de conteúdos comuns codificados como Menção ao Presidente, não somente pelo início de seu terceiro mandato, mas, sobretudo, pela relevância histórica dada à cultura durante seu governo e sua trajetória de vida (MENEZES, 2023).

O surgimento da Categoria 7 – Referência Autobiográfica dos ministros mostra a relação direta entre a figura do Presidente Lula e os escolhidos para ocuparem a pasta da cultura. O protagonismo dessas três personalidades brasileiras, reconhecidas por suas histórias pessoais, trajetórias profissionais e impacto nos setores e atividades aos quais se dedicaram, são expostas e, de certo modo, celebradas em função das camadas de superação que cada um deles carrega, em vários aspectos de seus desenvolvimentos como pessoas, como cidadãos e como políticos.

Botelho (2019) afirma que o Brasil, a partir de 2003, com a chegada do compositor Gilberto Gil à frente do MinC, passa a ter experiências concretas que ilustram a democracia cultural e uma alteração significativa na institucionalidade do setor cultural no país. Ao referenciarem suas autobiografias, os ministros se conectaram com sua história e recuperaram

valores, concepções, potenciais, que os colocaram à disposição da cultura do país ao longo de suas vidas e carreiras. O percurso individual de cada protagonista criou as marcas de distinção observadas em seus discursos (Bourdieu, 2007), como as destacadas por suas origens, raça, gênero, formação, e todo campo simbólico e subjetivo que os caracterizam. Dito de outro modo, a Categoria 7 mostrou a capacidade dos ministros em encontrarem caminhos e lacunas no sistema, para conquistarem seus objetivos e, do mesmo modo, se colocarem a disposição da cultura do Brasil.

A Ministra Margareth, ao endereçar seu discurso aos fazedores de cultura, enfatizou a perspectiva de mais recursos para a área e possibilidade de transformar a cultura do Brasil em um potente setor econômico. Essas mudanças e potenciais foram interpretadas a partir das verbalizações que constituíram a Categoria 8 – Perspectivas. Essa categoria obteve uma frequência expressiva que demonstrou o tom esperançoso e comprometimento responsável nos discursos proferidos.

Por fim, emergiu a última categoria dessa análise, a Categoria 9 – Referência à Gestão Anterior. Com uma frequência de 12,5% no discurso da Ministra Margareth Menezes e 5,8% da frequência total, esse conteúdo compareceu somente nas verbalizações da Ministra. Não foram pontuadas no discurso do Ministro Gilberto Gil menções ou referências diretas ou indiretas às gestões anteriores ou seus antecessores. Essas menções reunidas na Categoria 9 foram inseridas não apenas por sua recorrência, mas principalmente pelas distinções entre o período imediatamente anterior à chegada da Ministra ao Ministério da Cultura, recriado na véspera de sua posse. A importância destacada pela ministra foi em relação à “refundação” do Minc e o rompimento com toda forma de exclusão de direitos vivenciada pelo setor cultural no período criticado pela Ministra. Por outro lado, a Ministra se reporta aos seus antecessores remotos, Ministro Gilberto Gil e Ministro Juca Ferreira, também indicados pelo Presidente Lula em seus dois primeiros mandatos, destacando a importância da gestão conduzidas por eles, agradecendo o legado deixado ao MinC e à cultura do Brasil, ao tempo que dá indicação de retomada de algumas políticas daquele momento para poder avançar no novo MinC.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa qualitativa possibilitou constatar que o debate em torno dos conceitos e dos paradigmas pode ser tema na discussão teórica sobre políticas culturais, possuindo relevância substancial para garantir a concretização das políticas públicas. Assim, se identificou a presença dessa apropriação teórica na fala dos Ministros em suas primeiras comunicações endereçadas à sociedade brasileira.

A importância desse registro confirma o que pontuou Botelho (2019) ao analisar a opção conceitual do Ministro Gilberto Gil. Para a autora, o ministro investiu na recuperação de um conceito abrangente de cultura, que na sua gestão passou a ser considerada em sua dimensão antropológica, o que significou assumir a dimensão simbólica da existência social, como um conjunto dinâmico de todos os atos criativos do povo brasileiro. Em resumo, a autora considera o discurso do ministro como bem articulado conceitualmente, inaugurando um novo tempo para as políticas culturais do Brasil.

Os resultados alcançaram categorias de análise capazes de identificar conceitos e paradigmas, bem como destacar as limitações, desafios e perspectivas futuras da Política Cultural e do Ministério da Cultura do Brasil, na sustentação da fala dos ministros, corroborando as contribuições basilares de Canclini para a área de política cultural.

É importante salientar que tanto o Ministro Gilberto Gil, quanto a Ministra Margareth Menezes romperam de forma efusiva com as propostas defendidas por seus antecessores diretos, a despeito do Ministro Gil não ter mencionado Francisco Weffort ou o governo FHC em seu discurso de posse.

O estudo possibilitou uma análise acerca dos políticos e gestores que assumiram o Ministério da Cultura, e ainda a possibilidade de verificar os conteúdos presentes nos discursos de posse e seus desdobramentos em políticas públicas, como o que foi verificado tanto no discurso do Ministro Gilberto Gil, quanto nos estudos da área. E, para finalizar, foi constatado pelos dados analisados a centralidade da política cultural ou das políticas culturais nos discursos de posse dos dois gestores, centralidade essa defendida pelos estudiosos mais expressivos da área e encontrada na análise de discurso dos dois ministros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, Alexandre. Política cultural, movimentos sociais e democracia: releitura e questões a partir de “políticas culturales y crisis de desarrollo”. In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 89-99

BAUER, Martin W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Org.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 189-217.

BOTELHO, Isaura. (2019). A atualidade das intervenções de Canclini. In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 113-121.

BOTELHO, Isaura. Uma rápida reflexão sobre o MinC entre 2003 e 2011, In: BARROS, J.M. e OLIVEIRA JUNIOR, J., (Org.). **Pensar e agir com a Cultura: desafios da gestão cultural**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011. p. 69-78

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação**: Funarte e política cultural, 1976-1990. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 mar. 1985. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm>. Acesso em: 08 nov. 2023.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, A. e BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

CALABRE, Lia. **Escritos sobre políticas culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019a.

CALABRE, Lia. Sobre o Conceito de Políticas Culturais, In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019b. p. 133-140.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano, In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 45-86.

COSTA, Leonardo F. Prefácio. In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 7-11.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-66, jan./abr. 2005.

FERRON, F. M.; ARRUDA, M. A. DO N. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 173–193, 17 abr. 2019.

GIL, Gilberto. (2003), Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: Ministério da Cultura.

MATA-MACHADO, Bernardo N. **Política Cultural: fundamentos**. São Paulo: Ed. SESC São Paulo, 2023. 288 p.

MENEZES, Margareth. (2023). Discurso de Posse da Ministra da Cultura Margareth Menezes. Brasília: Ministério da Cultura. Disponível em vídeo. Transcrito na íntegra (Tomás Alves Tentes de Ourofino), a partir de mídia digital, vídeo. Disponível em:

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/a-cultura-voltou-margareth-menezes-toma-posse-como-ministra>. Acesso em 03/11/2023.

MORAES, Marcelo V. E. Construindo a democracia cultural: cidadania, federação e participação. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v.12, n. 2, p 13-33, jul./dez. 2019.

OUROFINO, Tomas A. T. **Centralidade da Política Cultural nos discursos de posse 2003-2023 no Ministério da Cultura: Vinte Anos de Travessia da “Cultura Vai Tomar Posse”**. 55 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

RUBIM, Antônio A. C. Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina. **Políticas Culturais Em Revista**, Salvador, v.12, n. 1, p. 259–283, jul./dez. 2019.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. (2021) **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap. 155 p.

SEVERINO, José Roberto. Políticas culturais em Néstor García Canclini: algumas observações. In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019 p. 123-131.

UNESCO. **Declaração do México sobre Políticas Culturais**. México, 1982. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DeclaracaodoMexico.1985.pdf>> Acesso em 27 nov. 2023.

UNESCO. Conferência Mundial da sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável. México, 2022. Disponível em <https://www.segib.org/wp-content/uploads/MONDIACULT_PT_DRAFT-FINAL-DECLARATION_FINAL.pdf> Acesso em: 28 nov. 2023.

Apêndice

Agrupamento	Categorias/Subcategorias	Descrição
1 Conceito	1. Conceito	“Representação dum objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais. 2. Ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição, caracterização. 3. Pensamento, ideia, opinião.” (Glossário De Termos Epistemológicos E De Metodologia Científica, UNIFAE)
	1. Definição.	Frase ou período em que o discursante apresenta um conceito a partir de uma definição, original ou não.
	1. Anteposição.	Uso de um conceito como ideia contrária a outro conceito ou outra ideia.
	1. Simbolismo	Formulação de uma ideia por meio de expressões simbólicas ou metafóricas
	1. Distinção	
2 Política Cultural	1. Política Cultural ou Políticas Culturais	“Modo de intervenção, através de formulações ou propostas que deve reunir diversos atores com o objetivo de promover mudanças na sociedade por meio da cultura. A complexidade desta definição depende ainda da relação das noções pretendidas

		de política e de cultura.” COSTA, Leonardo Figueiredo. Prefácio. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 7-11
<p style="text-align: center;">3 Paradigmas em Política Cultural (García-Canclini)</p>	<p style="text-align: center;">1. Paradigmas</p>	Paradigmas elaborados por Néstor García-Canclini levando em consideração os agentes sociais envolvidos, a estruturação da relação entre política e cultura e a concepção de desenvolvimento cultural.
	1. Mecenato liberal	Fundações industriais e empresas privadas Apoio à criação e distribuição discricionária da alta cultura Difusão do patrimônio e seu desenvolvimento através da livre criatividade individual
	3.2 Tradicionalismo paternalista	Estados, partidos e instituições culturais tradicionais Uso do patrimônio tradicional como espaço não conflituoso para a identificação de todas as classes Preservação do patrimônio folclórico como núcleo da identidade nacional
	1. Estatismo populista	Estados e partidos Distribuição dos bens culturais de elite e reivindicação da cultura popular sob o controle do Estado Afiançar as tendências da cultura nacional-popular que contribuem à reprodução equilibrada do sistema
	3.4 Privatização conservadora	Empresas privadas nacionais e transnacionais e setores tecnocráticos dos Estados Transferência das ações públicas na cultura ao mercado simbólico privado Reorganizar a cultura sob as leis do mercado e buscar o consenso através da participação individual no consumo
	3.5 Democratização cultural	Estados em instituições culturais Difusão e popularização da alta cultura Acesso igualitário de todos os indivíduos e grupos à fruição dos bens culturais
	1. Democracia participativa	Partidos progressistas e movimentos populares independentes Promoção da participação popular e a organização autogestiva das atividades culturais e políticas Desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos de acordo com suas próprias necessidades
<p style="text-align: center;">1. Limitações</p>	<p style="text-align: center;">4. Limitações 4.1 Limites/ Fragilidades</p>	Imposições de dificuldades ou impossibilidades que cerceiam a ação de determinado agente, grupo ou instituição.
<p style="text-align: center;">1. Desafios</p>	<p style="text-align: center;">1. Desafios</p>	Interposição de fenômeno a ser superado por alguém, instituição, governo ou corporação, de causa definida ou não, e de condição estrutural ou temporária.
	5.1 Meta/Tarefas	Referência a algo a ser alcançado ou realizado. Um fim que se almeja ou que se quer atingir. Metas a serem atingidas no <i>futuro</i> .
<p style="text-align: center;">6 Menção ao Presidente</p>	<p style="text-align: center;">1. Menção ao Presidente</p>	Citação ou referência à figura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, envolta ou não de simbolismo atrelado à sua carreira política. Menção ao Governo Lula

<p>7 Referência autobiográfica</p>	<p>1. Referência autobiográfica</p>	<p>Período ou interpolação de ideias na qual o discursante faz referência à fato ou característica relacionadas à suas experiências pessoais, históricas ou artísticas.</p>
<p>8 Perspectivas</p>	<p>1. Perspectivas</p>	<p>Modo como se concebe ou se analisa uma situação específica; ponto de vista. Denotação de expectativa, esperança.</p>
	<p>1. Mudanças 2. Potencial</p>	<p>Proposição que visa alteração, modificação, transformação Indicação de transições, variações e reformas</p>
<p>9 Referência aos Ministros Antecessores</p>	<p>1. Referência aos Ministros Antecessores</p>	<p>Citação ou referência às figuras dos Ministros da Cultura anteriores, ou ministros do MinC</p>

21 ANOS DO PROJETO DE EXTENSÃO “POLÍTICA NA ESCOLA”: A transformação no conceito de 'Política' entre as crianças participantes e fatores influenciadores.

Autoria: Luah Tortorella Mendes Winckler⁶

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo celebrar os 21 anos do projeto de extensão “Política na Escola” e avaliar a transformação do conceito de 'política' entre as crianças participantes ao longo dos anos. Utilizando pesquisa documental e análise de desenhos, a pesquisa explora como o entendimento do termo “política” varia conforme o contexto histórico e social do país, além de destacar a influência do mundo adulto e da mídia na formação do pensamento crítico das crianças. Considera-se que a educação política é fundamental na infância, sendo essencial para estimular o pensamento crítico e não apenas a reprodução do que é absorvido do ambiente externo, incentivando as crianças a refletirem e questionarem temas complexos como a política.

Palavras-chave: política; escola; influência; crianças; educação.

INTRODUÇÃO

O presente estudo celebra 21 anos de um projeto de extrema importância: o "Política na Escola". Ao longo das últimas duas décadas, esta iniciativa tem se dedicado a estimular o pensamento crítico das crianças em relação à política, um tema fundamental em qualquer sociedade democrática, assim como a nossa. O projeto de extensão "Política na Escola", do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), nasceu por iniciativa do Programa de Educação Tutorial em Ciência Política (PET/POL) no final de 2002, inicialmente denominado "Cidadania na Escola". Seu objetivo era criar grêmios estudantis nas escolas, focando na questão do voto e da representação política.

Desde então, o projeto passou por inúmeras reformulações, incluindo a mudança de nome para "Política na Escola" e a alteração do enfoque institucional para o não institucional. Em 2003, foi reformulado por alunos do Centro Acadêmico e docentes do Instituto de Ciência Política, principalmente pelo professor Terrie Groth. Em 2017, o projeto ganhou uma nova identidade visual e uma proposta de ação promovendo uma conexão entre comunidade e

⁶Graduanda do bacharelado em Ciência Política da UnB.

universidade. Em 2023, o projeto foi agraciado pela Câmara de Direitos Humanos da UnB com o Prêmio Anual de Educação Básica em Direitos Humanos Myreia Suárez, reconhecendo todo o trabalho dos últimos 20 anos.

Dessa forma, a extensão é vista como uma oportunidade de construção mútua de conhecimento, experiência e transformação, guiada por princípios de liberdade, autonomia e amor, baseados na pedagogia de Paulo Freire. O enfoque do projeto visa desmistificar a visão pejorativa do assunto, mostrando que todos somos agentes políticos, não se restringindo apenas às figuras políticas. A ação coletiva e os movimentos sociais são bases do projeto, destacando que indivíduos agindo coletivamente podem transformar a realidade social. O "Política na Escola" adota uma estrutura horizontal, onde cada membro tem uma função específica, promovendo uma participação ativa e engajada de todos.

Para marcar esta ocasião significativa, este trabalho possui como objetivo analisar o material coletado ao longo de três anos da trajetória do projeto (2009, 2016 e 2023). Dessa forma, concentrou-se na análise dos desenhos elaborados pelas crianças participantes nestes períodos, visando compreender como o pensamento infantil sobre política evoluiu ao longo do tempo e como ele reflete e é influenciado pelo contexto histórico, pela mídia e pelas perspectivas do mundo adulto. Este trabalho não apenas documenta a evolução do projeto ao longo das décadas, mas também busca destacar a importância da educação política desde a infância na formação de cidadãos críticos e que se interessam por uma sociedade mais justa.

Atinente aos desenhos das crianças, foi possível identificar não apenas mudanças estéticas, mas principalmente mudanças conceituais e de percepção em relação à política, as quais demonstram como a exposição a diferentes contextos históricos e influências externas molda a compreensão e a visão de mundo de acordo com as gerações. O estudo julga-se relevante pela oportunidade de apresentar os produtos do projeto que se mostra como uma iniciativa de valor na educação básica da sociedade brasileira. Ao fim deste relatório, espera-se ressaltar sobre a importância da educação política como um meio essencial para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e participativa.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A análise dos desenhos de crianças oferece uma base para discutir teorias políticas e educacionais no contexto da formação cidadã. Primeiramente, é essencial contextualizar o conceito de política através de autores já reconhecidos. Aristóteles (1998, p. 49-57), em sua obra "Política", descreve a política como a arte de governar para o bem comum, destacando a

importância da família e dos cidadãos. Max Weber (2013, p. 56), por sua vez, em "Ciência e Política: duas vocações", enfatiza o papel das instituições, compreendendo política como qualquer tipo de liderança independente em ação, enquanto Hannah Arendt (2007, p. 07), em "O que é Política?", enxerga o conceito como o espaço de pluralidade e diversidade dos homens.

Além das teorias clássicas, a pedagogia montessoriana, desenvolvida por Maria Montessori em obras como "A Mente Absorvente" (1987, p. 28-32) e "Da Infância à Adolescência" (2007, p. 3-16), apresenta a ideia de que o desenvolvimento infantil ocorre em quatro períodos distintos, que Montessori chamou de "ritmo construtivo da vida" ou "quatro planos de desenvolvimento". O Primeiro plano, conhecido como o período da "mente absorvente" (0 a 6 anos), sugere que as crianças absorvem informações e influências do ambiente de forma natural e inconsciente, como uma "esponja". O Segundo Plano, chamado de período da Infância ou período de raciocínio e abstração (6 a 12 anos), abrange a idade das crianças participantes do nosso projeto; é quando elas começam a formar seu comportamento com base nas referências dos adultos ao seu redor. O período da adolescência (12 a 18 anos), sendo o terceiro plano, é um momento de diversas transformações, já apresentando as próprias opiniões, muitas vezes debatendo com adultos à sua volta. Por fim, o Quarto Plano seria o da maturidade (18 a 24 anos), o qual é descrito como a fase do equilíbrio, da calma e do desenvolvimento pleno do cérebro. Dessa maneira, as ideias dos dois primeiros planos, da mente absorvente e da infância, podem ser aplicadas no trabalho com as crianças, especialmente ao abordar temas mais complexos e abstratos.

A influência da teoria montessoriana é evidente nos desenhos das crianças, que refletem as percepções políticas predominantes em seu meio. Ao absorverem informações sobre eventos e atitudes políticas dos adultos, as crianças reproduzem esses elementos em seus desenhos, demonstrando uma compreensão inicial e, embora ainda não crítica, do cenário político ao seu redor. Por exemplo, as representações de corrupção, rivalidade entre líderes políticos e processos eleitorais são manifestações diretas das discussões e narrativas que as crianças observam e absorvem diariamente.

Complementarmente, a teoria de Paulo Freire sobre educação política é crucial para aprofundar essa discussão. Em "Pedagogia do oprimido" (1987, p. 50-76), o autor propõe uma educação que vá além da transmissão de conhecimento, focando na conscientização crítica e no diálogo. Ele argumenta que a educação deve capacitar os indivíduos a questionar, entender e transformar suas realidades sociais e políticas. Na obra "Política e Educação" (2022, p. 53-

68), Freire apresenta uma visão complementar para o trabalho, a qual menciona que a prática educativa envolve sempre uma dimensão política, haja vista que educar também é influenciar a visão de mundo dos educandos, ressaltando que a alfabetização e a educação no geral pode ser vista como um elemento chave na formação da cidadania.

Assim, os desenhos considerados neste trabalho foram vistos como um reflexo da conscientização das crianças sobre o ambiente político, influenciada tanto por suas experiências diretas quanto pelas informações vindas de adultos e da mídia. A presença das teorias dos autores citados acima, sugere que a educação política das crianças deve ser crítica e participativa, cada uma de sua maneira.

METODOLOGIA

Atinente à metodologia, Gil (2002) afirma que as pesquisas podem ser classificadas com base em seus propósitos mais gerais e, neste sentido, este trabalho se insere no campo da pesquisa descritiva. A classificação descritiva está em concordância com o objetivo da pesquisa, que busca fazer uma análise qualitativa sobre a percepção de crianças do conceito de "Política" de acordo com os anos. Ainda, esta pesquisa foi realizada em uma única etapa, caracterizando-se como uma pesquisa documental, fundamentada na análise de materiais previamente elaborados ao longo de três anos do projeto. Esses anos foram escolhidos por representarem momentos significativos no espectro político: dois anos após as eleições presidenciais, 2009 e 2023, e um ano crucial, 2016, referente ao impeachment de uma presidente.

O método utilizado envolve a utilização de desenhos obtidos de um formulário inicial distribuído no primeiro encontro do ano em novas escolas. Dessa forma, as crianças são convidadas a responder perguntas básicas sobre política para o melhor entendimento e nivelamento da turma. Ao final, é necessário um desenho sobre o que cada participante entende como "política", os quais são o foco da análise do presente trabalho. Além disso, a fim de um melhor desenvolvimento acerca das análises, foi abordada uma avaliação de como a mídia e adultos influenciam a formação do pensamento crítico de mentes em formação.

Para embasar as análises e comparações, a discussão teórica apresenta renomados autores que contribuíram para o melhor entendimento do assunto. Ademais, o trabalho possui como meta acerca da discussão de dados, apresentar uma análise comparativa de informações

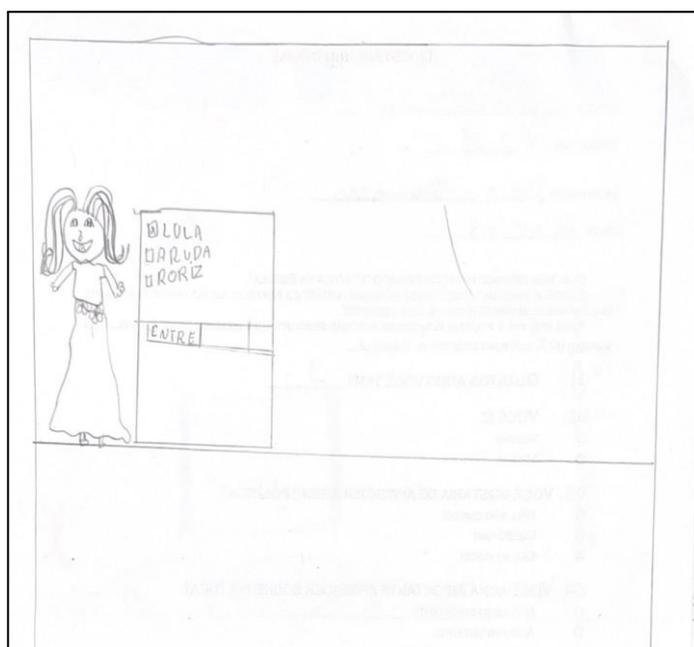
recolhidas. Portanto, ao final, este estudo pretende apresentar de maneira breve como as definições conceituais acerca da visão política de crianças podem ser influenciáveis.

DESENVOLVIMENTO

A análise dos desenhos das crianças participantes do projeto nos revela *insights* sobre a evolução do pensamento infantil em relação à política. Dessa forma, serão apresentados, a seguir, desenhos selecionados entre diversos, dos anos de 2009, 2016 e 2023. Posteriormente, haverá uma descrição visual detalhada de cada desenho e, em seguida, será realizada uma análise crítica, relacionando as imagens aos contextos históricos e sociais de cada período, bem como às percepções políticas manifestadas pelas crianças.

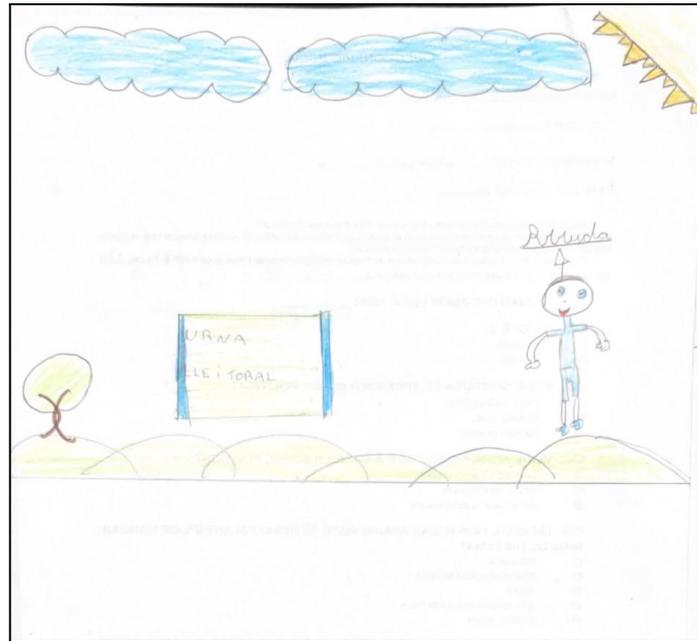
Desenhos de 2009

Desenho 1



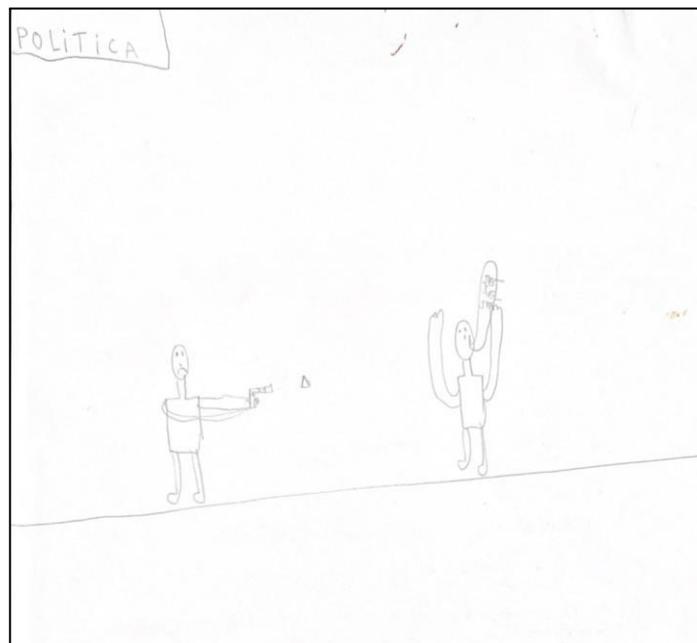
Fonte: arquivos do projeto (2009)

Desenho 2



Fonte: arquivos do projeto (2009)

Desenho 3



Fonte: arquivos do projeto (2009)

Descrição e análise dos desenhos de 2009

As figuras apresentadas contêm desenhos de crianças que definem o conceito de política, cada uma refletindo diferentes percepções e influências. A imagem 1 apresenta uma figura feminina com cabelo preso, vestida com uma saia longa e uma blusa, ao lado de uma urna eletrônica que exibe os nomes dos candidatos "Lula," "Arruda," e "Roriz," com caixas de seleção ao lado de cada nome e um botão "Entre", possivelmente um erro de ortografia ao soletrar a palavra "Enter". A menina pode representar a própria criança desenhando, indicando um senso de participação ativa ou interesse no processo político, e seu sorriso sugere uma visão positiva ou otimista sobre a política ou o ato de votar.

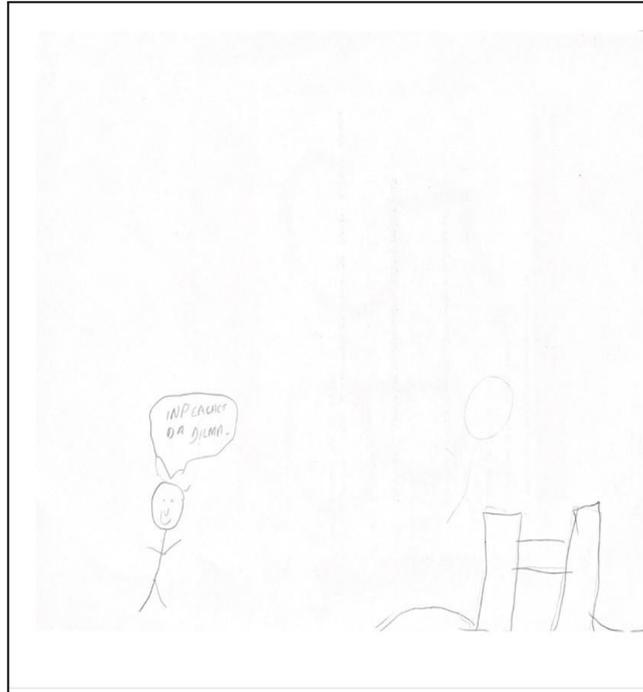
A figura 2 apresenta uma pessoa rotulada como "Arruda", ao lado de uma urna com a inscrição "Urna Eleitoral", em um cenário ao ar livre com nuvens, sol e uma árvore. A figura, provavelmente representando o político José Roberto Arruda, está sorrindo e em pé, sugerindo uma visão possivelmente neutra ou positiva do político.

A figura 3 apresenta um desenho com dois personagens e a palavra "Política" escrita no canto superior esquerdo. Um dos personagens está armado, com uma expressão triste, enquanto o outro levanta os braços falando: "Socorro", sugerindo medo ou pedido de ajuda. Este desenho sugere uma percepção da política como um campo de conflito ou violência, refletindo possivelmente a influência do mundo adulto no conceito de política. A expressão triste do personagem armado e o gesto de rendição do segundo personagem podem simbolizar uma visão negativa da política, percebida como uma fonte de tensão e medo. Este desenho contrasta com os anteriores, que focam mais no processo eleitoral e na participação democrática, e evidenciam a influência do contexto político e social na percepção infantil da política.

Comparando as definições de política apresentadas pelas crianças em 2009, podemos observar diferentes níveis de conhecimento e possíveis influências. As duas primeiras figuras mostram um entendimento básico sobre o processo eleitoral e a participação democrática, enquanto a terceira figura apresenta uma visão da política associada à violência e ao conflito. As crianças parecem influenciadas por discussões políticas em casa, na escola ou pela mídia, especialmente devido à presença de nomes de políticos reais e elementos do processo eleitoral. A percepção negativa da terceira figura pode refletir uma exposição a notícias sobre violência política, crises sociais, ou discussões sobre corrupção e desentendimentos políticos. Enquanto algumas crianças veem a política de forma participativa e democrática, outras percebem como uma fonte de conflito, refletindo o contexto social e as discussões às quais estão expostas.

Desenhos de 2016

Desenho 4



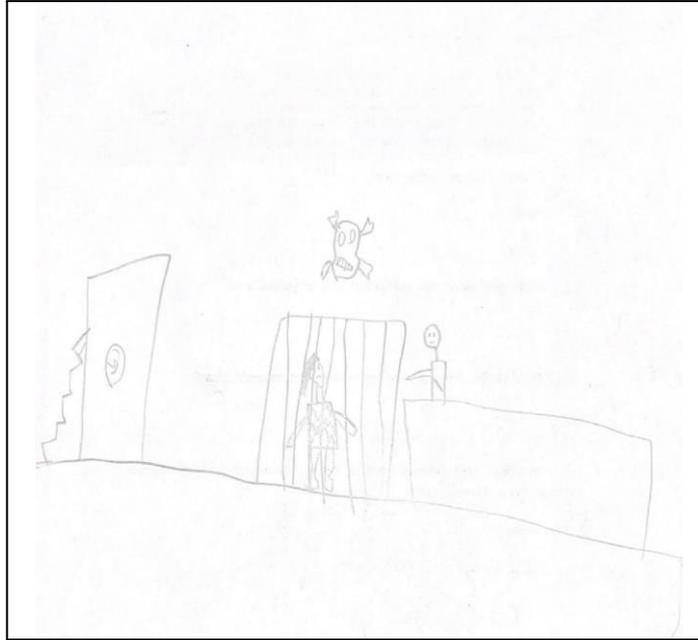
Fonte: arquivos do projeto (2016)

Desenho 5



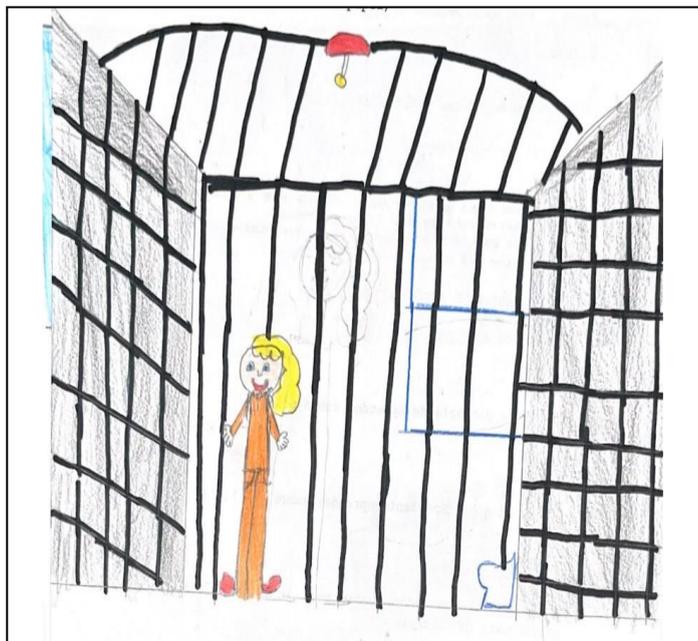
Fonte: arquivos do projeto (2016)

Desenho 6



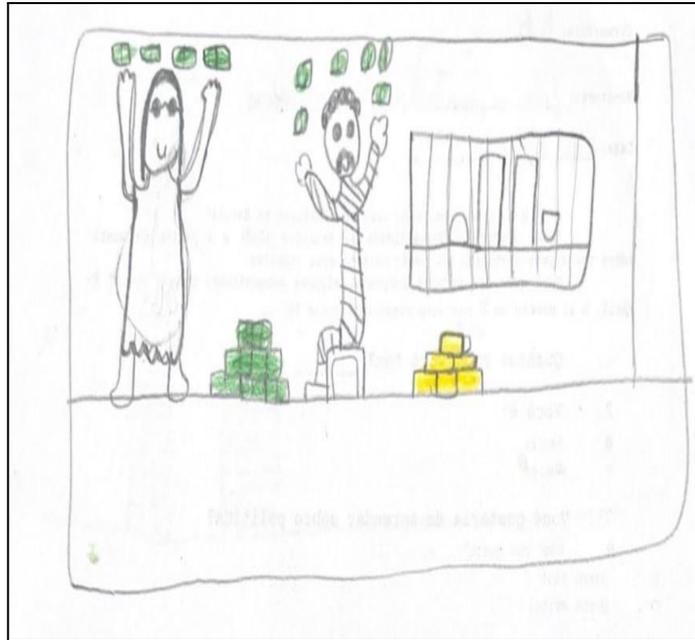
Fonte: arquivos do projeto (2016)

Desenho 7



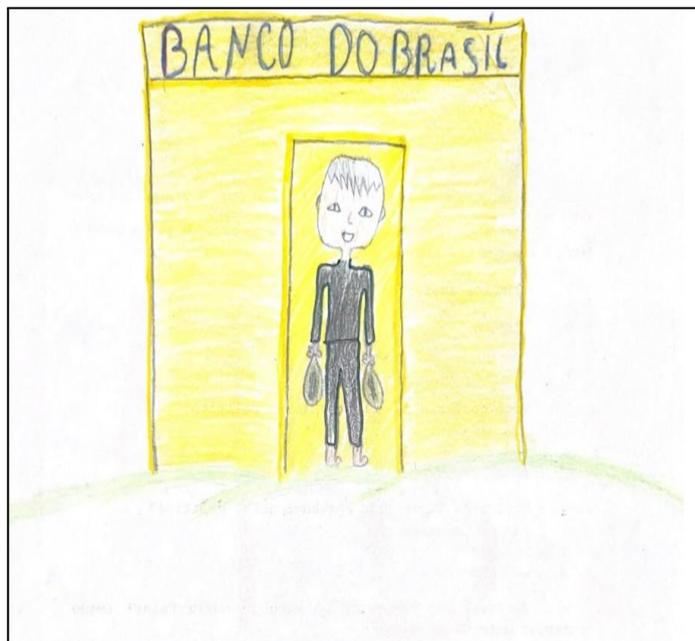
Fonte: arquivos do projeto (2016)

Desenho 8



Fonte: arquivos do projeto (2016)

Desenho 9



Fonte: arquivos do projeto (2016)

Descrição e análise dos desenhos de 2016

A quarta figura possui como desenho uma pessoa sorridente ao lado de uma estrutura referente ao Congresso Nacional Brasileiro e um balão de fala onde está escrito: "IMPEACHET DA DILMA" (erro de ortografia referente à palavra "IMPEACHMENT"), fazendo referência ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O desenho apresenta uma perspectiva sobre a política baseada no impeachment em 2016 caracterizado fortemente pelas discussões e enorme cobertura midiática. A figura humana sorrindo ao falar sobre o impeachment de Dilma, pode representar uma certa visão positiva sobre a mudança de cenário político, possivelmente refletindo a opinião de pessoas e canais midiáticos presentes ao redor da criança.

A figura 5 apresenta uma pessoa do sexo masculino, de cabelos castanhos, vestindo uma camiseta verde e uma calça azul, ao lado de uma urna de votação e um cartaz escrito "Votos aqui!". O garoto desenhado está inserindo uma cédula de votação com o nome "Marina", provavelmente referente à figura política ambientalista Marina Silva, e dentro da urna já está inserida uma cédula escrito "Dilma".

A figura 6 inclui uma série de elementos que juntos sugerem uma percepção negativa ou crítica do ambiente político. No centro do desenho, há uma pessoa dentro de uma prisão, o que imediatamente remete a uma sensação de restrição e reforça a concepção de política como algo que possui como objetivo manter controle sobre as pessoas. Acima da prisão, está desenhada uma caveira com ossos cruzados, um símbolo universal de perigo ou morte. À direita, uma figura humana está de pé ao lado de uma mesa, o que pode representar uma autoridade ou alguém em uma posição de poder, observando a pessoa aprisionada. À esquerda, foi desenhada uma porta e uma escada.

A figura 7 apresenta uma mulher, possivelmente a ex-presidente Dilma Rousseff, em uma prisão. A figura central está vestida com um macacão laranja, comum aos uniformes de presidiários, e possui cabelos loiros. Ela está posicionada atrás das grades, que são destacadas em preto, ocupando a maior parte da imagem.

A figura 8 mostra duas pessoas, possivelmente os políticos envolvidos em casos de corrupção na época, Dilma Rousseff e Lula, em um ambiente interno. As duas figuras estão com os braços erguidos rodeados de dinheiro em notas verdes e pilhas de ouro em amarelo. À direita da imagem, há uma janela com grades, representando que as figuras estão encarceradas e possuem vista para o Congresso Nacional Brasileiro.

A figura 9 apresenta um prédio quadrado, amarelo, com uma fachada na parte de cima escrita "Banco do Brasil", logo, refere-se ao Banco do Brasil. Na porta do prédio está saindo um homem segurando dois sacos de dinheiro, um em cada mão. O desenho possivelmente representa uma ideia de política relacionada com escândalos de corrupção que estavam ocorrendo no período de 2016, como os ex-presidentes e gerentes do Banco do Brasil sendo presos por fraudes milionárias.

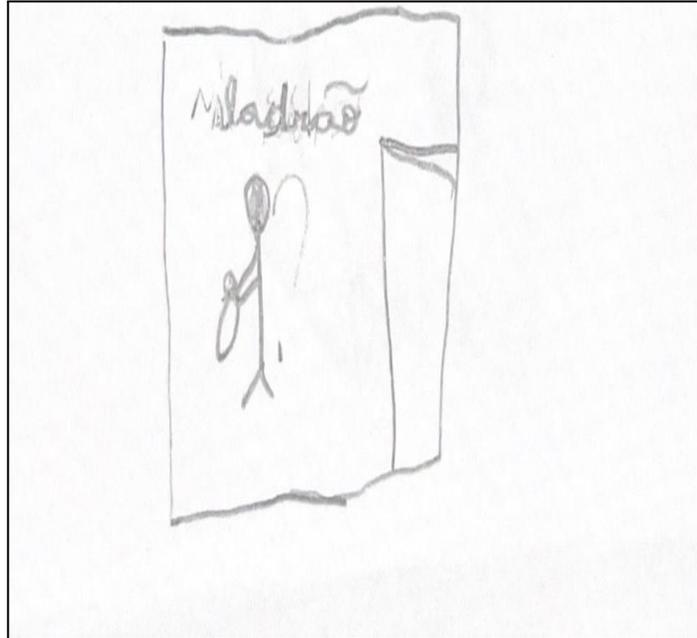
A análise dos desenhos revela diferentes percepções e influências sobre como as crianças entendem a política. O desenho da figura humana sorridente ao lado do Congresso Nacional e mencionando o impeachment de Dilma Rousseff (figura 4) sugere uma visão positiva da política associada a mudanças significativas e é influenciado diretamente pelas discussões midiáticas. Em contraste, o desenho da urna de votação (figura 5) com cédulas para diferentes candidatos reflete uma percepção mais estruturada e pluralista da política, enfatizando a importância do voto e da escolha democrática. A visão crítica e negativa da política é evidente em vários desenhos.

A imagem da figura humana presa com uma caveira acima (figura 6) e a figura feminina representando Dilma Rousseff na prisão (figura 7) indicam uma percepção de política como algo restritivo e punitivo. Essas imagens refletem um entendimento das consequências legais de ações políticas e a influência de narrativas de corrupção e justiça. A imagem das figuras humanas rodeadas de dinheiro e encarceradas (figura 8) sugere uma associação direta entre política, corrupção e punição. Este desenho destaca a percepção das crianças sobre os escândalos de corrupção que dominaram o cenário político de 2016.

De forma similar, a imagem do Banco do Brasil com uma figura humana saindo com sacos de dinheiro (figura 9) também reflete uma percepção de corrupção institucional, demonstrando um entendimento mais detalhado e complexo dos eventos políticos. Esses desenhos, analisados comparativamente, mostram como as crianças absorvem e refletem as narrativas políticas ao seu redor, revelando influências de suas famílias, escolas e da mídia. A variedade de percepções – desde visões positivas de mudança política, passando por uma valorização do processo democrático, até críticas severas de corrupção e punição – evidencia a complexidade do cenário político brasileiro e como essas narrativas são internalizadas e expressas pelas crianças.

Desenhos de 2023

Desenho 10



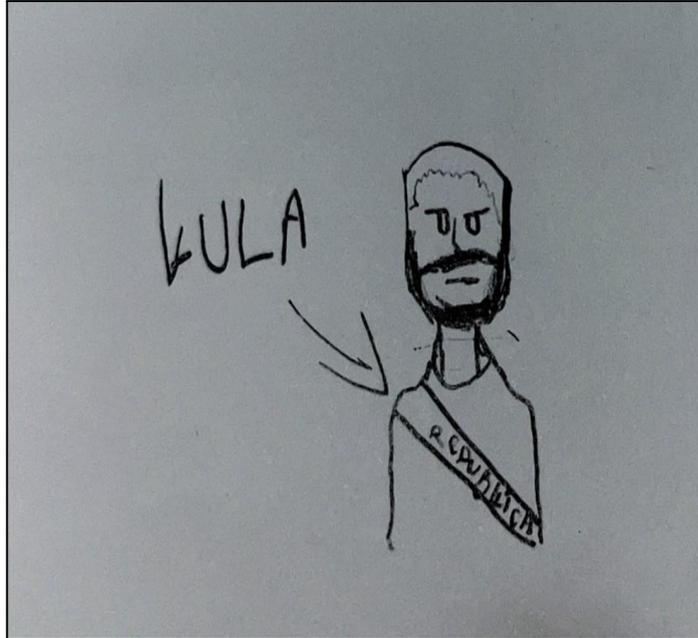
Fonte: arquivos do projeto (2023)

Desenho 11



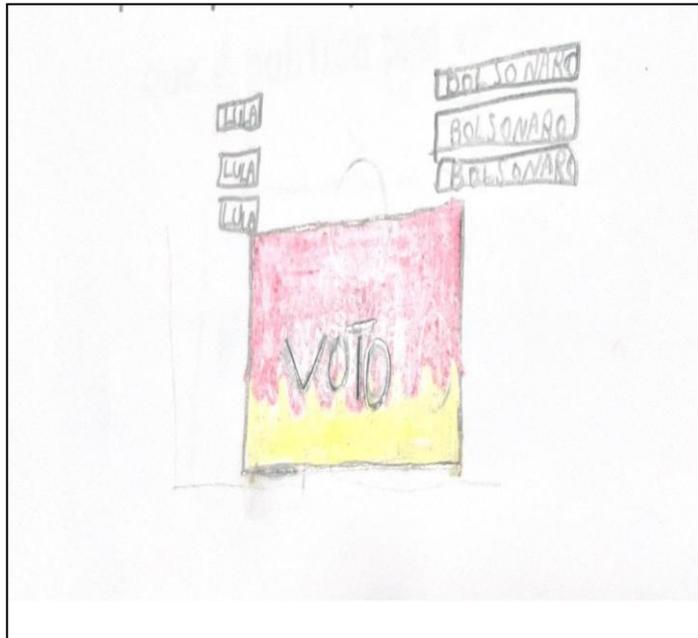
Fonte: arquivos do projeto (2023)

Desenho 12



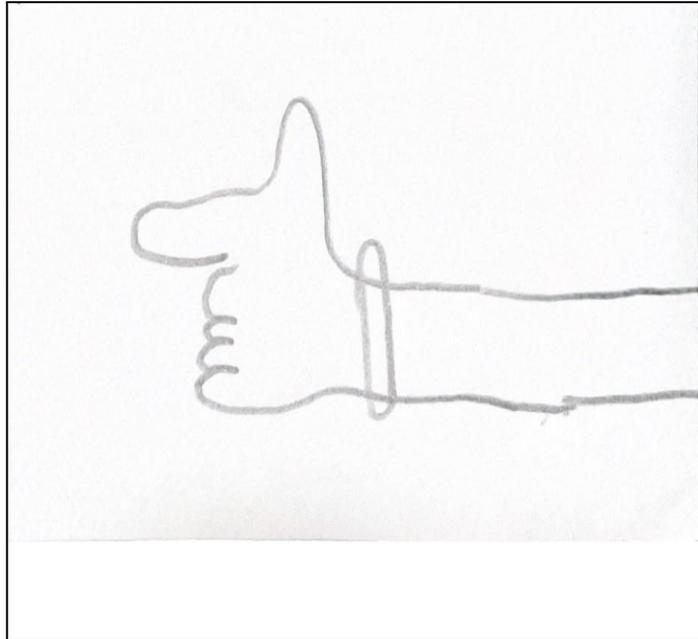
Fonte: arquivos do projeto (2023)

Desenho 13



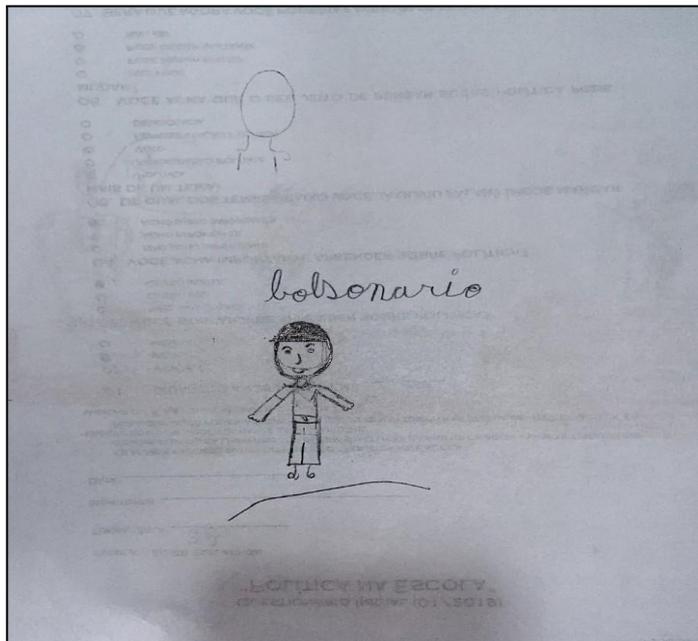
Fonte: arquivos do projeto (2023)

Desenho 14



Fonte: arquivos do projeto (2023)

Desenho 15



Fonte: arquivos do projeto (2023)

Descrição e análise dos desenhos de 2023

A figura 10 possui como desenho um quadrado e uma figura humana segurando um saco, possivelmente de dinheiro, haja vista que em cima está escrito "Ladrão". O desenho demonstra que a criança possui uma percepção de política atrelada aos escândalos de corrupção e que provavelmente há uma generalização de que a política é composta somente por ladrões.

A figura 11 apresenta dois homens segurando armas. À esquerda, o homem usando uma faixa no corpo escrito "República" é denominado de "Lula" acima. Já o da direita, "Bolsonaro". O desenho remete a dois políticos atuais, o atual Presidente da República, Lula e o ex-presidente Bolsonaro. A criança, autora da imagem, demonstra conhecimento das figuras atuais.

A figura 12 é um desenho de um homem, possui barba e uma faixa no corpo escrito "República". Na parte esquerda, pode-se ver uma seta com o nome do personagem: "Lula". O desenho representa o atual Presidente Lula, delimitando o conceito de político apenas ao presidente.

A figura 13 apresenta o desenho de uma figura quadrada pegando fogo escrito "Voto", possivelmente uma caixa ou urna de eleição. Acima, observa-se dois nomes repetidos três vezes cada, à esquerda "Lula" e à direita "Bolsonaro".

A figura 14 possui uma mão com um dedo apontado, possivelmente em formato de arma, símbolo presente com grande frequência entre apoiadores do político Bolsonaro. O desenho da criança foi, provavelmente, reprodução e influência de adultos e da mídia.

A figura 15 é um desenho de um homem, com o escrito "Bolsonario" na parte superior, muito provavelmente um erro ortográfico querendo fazer referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Os desenhos analisados refletem percepções variadas e influenciadas pelo cenário político brasileiro contemporâneo. O desenho de uma figura humana com um saco de dinheiro e a palavra "Ladrão" escrita acima (figura 10) sugere uma visão da política predominantemente associada à corrupção, generalizando a percepção de que políticos são ladrões. Esta visão crítica também aparece em outras imagens, como a figura quadrada pegando fogo com a palavra "Voto" (figura 13), indicando um possível descontentamento ou descrença no processo eleitoral. A polarização extrema entre Lula e Bolsonaro é fortemente evidenciada nas figuras 11, 12, 13 e 15.

O desenho com duas figuras humanas segurando armas e identificadas como "Lula" e "Bolsonaro" (figura 11) demonstra uma visão da política como um campo de rivalidade e confronto, refletindo a forte divisão política sentida nas eleições de 2022. A representação de Lula com uma faixa escrita "República" (figura 12) e a repetição dos nomes "Lula" e "Bolsonaro" na urna pegando fogo (figura 13) reforçam a centralização da política em figuras presidenciais e a tensão entre seus apoiadores. O desenho da Imagem 15, mesmo com o erro ortográfico no nome "Bolsonario" sugere familiaridade com o ex-presidente, indicando a centralidade de Bolsonaro nas discussões políticas. A influência de adultos e da mídia é claramente vista na figura 14, que apresenta uma mão em formato de arma, um símbolo associado aos apoiadores de Bolsonaro. Este desenho revela como as crianças reproduzem gestos e símbolos políticos presentes em seu entorno.

Esses desenhos, analisados em conjunto, mostram que as percepções das crianças sobre a política são fortemente moldadas pelos eventos atuais, pelas figuras políticas dominantes e pelas narrativas de polarização extrema que caracterizaram as eleições de 2022. A associação com corrupção, a polarização entre Lula e Bolsonaro, e a reprodução de símbolos políticos refletem a complexidade do cenário político contemporâneo e como essas narrativas são absorvidas e internalizadas pelas crianças.

Relação teórica com os desenhos

A relação teórica com os desenhos das crianças, especialmente aqueles que retratam figuras políticas como Lula e Bolsonaro e associam a política a escândalos de corrupção, revela como as crianças internalizam as complexidades e tensões do cenário político contemporâneo. Essa observação se alinha diretamente com a ideia de pluralidade de Hannah Arendt (2007, p. 07), pois, ao representarem figuras políticas e temas relacionados à corrupção, as crianças estão engajando-se com esse conceito, refletindo a diversidade de perspectivas presentes na sociedade.

As visões teóricas mencionadas anteriormente convergem na análise dos desenhos, revelando uma percepção da política como sinônimo de poder, dinheiro e, muitas vezes, corrupção. As crianças não apenas reconhecem figuras políticas proeminentes, mas também os contextos controversos que as envolvem, evidenciando uma compreensão inicial da complexidade política — uma atitude comum entre indivíduos que vivenciam o Plano 2 de Montessori (2007, p. 3-16), os quais absorvem e refletem atitudes de adultos, mas também questionam e buscam entender o mundo ao seu redor, incluindo seus dilemas

políticos e sociais. Alguns desenhos apresentavam elementos de instituições, uma das ideias centrais de Max Weber (2013, p. 56). No entanto, poucos refletiam as ideias de Aristóteles (1998, p. 49-57) sobre a família e o bem comum como foco da política, demonstrando que o termo ‘política’ é, na maior parte, associado a um sentido pejorativo.

Por fim, observa-se, mesmo com divergências, uma crescente construção do senso crítico dentro do ambiente escolar, promovida por meio das ilustrações, algo valorizado por Paulo Freire (1987, p. 50-76).

Influência da mídia e perspectivas do mundo adulto

Pode-se afirmar que a influência da mídia e das visões do mundo adulto desempenha um papel fundamental na formação do pensamento político das crianças. Desde cedo, elas são expostas a imagens, discursos e narrativas políticas transmitidas pelos meios de comunicação, moldando suas primeiras impressões e compreensões sobre assuntos sociais e governamentais. A mídia, por meio de notícias, programas educacionais ou entretenimento, apresenta uma variedade de perspectivas e abordagens sobre temas políticos que podem ser absorvidos pelas crianças de maneiras diversas. Essa exposição inicial muitas vezes é complementada por diálogos familiares e interações sociais dentro e fora da escola, onde opiniões são compartilhadas e debatidas, ampliando ainda mais o horizonte político das crianças.

No entanto, conforme alinhado com a teoria Montessoriana (2007, p. 3-16), é crucial reconhecer que essa exposição não ocorre isoladamente. O ambiente em que as crianças estão inseridas, marcado por polarizações ideológicas cada vez mais evidentes, também exerce uma profunda influência em suas percepções políticas. Os debates familiares e em comunidades, podem refletir divisões políticas mais amplas, criando um contexto no qual as crianças são incentivadas a adotar visões frequentemente alinhadas às de seus cuidadores e amigos próximos. Dentro da sala de aula, esse cenário pode resultar em desafios significativos. Os professores têm de ensinar sobre política e democracia e lidar com as diversas perspectivas e polarizações que os alunos trazem consigo. A polarização pode levar a debates acalorados, visões simplificadas de questões complexas e a um processo mais desafiador de obtenção de consenso ou entendimento comum.

Assim, compreender o impacto dos meios de comunicação social e das opiniões dos adultos no desenvolvimento político das crianças pode exigir uma avaliação cuidadosa e criteriosa, educando de forma a promover o pensamento crítico e o respeito mútuo pelas

diversas perspectivas, principalmente com base nas ideologias de Freire em sua obra “Pedagogia do Oprimido” (1987, p. 50-76). A única forma de preparar as gerações futuras para se envolverem na vida política das suas comunidades e nações de uma forma responsável e informada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desenhos das crianças ao longo do projeto revelam não só uma mudança na compreensão e interpretação da política daquela época, mas também uma manifestação das definições de “política” da sociedade, que as crianças imitavam. As imagens mostram uma série de pontos de vista, desde o conhecimento do sistema democrático até à condenação da corrupção e das penas, todos destacando os efeitos políticos diversos. As crianças mostram como as suas famílias, escolas e meios de comunicação social impactam quando se trata de absorver e expressar narrativas políticas. Os desenhos demonstram a forte polarização política, representada principalmente pelas eleições de 2022, e a intensa rivalidade e violência entre figuras como Lula e Bolsonaro. Essa polarização e os temas recorrentes da corrupção e da justiça sugerem que as crianças são capazes de compreender e reproduzir as tensões e divisões no seu próprio ambiente político.

Reforça-se que a educação política deve ser o foco principal, educando os jovens sobre instituições e processos, ao mesmo tempo que os envolve em discussões críticas sobre ética, responsabilidade e participação democrática. É necessário formar pessoas para serem melhores cidadãos, para serem mais justos, para compreenderem e responderem às questões políticas com pensamento racional e crítico.

Portanto, os programas de educação política devem ser incluídos no currículo escolar, promovendo a reflexão crítica e uma compreensão mais profunda do papel dos cidadãos numa sociedade democrática. Ao fazer isto, prepara-se as gerações futuras para enfrentar as questões políticas de uma forma responsável e consciente, desenvolvendo uma sociedade mais envolvida e menos suscetível aos efeitos nocivos da polarização extrema e das narrativas simplistas de corrupção.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de António Campelo Amaral. São Paulo: Vega, 2008.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTSSORI, Maria. **From Childhood to Adolescence**. 2. ed. Amsterdam: Montessori-Pierson Publishing Company, 1976.

MONTSSORI, Maria. **Mente absorvente**. Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Lisboa: Portugalia, 1987.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução de Leónidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

Governabilidade no Brasil Contemporâneo: Uma Análise das Relações de Poder.

Autoria: Rafael Françaes Porto ⁷

Resumo: O livro Governabilidade: Instituições, Atores e Estratégias, organizado por Humberto Dantas, Michelle Fernandez e Graziella Testa, examina a complexidade da governabilidade no Brasil. A obra apresenta o índice I-GOV, uma métrica inovadora que mensura governabilidade ao integrar variáveis como alinhamentos entre Executivo, Legislativo, Judiciário e opinião pública. Dividido em treze capítulos, o livro aborda temas como reformas eleitorais, ultrapresidencialismo e polarização política durante o governo Bolsonaro. Os autores analisam ainda a centralização do poder e suas implicações para as minorias, além do impacto de políticas públicas em setores como saúde, meio ambiente e igualdade racial e de gênero. A obra conecta teorias e estudos de caso para destacar os desafios da governabilidade em um sistema de presidencialismo de coalizão, enfatizando as tensões entre estabilidade institucional e demandas sociais.

Palavras-Chaves: Governabilidade. Presidencialismo de coalizão. Índice I-GOV. Políticas públicas. Instituições.

A palavra que sintetiza a proposta do livro Governabilidade: Instituições, Atores e Estratégias, coordenado pelos cientistas políticos Humberto Dantas, Michelle Fernandez e Graziella Testa, é “contexto”. A obra conduz o leitor a uma análise profunda das nuances das relações de poder no Brasil, abordando como o funcionamento do sistema político e as tensões entre os três poderes moldaram a governabilidade em momentos críticos, especialmente durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Com foco no impacto de novos arranjos institucionais e políticos sobre a estabilidade e a governança, o livro oferece uma abordagem ampla e integrada para compreender os fatores dinâmicos que influenciam a capacidade do governo em implementar sua agenda. Ao explorar a interação entre atores políticos, instituições e estratégias, a obra destaca a necessidade de contextualizar a governabilidade dentro de desafios contemporâneos, como a polarização política e as demandas por maior eficiência e transparência.

Dividido em treze capítulos, o livro inicia com a apresentação do índice I-GOV, uma métrica inovadora desenvolvida por Dantas, Luz e Gomes Neto, que busca mensurar a governabilidade por meio de variáveis objetivas e mensuráveis. Esse índice avalia a relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário, além de considerar a opinião pública, oferecendo uma abordagem metodológica que traduz a complexidade das interações

⁷ Graduando do bacharelado em Ciência Política da UnB

institucionais em indicadores visuais. Embora promissor, o índice I-GOV⁸ enfrenta desafios significativos por ser uma ferramenta recente, ainda pouco difundida e com baixa adesão tanto na academia quanto entre gestores públicos, o que limita sua aplicação prática e o reconhecimento de sua relevância. Apesar disso, ele oferece um panorama retrospectivo que permite ao leitor compreender como mudanças institucionais, políticas e sociais afetaram a estabilidade e eficiência da governabilidade ao longo dos governos desde os anos 2000, até o período Bolsonaro. A consolidação do índice dependerá de um esforço maior de validação, divulgação e refinamento metodológico, o que poderá ampliá-lo como um recurso essencial para análises futuras.

Reformas Eleitorais e Fragmentação Partidária

No segundo capítulo, Arthur Fisch, Bruno Bolognesi e Lara Mesquita examinam as reformas eleitorais no Brasil, especialmente a introdução da cláusula de barreira e o fim das coligações proporcionais, como ferramentas para reduzir a fragmentação partidária e fortalecer a coesão no Legislativo. A análise dos autores sugere que tais medidas buscam promover uma governabilidade mais estruturada e previsível, favorecendo a estabilidade nas interações entre Executivo e Congresso. Entretanto, conforme observam, “as mudanças propostas prometem uma governabilidade mais coesa, mas enfrentam resistência pela tradição de fragmentação no Legislativo brasileiro”, o que revela um desafio significativo na adaptação do sistema político a uma estrutura mais disciplinada e unificada.

No terceiro capítulo, Graziella Testa amplia essa discussão ao explorar o impacto da centralização do poder na Câmara dos Deputados durante a pandemia, destacando como essa concentração influenciou a governabilidade e limitou a atuação das minorias. Segundo Testa, “o contexto pandêmico favoreceu a liderança centralizada na Mesa Diretora, mas também limitou as minorias e restringiu o papel das comissões”, mostrando que a centralização não apenas facilitou a tramitação de medidas urgentes, mas também

⁸ O I-GOV é um índice elaborado pela empresa 4Intelligence para medir a governabilidade do governo brasileiro. Esse índice sintetiza as interações e os alinhamentos do Executivo com o Legislativo, o Judiciário e a opinião pública, permitindo uma análise contínua e comparativa de sua capacidade de implementar políticas e articular apoio. Em cada dimensão, são consideradas métricas específicas: a aprovação de Medidas Provisórias (MPs) no Legislativo, as decisões favoráveis em Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no Judiciário, e a avaliação de popularidade do presidente pela opinião pública. Iniciado em 2023, o I-GOV tem suporte metodológico acadêmico e busca oferecer um termômetro de governabilidade que auxilie na compreensão do ambiente político e nos fatores que sustentam ou limitam a capacidade governamental ao longo do tempo.

se apoiou em emendas orçamentárias, como as emendas de relator (RP9), que reforçaram a influência da Mesa ao distribuir recursos de maneira menos transparente. Esse ponto levanta uma reflexão crítica sobre como uma governabilidade rígida, embora capaz de aprimorar a eficiência administrativa, pode afetar negativamente a autonomia legislativa e a representatividade das minorias, condicionando ainda mais as negociações e as relações entre os poderes.

Ultrapresidencialismo nos Contextos Estadual e Municipal

Nos capítulos 4 e 5, os autores investigam as peculiaridades do "*ultrapresidencialismo*"⁹ nos contextos estadual e municipal, examinando como essa dinâmica concentra o poder no Executivo e subordina as agendas legislativas locais aos interesses dos governadores e prefeitos. No capítulo 4, Vítor Veras de Sandes e Luciana Santana exploram a teoria de "*ultrapresidencialismo*" de Abrucio, destacando o controle dos governadores sobre as Assembleias Legislativas. Esse domínio resulta em uma situação onde "a autonomia legislativa é frequentemente limitada pela influência direta do Executivo, que molda grande parte das decisões políticas estaduais." Nesse contexto, as Assembleias Legislativas frequentemente agem como uma extensão do Executivo, com baixo protagonismo na criação de pautas independentes, enquanto a limitada capacidade de fiscalização dos legislativos estaduais reforça a centralização executiva, priorizando a estabilidade em detrimento do controle das ações do governador. No capítulo 5, Bruno Silva, Eduardo Seino e Vítor Oliveira analisam como os prefeitos enfrentam dificuldades impostas pela escassez de recursos e pela pressão de redes clientelistas. A limitação financeira e a dependência de repasses estaduais e federais condicionam o Executivo local, restringindo a autonomia dos legislativos municipais na formulação de políticas públicas. Os autores observam que "a escassez de recursos transforma o Executivo municipal em uma extensão das políticas orçamentárias federais e estaduais," o que limita a capacidade dos municípios de implementar programas próprios e torna as políticas locais amplamente subordinadas aos interesses centrais.

Governabilidade no Governo Bolsonaro

⁹ Ultrapresidencialismo refere-se à concentração de poder do executivo sobre o Legislativo nos estados brasileiros, conceito desenvolvido por Fernando Abrucio em Os Barões da Federação para descrever a dinâmica política pós-redemocratização.

Nos capítulos que abordam a governabilidade durante o governo de Jair Bolsonaro, capítulos 6, 7 e 10, os autores discutem como a gestão priorizou uma abordagem de confronto e polarização, afetando significativamente a estabilidade institucional e as dinâmicas entre os poderes. No capítulo 6, sobre o "modelo cercadinho," Carolina de Paula e Djiovanni Marioto analisam a comunicação direta de Bolsonaro com sua base aliada via redes sociais, em detrimento da mídia tradicional, estratégia que isolou o presidente no que os autores chamam de "cercadinho virtual" (Paula; Marioto, p. 124). Essa estratégia, embora fortalecesse o vínculo com seus apoiadores, resultou em uma "governabilidade seletiva¹⁰", negligenciando o diálogo com a oposição e a imprensa, o que limitou a representatividade do discurso presidencial. Leon Victor de Queiroz Barbosa e Ernani Carvalho, no capítulo 7, abordam os embates constantes entre o Executivo e o Judiciário, intensificados durante a pandemia, especialmente após decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que reafirmaram a autonomia de estados e municípios. Esses confrontos, somados ao uso de emendas orçamentárias para garantir apoio no Congresso, contribuíram para uma crise de governabilidade, impactando a agenda do Executivo.

Adicionalmente, Ludolf Waldmann Júnior, João Paulo S. L. Viana e Araré Carvalho Júnior exploram a reaproximação dos militares com o governo no capítulo sobre a "politização da caserna," destacando como Bolsonaro utilizou a popularidade das Forças Armadas para consolidar apoio em momentos de tensão com os outros poderes. O conceito de "Partido Militar" é introduzido para descrever o papel organizado de setores militares, que, ao ocupar cargos estratégicos, influenciaram áreas de políticas públicas como segurança e saúde. Esse apoio militar centralizou o poder na figura presidencial e substituiu, em parte, o presidencialismo de coalizão por uma governabilidade baseada em alianças castrenses e temáticas, como as bancadas evangélica, ruralista e de segurança pública. Em conjunto, esses capítulos revelam como a governabilidade no período Bolsonaro foi sustentada por um modelo polarizador, que privilegiou a lealdade dos aliados e enfraqueceu os mecanismos de controle e cooperação entre os poderes, trazendo desafios significativos para a estabilidade democrática brasileira.

Nos capítulos 8 e 9, Cláudio André de Souza e Guilherme Casarões exploram temas que conectam governabilidade com movimentos sociais e política externa no

¹⁰ Estrutura de governabilidade onde o governo prioriza a comunicação e o diálogo apenas com sua base de apoio, excluindo opositores e a mídia tradicional.

Brasil. Souza investiga, no capítulo sobre Governabilidade, Movimentos Sociais e Projetos Políticos, como os movimentos sociais influenciaram os ciclos de apoio e contestação nos governos de Lula, Dilma e Bolsonaro. Ele argumenta que a governabilidade não se limita à relação entre Executivo e Legislativo, mas inclui a dinâmica com a sociedade civil, com destaque para os movimentos de direita no período Bolsonaro, que redefiniram as bases de apoio ao governo e aumentaram a polarização política. Em seguida, Casarões, em Política Externa e Governabilidade na Nova República, aborda a política externa como ferramenta de governabilidade. Casarões explora como diferentes presidentes utilizaram alianças internacionais para construir apoio interno e legitimar seus governos, destacando o “antiglobalismo” da gestão Bolsonaro, que polarizou a política interna ao adotar uma postura ideológica e confrontativa.

Governabilidade e Políticas Públicas

Os capítulos 11, 12 e 13 abordam a relação entre governabilidade e políticas públicas no Brasil, explorando como o sistema de presidencialismo de coalizão e o federalismo influenciam a implementação de políticas em três setores cruciais: saúde, meio ambiente e igualdade racial e de gênero. Cada capítulo examina como o contexto político e institucional impacta a eficácia e a continuidade das políticas públicas, evidenciando os desafios e limitações impostos pelas dinâmicas de governabilidade. Os capítulos finais destacam que, no contexto de presidencialismo de coalizão, a implementação de políticas públicas frequentemente esbarra em concessões políticas que limitam sua eficácia. Este cenário se torna especialmente evidente em setores como meio ambiente e igualdade de gênero, onde interesses partidários e econômicos muitas vezes suplantam compromissos com a inclusão e a sustentabilidade. Os autores utilizam tanto abordagens teóricas quanto estudos de caso para avaliar como a necessidade de articulação entre diferentes esferas de governo e interesses políticos podem limitar ou moldar as ações do Executivo. Dessa forma, os capítulos revelam que a governabilidade, enquanto ferramenta de construção de coalizões e sustentação política, muitas vezes resulta em concessões que dificultam a execução plena e eficaz de políticas públicas nesses setores, especialmente em momentos de crise e alta polarização política.

No capítulo 11, Michelle Fernandez explora as dinâmicas de governabilidade e federalismo na execução do Programa Nacional de Imunizações (PNI) durante a pandemia de COVID-19. A autora analisa como a relação entre o governo federal e os

governos subnacionais moldou a resposta brasileira à crise de saúde pública, destacando a descentralização da execução do programa e a falta de coordenação central por parte do governo Bolsonaro. O capítulo evidencia que a inação federal levou estados e municípios a agirem de forma autônoma, gerando desigualdades na implementação do PNI. Fernandez utiliza o conceito de “federalismo de autossuficiência¹¹” para descrever essa autonomia forçada dos entes subnacionais, que, embora tenha demonstrado a resiliência da estrutura descentralizada do PNI, também expôs vulnerabilidades nas regiões com menor capacidade administrativa. A obra contribui para a compreensão das complexas interações entre federalismo e políticas públicas em contextos de crise sanitária, revelando as limitações da governabilidade sem uma coordenação central estruturada e comprometida.

No capítulo seguinte, Maria Dolores Lima da Silva e Ivan Henrique de Mattos e Silva examinam as políticas ambientais no Brasil sob as gestões de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, analisando os desafios para a implementação de uma agenda sustentável em um sistema de presidencialismo de coalizão. O capítulo descreve a política ambiental brasileira desde a redemocratização e analisa as transformações significativas nos dois governos. Enquanto Bolsonaro adotou uma postura de desregulação ambiental, visando atender interesses do agronegócio e de setores econômicos conservadores, Lula enfrentou o desafio de recompor uma agenda de sustentabilidade sem perder apoio de coalizões governamentais que muitas vezes têm interesses conflitantes. O capítulo aborda, ainda, a dificuldade de se manter uma política ambiental coerente e comprometida em um contexto em que a governabilidade é frequentemente associada a concessões políticas que enfraquecem os mecanismos de proteção ambiental. A análise histórica e política do capítulo fornece uma compreensão profunda sobre as implicações da governabilidade para a preservação ambiental no Brasil.

No último capítulo, Ana Cláudia Farranha e Hannah Maruci discutem as barreiras para a implementação de políticas de igualdade racial e de gênero em um contexto de presidencialismo de coalizão. O capítulo explora como os acordos de governabilidade no Brasil frequentemente privilegiam interesses partidários e de elites políticas, deixando em segundo plano as políticas de inclusão. As autoras argumentam que a governabilidade e

¹¹ Conceito que descreve a necessidade de estados e municípios de agir de forma autônoma na implementação de políticas públicas, devido à ausência de coordenação central adequada.

a igualdade se encontram em constante tensão, onde avanços em ações afirmativas são limitados por anistias e pela falta de cumprimento das leis de cotas. O capítulo destaca a sub-representação de mulheres e pessoas negras na política brasileira e revela como a prática de anistias aos partidos políticos que não cumprem as cotas enfraquece as políticas de igualdade, demonstrando que os interesses partidários se sobrepõem frequentemente aos compromissos com a diversidade. Farranha e Maruci concluem que o avanço das políticas de igualdade requer um compromisso político mais sólido e efetivo, que vá além dos acordos de governabilidade tradicionais.

O livro **Governabilidade: Instituições, Atores e Estratégias** representa uma análise abrangente e crítica das relações de poder no Brasil contemporâneo, ao examinar como o sistema político, as dinâmicas entre os poderes e os acordos de coalizão influenciam a implementação e a eficácia das políticas públicas. A obra vai além de descrever os desafios da governabilidade ao propor ferramentas inovadoras, como o índice I-GOV, que, embora promissor, ainda enfrenta o desafio de consolidar sua relevância prática e acadêmica em um cenário político cada vez mais polarizado. Ao abordar temas como reformas eleitorais, ultrapresidencialismo e a gestão de políticas ambientais e de igualdade, os autores revelam as tensões estruturais que marcam o presidencialismo de coalizão no Brasil, evidenciando as concessões que frequentemente comprometem o progresso social e a sustentabilidade democrática. Ao mesmo tempo, a obra instiga reflexões sobre o impacto de reformas institucionais recentes e a necessidade de um modelo de governabilidade que harmonize estabilidade política com compromissos reais com inclusão e eficiência. A contribuição do livro para a ciência política é notável, não apenas por oferecer uma visão integrada sobre as relações de poder no Brasil, mas também por abrir caminhos para novas pautas de pesquisa e reflexão crítica. Ao situar a governabilidade no centro das discussões contemporâneas, a obra se consolida como um recurso indispensável para acadêmicos, gestores públicos e formuladores de políticas que buscam compreender e enfrentar os desafios do sistema político brasileiro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

DANTAS, Humberto; FERNANDEZ, Michelle; TESTA, Graziella (Orgs.). **Governabilidade: Instituições, Atores e Estratégias**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

Ensaio: Em um mundo de pesadelos, somos prisioneiros de nossos sonhos? A burocracia kafkiana em nossas vidas.

Autoria: Davi Felipe Cardoso Peixoto de Souza¹²

Palavras chaves: Burocracia, Processo, Sonhos.

“Alguém devia ter caluniado Josef K., pois certa manhã ele foi detido sem ter feito nada de mal”. Dessa maneira, sem compreensão ou até mesmo explicação, o personagem de Franz Kafka é acordado com a intimação de um processo do qual não se sabe os meandros ou sequer razão. Os agentes que o notificam não sabem o porquê ou tampouco qual é a causa disso. O desconhecimento, porém, não é por incompetência ou má fé dos envolvidos, mas meramente o rumo natural de todo o desenrolar dessa trama. Como se não houvesse possibilidade de ser diferente e que o funcionamento dos fenômenos jurídicos, apesar de lógicos, estivesse além do entendimento comum de alguém pequeno perante a força sufocante do Estado.

A ideia de opressão, inevitabilidade, confusão e, principalmente, burocracia são os conceitos que permeiam a ideia do livro e do que é coloquialmente referido como “Kafkiano”. A Incompreensão dos aparatos burocráticos do Estado e suas instituições sucedem um voto de confiança da população de que sua existência antecede uma razão, uma justificativa para tamanho processo. Processo esse que somos submetidos muitas vezes sem noção do porquê tal qual Josef K. A burocratização serve resumidamente como um caminho a ser percorrido para efetuar processos que demandam certo rigor. Uma adoção, por exemplo, não pode ser conduzida de qualquer maneira, entretanto a burocracia pode ter o efeito colateral de afastar ou pelo menos atrapalhar os interessados em realizar uma adoção. Isso ainda se deve a um processo de ordem optativa, a burocracia na maior parte das vezes se concentra nas obrigações cotidianas. No artigo publicado em 2016 pela revista Polis e Psique, o ensaio “Burocracia: a política da indiferença” elabora aprofundadamente como a burocracia acaba por reduzir o indivíduo meramente a um objeto, formando assim a política da indiferença, onde a razão, a lógica acaba por superar os afetos.

“A extrema hierarquização e fragmentação das tarefas/responsabilidades dificulta a implicação no trabalho, a comunicação entre

¹² Graduando do bacharelado em Ciência Política da UnB

pares, superiores e usuários do serviço, produzindo anonimato, alienação, uniformização dos modos de pensar e agir, independentemente do contexto em questão. Também a ênfase na aparência e não no conteúdo, no passado desconectado do presente e do futuro (sempre foi assim...), na dissociação entre fins e meios, entravam processos criativos e produtivos nas relações de trabalho. São abordagens pautadas em tentativas de simplificação do que é complexo, da complexificação do que é simples, da suspensão do estatuto da dúvida e da cristalização de rotinas estereotipadas. (GHELLER, 2016)

Facilmente nos encontramos na figura de Josef K. Perdido em meio aos autos jurídicos e toda uma estrutura de poder que parece não ter ou apresentar solução que seja para o problema que nem ao menos causamos, mas que temos de enfrentar antes mesmo de conhecê-lo. A obra *Prisioneiro dos Sonhos*, do quadrinista Marc-Antoine Mathieu, é uma adaptação espiritual do livro de Kafka onde para além das forças Estatais o autor explora a dinâmica metafísica que a burocracia tem sobre nós, onde somos condicionados a enfrentar processos sem qualquer explicação, sem qualquer materialização. Uma força que nos sobrepõe e não se pode escapar.

“A identificação entre Direito e lei pertence, aliás, ao repertório ideológico do Estado, pois na sua posição privilegiada ele desejaria convencer-nos de que cessaram as contradições, que o poder atende ao povo em geral e tudo o que vem dali é imaculadamente jurídico, não havendo Direito a procurar além ou acima das leis.” (LYRA, 1982, P. 2)

No livro de filosofia jurídica *O que é Direito*, de Roberto Lyra, cria-se a dicotomia entre Direito e Lei, onde de maneira rasa, tem-se por entendimento de que a Lei há de conservar o direito humano que a todos é devido, mas que isso nada mais é de que a maneira de controle do Estado em nos fazer acreditar que a Lei constitui como que uma série de regras naturais imutáveis. Faz acreditar que não existe destino outro para Josef K. enfrentar seu processo e, inevitavelmente, perdê-lo. Para muitos, não resta muito se não enfrentar a neblina da burocracia ou sonhar com um mundo melhor. O mundo onde por direito não havemos de ser processados sem ter feito nada de mau como Josef K.

Na adaptação cinematográfica da obra o diretor Orson Welles cria toda a semiótica e ambientação visual do longa passando a impressão de um sonho (ou pesadelo) vivido. Os escritórios extensos e indistinguíveis, os monumentos arquitetônicos brutalistas e principalmente a certeza de que ninguém tem por certo quem ou o que detém as rédeas dos instrumentos que constantemente determinam decisões em nossas vidas. Na cena do tribunal, Josef K. parece submetido e julgado não só no âmbito judiciário, mas moral, não

por desobedecer ali à bons costumes ou regras sociais de comportamento, afinal não se pode em primeiro lugar nem saber o porquê de seu julgamento, mas sim pela petulância de querer saber a que se deve tudo aquilo. O que deveria ser um processo pragmático e racional se perde em meio as voltas da própria complexidade.

Ao longo do filme, a jornada do protagonista tem o gosto amargo de alguém que sonha em acordar do próprio pesadelo, uma materialidade sufocada por algo que não tem forma nem rosto e talvez atenda por nomes como “burocracia”, “Estado”, “Capitalismo” ou que for. Em determinado momento da história em quadrinhos inspirada por Kafka, o protagonista Acquefacques, instigado pela natureza da própria realidade, toma consciência da própria condição de personagem de um gibi. Tal acontecimento implica uma noção fatalista, quase como as tragédias gregas, onde o destino pertence aos deuses e mesmo que se lute com todas as forças para mudá-lo ele seguirá seu curso previsto. Josef K. por exemplo, não escapa de seu destino.

Muito se discute se as obras kafkianas são trágicas, mas no que nos consta e importa, a história de Josef K. como de outras personagens icônicas da literatura do autor, essa em especial por toda sua representação jurídica, nos entrega a reflexão se o mundo ao nosso redor já não se tornou onírico ao ponto de soar como um sonho impossível de acordar não importa o quanto tentamos.

Diariamente, milhares, senão milhões, de brasileiros saem de suas casas com a impressão de que “não poderia ter sido de outro jeito”, com um céu sobre suas cabeças distante demais para alcançar, sufocados pelos enormes edifícios de concreto e automóveis lotados no trânsito. Tudo isso pode parecer tangente ao que foi escrito anteriormente, a toda a história de Josef k. Entretanto, o diferencia a desesperança de um mundo melhor e a aceitação de que tudo está encaminhado como devia da tragédia de Josef? Sem nem percebemos, um dia devemos ter sido caluniados, pois certa manhã fomos detidos, incumbidos de sermos tão somente aquilo que decidiram por nós antes mesmo de nascermos e termos feitos algo de mal. A burocratização dos processos cotidianos que exclui os afetos, a noção de que a lei abarca normas de uma ordem natural, essa concepção trágica que não nos permite acordar do nosso pesadelo para viver um sonho...fatores esses e demais fazem com que obras como “O processo” e “Prisioneiro dos sonhos” sejam diálogos frontais com o que encaramos atualmente em nossa sociedade e nos propõe a seguinte pergunta vinda de Otavio, um dos apresentadores do canal de Youtube Quadro em Branco, em um de seus vídeos sobre o tema: “É possível imaginar um mundo melhor?”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GHELLER, Luciane; LUIZ, Edson. Burocracia: a política da indiferença. Rev. Polis Psique vol.6 no.2 Porto Alegre jul. 2016

KAFKA, Franz. O Processo. Antofágica; 1ª edição, 2021.

LYRA, Roberto. O que é Direito. 11ª edição Primeira edição, 1982 Editora Brasiliense

Quadrinhos na Sarjeta, VOCÊ SE TORNOU UM BUROCRATA! Vida ordinária e redes sociais kafkianas, Youtube, 4 de ago. De 2022. Disponível em: <https://youtu.be/1eZethWpHag?si=giY7MPFGLMRHZ6mG>. Acesso em: 26 de out. De 2024.

Quadro em Branco, É possível imaginar um mundo melhor?, Youtube , 2 de dez. De 2021. Disponível em: <https://youtu.be/Jpi1kFWfTQE?si=ASWUjmkTiJhgpemJ>. Acesso em: 26 de out. De 2024.